



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FFLCH - Departamento de Sociologia

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

MEMORIAL

Apresentado para o concurso de títulos e provas para Professor Titular em Sociologia das Relações Raciais, no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Dezembro de 2003

SUMÁRIO

Parte I - Memórias, Idéias, Reflexões	3
Infância	4
Formação escolar	7
Formação universitária	10
Experiência profissional	13
Os estudos de pós-graduação	18
A pesquisa e as idéias	26
A profissão de pesquisador	34
A vida docente	38
Raças e racismos	43
Parte II - Curriculum Vitae	52
Títulos acadêmicos	53
Cargos em comissão	54
Teses defendidas	54
Carreira docente	65
Participação em comissões examinadoras	65
Orientação de dissertações	66
Orientação de tese de doutorado	76
Participação bancas examinadoras de mestrado, doutorado e exame de qualificação	67
Projetos de pesquisa	72
Comunicações apresentadas em congressos	73
Bolsas de estudo, pesquisa e missões de trabalho	88
Participação em associações científicas, GTs, colegiados de curso e comitês editoriais	91
Bibliografia	92
Programas resumidos de disciplinas oferecidas	102

Parte I

MEMÓRIAS, IDÉIAS,
REFLEXÕES

Nasci no dia 12 de fevereiro de 1949 em Salvador, na Bahia. Meu pai era então promotor público em Ubaitaba, no sudeste baiano. Minha mãe, professora primária. Meu avô paterno, José Alfredo Guimarães, pertencia a uma família de advogados e jornalistas na capital, sendo ele mesmo promotor público. Era primo de Adelaide Castro Alves, meia-irmã do poeta, casada com Augusto Guimarães, político, abolicionista, que, morto, emprestou seu nome à velha ladeira da Soledade, no centenário bairro da Lapinha, em Salvador, onde, na minha infância, morava a minha avó Júlia Coelho Guimarães. Julia era filha do coronel José Crispiano Coelho Brandão, da família Coelho, de origem portuguesa, comerciantes e fazendeiros radicados no alto São Francisco, um ramo baiano, outro pernambucano. Meu avô José morreu cedo, quando promotor em Curaçá, deixando minha avó viúva e sem recursos para criar seis filhos. O mais velho deles, João, de 17 anos, assumiu a casa, ganhando a vida como professor, depois juiz e, finalmente, professor universitário. Dois filhos homens foram para o seminário, tendo, depois de devidamente educados, desistido do sacerdócio para se transformar, um em professor de português, outro em escriturário. Um outro, Júlio, entrou no Exército e fez carreira militar em Mato Grosso, chegando a coronel. As duas moças, Lourdes e Leonídia, foram para o convento, tendo a última permanecido lá e a primeira saído para ser também professora, esta de francês. Meu pai, quando chegou na idade de escolher, resolveu tentar a vida em São Paulo. Empregou-se aqui pela primeira e única vez como ensacador num armazém. Não demorou muito, descobriu que não nascera para vencer no comércio. Voltou a Salvador para trabalhar como escriturário no cartório de um contraparente, enquanto cursava a Faculdade de Direito. Formado, fez concurso para promotor público. Os Coelho eram, em geral, brancos. Os Guimarães também, mas alguns tinham a pele mais morena, apesar dos cabelos negros muito finos; e outros, os cabelos encaracolados, apesar da pele clara.

Minha avó materna, Antonieta, tinha, em solteira, o sobrenome Monteiro. Nunca soube exatamente quem eram. De meu avô materno, Álvaro Brites Guimarães, filho de Evarista Brites Guimarães, sei apenas que era mulato, pianista e boêmio. Não cheguei a conhecê-lo. Minha mãe perdeu contato com ele aos cinco anos de idade. Mas mantive contato com alguns tios e tias, que moravam então no Pero Vaz, um bairro popular e negro de Salvador, ou na Lapinha. Lembro-me que eram pessoas elegantes, que faziam questão de demonstrar uma certa finesse nos gestos e nas roupas, como a diferenciar-se do ambiente em que viviam. Lembro-me também de outras “tias” maternas que moravam em bairros ricos da cidade – em apartamentos no Canela e na Barra Avenida – ou em casas espaçosas em bairros de classe média. As visitas a esses parentes me faziam sentir que nós éramos o tronco pobre da família.

Mas, de fato, o avô que tive foi o segundo marido de minha avó, Francisco Serravalle, filho de imigrantes italianos da Sicília, estabelecidos em Salvador e em Alagoinhas, Bahia. Os Serravalle eram, no geral, prósperos comerciantes e, durante um tempo, meu avô gozara também de boa fortuna. Mas tudo que ele tinha estava, em 1935, investido numa pequena fazenda de gado leiteiro nos arrabaldes da cidade, numa encosta que se prolongava da estrada da Liberdade à Baixa do Fiscal. Na noite de 2 de maio daquele ano, depois de semanas de chuva tropical, às vezes torrencial, às vezes miúda, que encharcava as matas e as encostas, toda a sua fortuna se transformou em uma avalanche de terra, que custou, ademais, a vida de alguns dos seus empregados, a totalidade de suas vacas e uma perna coxa.

Nunca mais meu avô recuperou a fortuna. Passou dois anos sobrevivendo, em parte desfazendo-se dos restos da fazenda, e em parte decorando copos de alumínio para vender, preso na cama de um quarto. Depois de restabelecido fisicamente, arranhou um emprego de funcionário na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Passou então a morar num sobrado alugado na Av. Jiquitaia, a dois quilômetros da Estação da Leste Brasileiro, na Calçada, onde ele chefiava a Secção de Reclamações. Quando eu nasci ele já estava lá e ali passei minha infância.

Sim, porque ao contrário dos meus outros cinco irmãos, fiquei com meus pais apenas por cinco anos. Aqui a história familiar, muito interessante, daria certamente matéria para melhor texto do que agora posso apresentar. Refreio a curiosidade do leitor dizendo que me falta método e arte para escrevê-la. O fato é que cresci num sobrado da Jiquitaia, onde morávamos no segundo andar. No primeiro, meu avô sublocava a frente a Seu Tertuliano, que mantinha uma oficina de radiadores e no fundo do quintal um depósito de ferro-velho; no vão central ele mantinha um fabrico de *queimados*, que servia também de casa para os *baleiros* que ele empregava; dois quartos e socavão, que completavam o primeiro andar, serviam de depósito para coisas inúteis, das quais ele nunca se desfazia, e também de morada para ratazanas, baratas, aranhas, lacraus e outros bichos que povoaram os meus temores; finalmente, no fundo da casa, espriava-se um pequeno quintal de terra preta, completamente orgânica, que abrigava duas mangueiras – uma de manga-espada, outra de manga carlota –, dois araçazeiros e vários mamoeiros.

Meus pais e meus irmãos vinham sempre no verão, nas férias forenses, passar dois meses por ano em Salvador. Durante o resto do ano eu ficava só, olhando a chuva que, com o tempo, criava um limo espesso no muro do quintal, olhando o mar de uma varanda lateral, ou a rua, da sacada da janela frontal. A rua era soberba. Era a única via de acesso à Calçada e à península de Itapagipe para aqueles que vinham do centro da cidade. Por ela passavam os bondes, as *marinetes* e os poucos automóveis que havia na Bahia, dos quais, para distrair-me, anotava as placas. O mais importante deles, para mim, era o de Adroaldo Ribeiro Costa, educador responsável por um programa radiofônico de auditório, chamado “A Hora da Criança”. O Citroën preto do professor passava por lá todos os fins de tarde, antes do sol se pôr no mar azul da baía.

A minha rua já estava condenada para residência, quando chegou o asfalto e retiraram o canteiro do meio. Daí em diante, proibiram-me de andar de velocípede no passeio, mesmo à noite. Ainda hoje me lembro vivamente daquele mundo, isto é, do quarteirão onde habitava e das negras e negros que passavam, conversando ou assoviando, ainda madrugada, para vender suas frutas, seus bolos ou simplesmente sua força muscular, na Feira de Água de Meninos.

Da entrada da rua do Bongosto à Praça de São Joaquim eram onze casas. O Edifício da Companhia de Bondes Circular, onde funcionou mais tarde, no térreo, um armazém, tinha o número 407. Nos andares superiores, funcionou durante algum tempo, primeiro um sindicato, depois um clube. A Companhia Circular de Bondes, depois vendida à companhia de energia elétrica, trazia o número 405. O número 403 era uma grande oficina, cujo terreno espalhava-se pelo lado direito e pelo fundo de minha casa, a de número 401. Vizinha à minha, no 399, morava Dona Pequena, que eu considerava a melhor amiga de minha avó, uma senhora cabocla e baixinha que ganhara a casa, pelo que eu entendia das conversas de meus avós, de um amante branco e rico. Com ela morava sua filha Lídia, gorda, com seus trinta anos, Laura, uma moça mulata tremendamente luxuriosa, e Carlinhos, negro, neto de Dona Pequena. Uma família de sararás, comandada por Dona Florzinha, morava no número 397, onde, em baixo, funcionava uma loja de pneus. Na casa seguinte, 395, morava uma família de espanhóis, cujos filhos eram meus melhores amigos – Guta, Suque e Pepinho. O velho tinha, no térreo, uma casa de autopeças. O número 393 era habitado por duas mulheres misteriosas, louras e bonitas, que andavam sempre muito bem vestidas, tinham uns gatos angorás lindíssimos e, ao que parece, eram o assunto da vizinhança, que as chamava às vezes de francesas, às vezes de polacas. Esta casa veio depois a ser ocupada, para alívio da vizinhança, por um senhor chamado Felipe, que abriu uma loja de autopeças no andar térreo. Seu Bahia e D. Isabel habitavam a última residência, a de número 391. Tratava-se de uma família de descendentes franceses cujas filhas solteironas - Mariá, Lola e Lulu - se davam muito bem com minha mãe, e eram, ademais, irmãs de Marito, um ponta direita famoso, que foi campeão brasileiro de futebol pelo Esporte Clube Bahia em 1959. O número 389 era um terreno baldio e no número 387 funcionava a fábrica da *Coca-Cola* na Bahia. Seguia-se, finalmente um enorme largo, onde se erguia majestoso o Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Inclino-me a atribuir a este tempo de infância solitária, o desenvolvimento de uma percepção apurada e distante, o gosto pelas reflexões demoradas, o excesso de imaginação, que alimenta às vezes a veia criativa.

**FORMAÇÃO
ESCOLAR**

Na Calçada, o mundo se multitorqueava. Para ser simples, tomando a direita ia-se dar à zona pobre da cidade – Baixa do Fiscal, Largo do Tanque, Estrada da Liberdade, São Caetano, etc. –; tomando a esquerda, ou seja, continuando-se à beira do mar, atingia-se a península de Itapagipe, que levava à Ribeira, antigo lugar de veraneio, que ainda congregava uma pequena burguesia remediada. Três caminhos levavam à Ribeira. Dois deles passando pela Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, sendo que o mais bonito era aquele mais ocidental, que acompanhava à distância as praias da baía. Minha escola situava-se ali, na Av. Luiz Tarquínio, ocupando um grande terreno que ia da rua à praia, pouco antes de se atingir o Largo da Boa Viagem, onde se erguia uma capela do século XIX dedicada à Nossa Senhora.

A escola era ladeada à esquerda por uma chácara muito bem arborizada, onde sobressaíam os pés de jambo, as roseiras, as buganvílias, as “graxeiras” e uma infinidade de pequenas plantas, trepadeiras, parasitas, etc. dispostas num jardim muito bem cuidado, que cercava por todos os lados um sobrado avarandado, decorado com grades de ferro ricamente trabalhadas. Era a casa da dona da escola, professora Elizeth. O terreno escolar era dividido em duas partes. Do portão de entrada até uns 150 metros ao fundo, demarcado por uma grande pé de fruta-pão, ficavam, à direita, as salas de aula, à esquerda, a área de recreio, onde bancos de mármore cercavam as raízes de cinco mangueiras frondosas. Ao fundo, num terreno arenoso que se seguia à praia, estava o prédio do Jardim de Infância e os equipamentos de lazer que nos estavam reservados. Entrei na Escola Nossa Senhora da Guia com cinco anos, para o Jardim de Infância, e saí dali com o quarto ano primário concluído. Assim, num ambiente de meninos remediados, pois os ricos já se mudavam da península, aprendi as primeiras letras. Talvez ali também tenha começado a me habituar com a distância que separava a escola, sempre bonita, da rua perigosa que era a Jiquitaia, por onde passavam os pobres em busca da Feira de Água de Meninos e o fluxo constante de bondes, ônibus e carros.

Demorei um ano ainda estudando em Itapagipe, desta vez numa casa de residência na avenida Beira Mar, no Largo do Papagaio, fazendo o quinto ano, por conta de um zelo excessivo de minha mãe. Atrasar-me, todavia, me deu a oportunidade de amadurecer emocionalmente. Isto foi importante porque no ano seguinte eu seria admitido no colégio dos padres maristas (Colégio Nossa Senhora da Vitória), no Canela, um dos bairros ricos da cidade, onde estudava

boa parte dos filhos da elite financeira e intelectual da Bahia – filhos de fazendeiros do interior em regime de internato, filhos de comerciantes e industriais, e finalmente filhos de bacharéis, como eu. Só que àquela altura, depois de tantos anos criado por meus avós, eu era também filho de um pequeno funcionário público, vivendo numa área pobre da cidade, sem nunca ter estado nos Estados Unidos ou na França, para onde diziam ter ido alguns dos meus colegas. Pior: passei a sofrer com os costumes simples e populares, até mesmo no plano religioso, dos meus avós, que contrastavam com o mundo refinado e erudito da escola.

O que mais me lembro daqueles anos, além do fervor religioso que passei a ter, foi o crescente gosto pelo latim, pelo francês e pelas letras. Por sorte minha, meu avô, que sempre arrematava malas perdidas em leilões da Leste, trouxera para casa uma dezena de caixas repletas de livros, a maioria deles de medicina, mas, entre os quais, se encontrava boa parte dos livros editados pela Livraria Progresso, de Salvador. Ele comprara estas caixas para revender. Mas conquistei dele os meus primeiros livros: *Iracema* e *O Guarani*, de José de Alencar; *Notas Dominicais*, de L. F. de Tollenare; *A História da Bahia*, de Braz do Amaral; e um dicionário etimológico tupi-guarani. A estratégia era fácil: os livros vinham com as folhas inteiras, duas a duas, escondendo as páginas. Ao cortá-las, o livro perdia o valor comercial e meu avô, bondosa e orgulhosamente me dava. Não os li todos de imediato, claro, apenas os romances. Mas aqueles livros ficaram muito tempo lá em casa, até meu avô arranjar compradores, e pude folheá-los com cuidado, os que já tinham as folhas cortadas, ou ao menos manipulá-los em busca de informações nas capas e contra-capas. Eles começaram a ser para mim símbolos de uma filiação intelectual que eu traçava por via paterna e que me ajudava a desenvolver, na escola, a minha própria arrogância, para contrapor-me a um mundo de meninos esnobes e ricos e de padres bajuladores. Ao enorme poder do dinheiro, eu começava a levantar o poder do saber.

À medida que fui crescendo, fui, ao mesmo tempo, aumentando os contatos com a família de meu pai, o que foi facilitado pela vinda do meu irmão mais velho para fazer o ginásio em Salvador. Fui assim me habituando a um mundo intelectual laico, contrapondo-o ao que eu agora percebia como a hipocrisia dos padres. Aos quatorze anos, comecei a comprar livros e mergulhei no estudo do marxismo frankfurtiano e da psicanálise, através de Erich Fromm e Karen Horney. Passei a frequentar com alguns dos meus primos e meu irmão mais velho os círculos literários de Salvador dos anos 60, onde se discutia literatura e poesia, e onde reinavam Fernando Pessoa e Arthur Rimbaud, secundados por Carlos Drummond de Andrade, Stéphane Mallarmé, Paul Verlaine, Frederico Garcia Lorca, e tantos outros. Mas eu tinha também um círculo menor, familiar, formado de primos, onde o contato era muito mais intenso. Líamos e discutíamos muito, de modo razoavelmente sistemático, para poder entender a lógica de encadeamento de estilos e escolas. Passei também a me interessar pela filosofia, principalmente pelo marxismo e por Sartre.

Aos quinze anos, entrei para a Casa da França, onde o cônsul honorário francês, Pierre van der Hagen, mantinha uma atividade cultural intensa. Estudei francês com um maníaco, para tirar o atraso, segundo racionalizava, posto que àquela época parecia pensar que deveria ter

nascido falando a língua dos sábios. Treinava metodicamente pronúncia e passei a ler quase tudo, principalmente os autores considerados imprescindíveis por meu círculo, em francês. Não contente, fiz assinaturas do *Le Monde*, do *Temps Modernes* e do *Esprit*. Da varanda de minha casa, agora, não observava apenas as esparsas nuvens brancas de um céu sempre azulado; acompanhava cuidadosamente o que se passava em Paris.

Pode-se imaginar como evoluíram minhas relações no colégio dos maristas. Era eu agora quem desprezava os meus colegas, os padres e a sua religião. Era totalmente ateu, professando um marxismo e um freudianismo que aprendera em Erich Fromm, em Sartre e Beauvoir, em Karen Horney, nos meus poetas preferidos, principalmente Rimbaud e Pessoa. Meu único problema era como livrar-me dos maristas sem machucar terrivelmente meu avô, que afinal pagava para me dar uma educação de elite. No quarto ano do ginásio, aos quinze anos, depois de muito *filar* aulas para escrever poesia e me meter com os colegas mais desajustados do colégio, fui poupado de uma expulsão pela compreensão dos padres, que chamaram meu avô para comunicar que, no próximo ano, não me dariam matrícula.

Fui, assim, estudar em colégio público (João Florêncio Gomes) na Ribeira. A esta altura, 1962, meu pai já tinha sido nomeado promotor de primeira entrância e minha família morava a poucos metros do colégio. Continuei dormindo, lendo e escrevendo na Jiquitaia, com meus avós, onde havia construído para mim um pequeno escritório e biblioteca, que despertava a inveja de todos. Passava também muito tempo na Ribeira, jogando basquete, discutindo, bebendo, fazendo política, poesia, etc. A presença de meu pai na capital, principalmente o seu estatuto de promotor, salvou-me de ser enquadrado nas leis de segurança, em 1968, quando a repressão se abateu sobre o movimento estudantil. Apesar de marginais ao movimento, e professando um marxismo totalmente libertário e democrático, sem organização, éramos ligados ao único comunista da escola, que caiu junto com todos os nossos amigos que não tinham “boas famílias”.

O final do ano de 1968 transcorreu na mais profunda depressão, compensada por farras e atividades culturais. Fazia parte de um grupo de pessoas interessadas em poesia, teatro e música popular, mas havia abandonado as ilusões que momentaneamente nutrira pela atividade política. Depois das passeatas que acabavam em pancadarias e da quebra do estado de direito, chegavam ao Judiciário as primeiras notícias, que meu pai nos passava, da escalada de violência contra os comunistas. Apesar de revoltado, me convenci, com tristeza, de que não estava disposto a pagar um preço tão alto por minhas idéias políticas.

Aproximava-se o fim do ano, chegara a hora de escolher uma profissão e fazer o concurso vestibular.

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Comecei o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia em 1969. Meu primeiro ano foi cheio de fortes impressões, mas também de decepções. Lembro-me muito bem das aulas de Introdução à Sociologia, dadas por Zahidée Machado Neto, principalmente da definição de sociologia como ciência empírica (do ser) e não normativa (do dever ser) e de suas aulas sobre Durkheim. A sociologia do Durkheim das *Regras* e do *Suicídio* deixou uma grande impressão em mim, mas me confundiu muito, também. Pois, se, como marxista, sentia-me na obrigação de criticá-lo e ao “funcionalismo”, na verdade, sentia-me profundamente atraído pelo seu pensamento. Não gostava, entretanto, do manual de Ricasens Siches em que estudava. Lembro-me também, ainda nas aulas de Zahidée, da grande polêmica que dividia a escola: a neutralidade axiológica. Mas não foi na graduação que travei conhecimento com o pensamento de Weber. Naquele tempo havia uma grande politização da sociologia e, na divisão de campos políticos, Weber e Zahidée e os meus amigos e eu, encontrávamo-nos definitivamente em lados opostos.

Menos conflagrado e muito mais erudito e refinado era o terreno em que se movia Vivaldo da Costa Lima em suas aulas de Antropologia Social. Vivaldo chegava todos os dias às aulas com uma grande mala marrom, de onde tirava, como da cartola de um mágico, as últimas publicações que recebera da Inglaterra e da França, assim como lindas edições dos clássicos da Antropologia Social inglesa. Todos os livros que ele trazia estavam em suas línguas originais. Suas aulas, entrecortadas de referências literárias ou mundanas e de anedotas sobre os grandes mestres, me conduziam para um espaço de pensamento que eu, até então, ignorava e que me fascinava. Cheguei mesmo a tomar emprestado dele algumas daquelas preciosidades, que devorei (procurando decifrar) como se estivesse lendo um quadro de arte ou usufruindo uma grande música. Conhecia já Vivaldo de nomeada, através de amigos de boemia, mas nunca o tinha visto desempenhar no palco de uma sala de aula. Seu destempero emocional, porém, tanto quanto seu brilhantismo, como tinha sido advertido, revelaram-se rapidamente. Guardei um relacionamento respeitoso e distante com Vivaldo. Suas aulas me causaram, porém, tamanha impressão que passei a aprender a ler inglês. Já no segundo semestre, ao invés de ler a literatura de manual a que estava obrigado, passei a dividir minha leitura dos autores franceses com a leitura sistemática, que me tomava pelo menos quatro horas diárias, da obra de William Shakespeare.

Outro professor que me chamou a atenção foi Klaas Woortmann. Levado por uma menina com quem flertava, passei a ouvir suas aulas sobre o estruturalismo de Lévi-Strauss para os alunos de Antropologia IV. Obviamente, não tinha nenhuma condição de entender o pensamento de Lévi-Strauss naquele momento. Mas fascinava-me a lógica inteligente e emaranhada do pensamento estruturalista. Infelizmente, Woortmann sairia para o exterior no semestre seguinte.

Sim, pois algo muito triste me esperava no segundo semestre. De novo, se abatia sobre as escolas a repressão política. De uma só penada, o decreto 477 me privou de alguns dos meus colegas mais inteligentes, daqueles justamente de quem eu me aproximava. Alguns dos melhores professores, como Klaas Woortman, Perseu Abramo e Iztvan Iancsó, também deixavam a Universidade. Desta vez, a depressão e o desânimo foram compensados pelos meus estudos da língua inglesa. Passei, durante um tempo, a freqüentar as aulas, anotar e fazer as provas a partir de minha memória. Passava pelas matérias com notas 7, as vezes 8, mas nada daquilo fazia muito minha cabeça. Alguns poucos cursos, como o de Célia Braga sobre Estratificação Social, ou o de Carlos Costa, sobre Sociologia do Conhecimento, ou o curso de Vivaldo sobre Religiões Afro-brasileiras, me despertavam a atenção e recuperavam meu interesse pela Sociologia.

Esta situação mudou radicalmente quando travei conhecimento com Pedro Agostinho, no curso de Antropologia Indígena. Menos pelo assunto, que não me interessava muito, e mais, muito mais, pelo fascínio que continuava a exercer sobre mim a prática da antropologia. Os relatos de sua experiência no Xingú me encantavam, os estudos dos mitos me desafiavam tanto quanto me desafiou primeiramente o pensamento estruturalista, a álgebra dos estudos de parentesco me fazia pensar que eu tinha ali um ofício. Enfim, decidi que seria um antropólogo. Juntei-me à equipe do professor Pedro Agostinho, que começava na época uma grande pesquisa sobre os índios do Nordeste. Li Darci Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roque Laraia, Júlio César Melatti, enfim a nata dos indigenistas do Museu Nacional e da UnB. Discuti com afinco a teoria da fricção interétnica e sua relação com as teorias de classe. Voltei a ler a antropologia – Malinowski, Radcliffe-Brown, Margareth Meed, etc. Faltou-me, tempo, porém, para fazer uma leitura sistemática de Lévi-Strauss ou da Antropologia Social inglesa.

Passei a andar com a equipe de Pedro todo o tempo, fazíamos pesquisas arqueológicas nos sambaquis da ilha de Itaparica, no âmbito de um projeto que visava mapear os índios da Bahia. A glória viria com o trabalho de campo entre os Pataxó de Barra Velha, em Porto Seguro, que fizemos juntos, toda a equipe, ocupando-se cada um de nós de um aspecto da vida social. A mim, coube-me estudar a habitação Pataxó e a sua demografia. Isto porque tivera a infelicidade de sair-me muito bem num curso de Introdução à Demografia, oferecido pelo Programa de Recursos Humanos da UFBA (PRH) o qual, não sei porque cargas d'água, a não ser a curiosidade, eu resolvera fazer.

Bom, o certo é que fiz minha prática de pesquisa com Pedro Agostinho da Silva, formando-me em bacharel em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia.

Estava já em 1972, saindo da escola, formado, e sem nenhuma perspectiva de emprego. Pedro Agostinho não tinha, naquela época, nenhuma bolsa do CNPq e nos orientou a fazer o Mestrado em Ciências Sociais, coordenado por Antonio Luiz Machado Neto, intelectual brilhante, professor de Direito e de Sociologia, mas que, do ponto de vista da minha orientação intelectual e política, afastava-se de tudo o que eu considerava importante, principalmente do marxismo.

Outrossim, boa parte do grupo de colegas com quem eu andava mantinha relações excelentes com os professores ligados ao sistema de planejamento do Governo do Estado. Eu mesmo, ainda que sem muito interesse, tinha me saído bem nos cursos oferecidos por esses professores, como Maria Brandão - que comandava a oposição ao pensamento de Machado Neto -, Inaiá Carvalho e a equipe do PRH, onde fizera o tal curso de demografia. Tinha também feito estágios em órgãos do Estado, como a FUNDEC, e participado de pesquisas, aplicando questionários, como a que o CEBRAP realizou em Salvador juntamente com o PRH, em 1971. Todas estas atividades significavam para mim, até este momento, apenas um meio de vida. Fazia-as bem, mas não me dedicava a elas como ao estudo da antropologia, ou do marxismo, ou da literatura. Agora, porém, formado, para sobreviver como profissional, tinha que ter um emprego e foi para o sistema de planejamento que me voltei, oferecendo-me para contratação *pro tempore* por um órgão da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Estava sepultado o sonho de tornar-me um antropólogo.

**EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL**

Eram cinco horas da tarde. Saí da velha Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, no velho centro de Salvador, onde funcionava então a Faculdade de Filosofia, e me dirigi com uma colega ao belvedere da Sé. Íamos tomar uma cerveja e ver o pôr do sol à cavaleiro da Baía de Todos os Santos, em cuja encosta continental norte construíram o belvedere, defronte à Ilha de Itaparica. Apesar do cenário, era um encontro de trabalho, não um encontro romântico. Eu acabara de ser contratado para coordenar, nos municípios de Casa Nova e Sento Sé, no médio São Francisco, um levantamento socioeconômico da área que seria inundada pela barragem de Sobradinho. O levantamento fora encomendado ao IURAM (Instituto de Urbanismo e Administração Municipal), vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Estávamos em final de novembro de 1972. Tinha 23 anos, me formaria dentro de mais uns poucos dias e esperava me casar tão logo tivesse uma posição estável. Tendo encontrado o meu primeiro emprego, mas ainda sem estabilidade, procurava agora recrutar dois estudantes que quisessem ir comigo para Casa Nova pelos dois meses de verão que se aproximavam, o que não era tarefa fácil.

Regina tinha ótimos contatos. Tinha-se formado no ano anterior, fazia uma série de bicos para viver e certamente conhecia o tipo de gente que eu precisava: estagiários, com alguma experiência, que estivessem dispostos a fazer um bico durante as férias. Não me lembro se chegamos a comer o abará que uma baiana vendia regularmente às tardes, à entrada do belvedere, com o tabuleiro disposto em paralelo ao muro lateral da Cúria Metropolitana. Lembro-me, contudo, que conversamos sentados numa mesa próxima a balaustrada até muito depois do sol se por. Com toda a crueza de amigo, e a arrogância de quem não se considera machista, disse-lhe que precisava de homens para aquela tarefa. Tratava-se de percorrer a caatinga num jipe, que construiria, às vezes sua própria estrada, para entrevistar pessoas que seriam desalojadas de suas terras. Inopinadamente, meu discurso parece ter sido por demais desafiador e sedutor para uma mulher que se recusava a assumir papéis tradicionais, até mesmo uma profissão. O fato é que Regina acabou partindo comigo para Casa Nova 45 dias depois, deixando o namorado em Salvador, e me arranjando, como esperava, um outro estagiário.

Em Casa Nova, onde ficamos alojados, e em Sento Sé, o trabalho transcorreu sem problemas, aqui e ali precisando de acertos, mas seguindo o crono-

cronograma. Tudo era novo para mim – a luz intensa, a caatinga, as noites do sertão, o Velho Chico, o café da manhã com pinha e farofa, a feira, os costumes do povo das barrancas – e me inebriava inteiramente os sentidos. Para completar, um breve caso de amor quase me desarruma o noivado. Tudo isto me marcou tão fortemente que nada de profissional me ficou na memória desta primeira experiência profissional.

Quando voltei a Salvador, passei a trabalhar na sede do IURAM, no Centro Administrativo, comandando uma outra pequena equipe na codificação e apuração dos dados que coletara. Tal trabalho se arrastou de março a junho de 1973. Foram meses de alguma apreensão, pois sabia que o IURAM, apesar de meu bom desempenho, não iria me contratar, terminada a apuração. Havia, todavia, a possibilidade de vir a ser contratado, na própria Secretaria de Planejamento, pela Fundação CPE, que começara a realizar então um mega-diagnóstico da economia baiana chamado *Análise Geral da Economia Baiana* (AGEB).

A CPE, antiga Comissão de Planejamento Econômico, fundada por Rômulo Almeida em 1955, durante o Governo Antonio Balbino, fora o primeiro órgão de planejamento regional no Brasil. Por ela passaram, antes do golpe de 1964, os melhores intelectuais baianos, entre eles o geógrafo Milton Santos e muitos sociólogos formados por Thales de Azevedo no Instituto de Ciências Sociais e que, depois, fizeram a CEPAL. Esses homens tinham sido corridos em 1964, 1968 e 1969 pela repressão, mas o órgão era ainda prestigioso e o que melhor pagava na área de planejamento econômico, a um só tempo criando e regulando o mercado de trabalho para economistas e sociólogos na Bahia.

Em junho de 1973, surgia finalmente uma oportunidade. A coordenação do AGEB resolvera contratar os serviços profissionais de um demógrafo para escrever o diagnóstico de População, ao invés de continuar a utilizar os serviços do setor de estatística da Secretaria de Planejamento. Eu havia sido indicado por uma colega que fizera comigo o curso de “Introdução à Demografia”, de pequena duração, no Programa de Recursos Humanos da UFBA. Fora minha única experiência prévia em demografia. No entanto, eu parecia ter o perfil adequado: tinha conhecimentos de sociologia e economia do desenvolvimento e um destemor à matemática suficientes para levar adiante a proposta da moderna demografia. Convencido disto – até mesmo porque era uma tarefa que meus colegas sociólogos achavam pouco sociológica, meus colegas economistas, pouco econômica, e que desagradava igualmente a todos, por ter que manipular números –, aceitei o posto, convencido, primeiro, que daria conta dele, segundo, que aquela era realmente a minha chance de entrar na CPE, já que não tinha padrinhos maiores que meus colegas de turma.

Minha primeira oportunidade intelectual veio logo em seguida. Em setembro do mesmo ano se iniciaria no Rio de Janeiro o *III Curso Intensivo de Demografia*, oferecido pelo Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE) e pela PUC do Rio de Janeiro. Não foi difícil convencer o coordenador da equipe a me mandar ao Rio aprimorar a formação profissional requerida

pelo posto que acabara de ocupar. Fiquei até dezembro no Rio, trabalhando duro, suprindo sérias lacunas de minha formação escolar, inclusive o estudo de derivadas, cálculo diferencial e integral. De fato, como não havia feito o curso “científico”, mas sim o “clássico”, meu conhecimento de matemática era rudimentar, não ultrapassando o programa do ginásio. Mas, apesar disso, meu desempenho foi dos melhores. Tão bom que, terminado o curso, fui o único a ser convidado a ir ao CELADE, em Santiago do Chile, para um estágio com bolsa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Agora, entretanto, tive maiores dificuldades de convencer os coordenadores da CPE a me liberarem para este estágio. Para conseguí-lo, tive que elaborar um plano de trabalho muito minucioso e um roteiro do que seria o capítulo População do AGEB, no qual constava, entre outras coisas, uma projeção da população do Estado da Bahia, por sexo e idade, até o ano 2000, seguindo as modernas técnicas de projeção de população, divulgadas pelas Nações Unidas. O meu plano de trabalho em Santiago do Chile, com Carmen Artex, resumia-se a elaborar e executar, sob sua supervisão, tal projeção. A proposta era por demais tentadora para os dirigentes da CPE e, em 25 de junho de 1974, eu chegava ao Chile para passar dois meses trabalhando no escritório do CELADE, na calle Heliodoro Yanez.

Morava há poucos quarteirões dali, em Providencia. Foram dois meses difíceis. Era minha primeira experiência de inverno fora dos trópicos. O frio de 2 a 5 graus incomodava. Mas incomodava muito mais a solidão a que estava fadado qualquer estrangeiro que chegasse àquela cidade sitiada pelo medo e carcomida pelo ódio de classe. O terror se espelhava nas submetralhadoras que os carabineiros portavam todo o tempo, inclusive nas *liebres*, ônibus minúsculos e antigos que faziam o transporte da população da capital. Duas vezes apenas almocei em família, convidado por um pesquisador brasileiro do CELADE, um pernambucano muito amável, mas cujo nome não me recordo. No mais das vezes almoçava só. Não havia em Santiago nem estudantes, nem visitantes, ao menos estudantes e visitantes tais como os vemos se comportar em qualquer lugar do mundo. Para sorte minha, nos últimos quinze dias de minha estadia, chegou ao CELADE um outro brasileiro, vindo de Minas Gerais, desavisado como eu, também para um estágio. Quebrava-se a solidão. Mas o fato é que Santiago ainda não se recobrou do banho de sangue.

Santiago foi para mim um local de muito trabalho, muita reflexão e de passeios solitários. Saí dali outro. Voltara a freqüentar a igreja, não para missa ou qualquer sacramento, mas apenas para ficar com Deus. De Santiago saí também com um convite para fazer o Mestrado em Demografia no CELADE de Costa Rica.

De volta a Bahia, a depressão apenas aumentou. Em pouco tempo era tragado por um trem de vida muito medíocre e monótono. O AGEB revelava-se a cada dia, um trabalho apenas burocrático. Faltava comando intelectual. As equipes se perdiam em viagens inúteis ao interior do Estado, recolhendo dados que mal escondiam o objetivo real destas viagens: complementar

os salários através do recebimento de “diárias”. Este, entretanto, era o melhor aspecto do meu emprego. Conheci assim muitas cidades do interior baiano e revisei outras, como Juazeiro, da qual ainda gosto muito. Do ponto de vista intelectual é que era duro. Não havia discussão. A CPE esgotava-se a olhos vistos: é como se a amplitude do AGEB apenas revelasse a pobreza intelectual dos seus responsáveis. Ninguém se interessava pelo trabalho de ninguém.

Em 1975, os técnicos em planejamento resolveram esvaziar a CPE e fundaram um novo órgão chamado Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), na própria Secretaria de Planejamento. A idéia era ajustar o planejamento econômico da Bahia ao moderno planejamento que se fazia em Brasília. A troca de nome marcava, simbolicamente, a ruptura com uma época. Saí com eles, convidado para integrar um grupo de técnicos que fazia o acompanhamento conjuntural da situação socioeconômica do Estado. Não passamos, contudo, de discussões e de cursos. Apenas no ano de 1975, por exemplo, passei seis meses em cursos de atualização¹. Era como se quiséssemos substituir a universidade em sua função de pesquisar e transmitir conhecimentos. Esta tendência, aliás me levaria, anos mais tarde, às minhas primeiras experiências docentes, como coordenador de conteúdo e como professor de cursos de atualização.

Em 1976, contudo, já se reagia a essa tendência. Tanto que naquele ano eu era convidado a coordenar um Grupo de Trabalho de Estatísticas Sociais, cuja função seria fazer o acompanhamento da conjuntura social, através da produção e análise regular de indicadores sociais. Trabalhei duro para organizar este grupo, reunindo uma equipe de técnicos juniores que estivesse disposta a aprender comigo, e não medi esforços para trazer a Salvador pessoas que pudessem nos ensinar, tais como Vilmar Faria (então no CEBRAP), Pedro Demo (da UnB), Ana Maria Goldani e Carlos Eugênio de Souza (então no SEADE de São Paulo). Consegui reunir material suficiente para três números de uma revista de análise de conjuntura, que se chamaria *Indicadores Sociais*. Publiquei dois artigos nesta revista (Guimarães, 1978a e 1978b).

Ainda no ano de 1978, publiquei uma série de brochuras contendo diagnósticos dos sistemas de estatística de emprego, saúde e educação; colaborei na elaboração de um Plano de Governo, de um Plano Integrado de Desenvolvimento Regional, etc. Já havia, de fato, a esta época, me estabelecido como demógrafo. Tanto é que, além destes trabalhos, fizera em 1976, sob regime de consultoria, alguns estudos sobre as tendências da natalidade e da mortalidade em Salvador, preparando uma projeção de população (Plandurb 1976), que fora encomendada ao Centro de Recursos Humanos da UFBA pelo Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) da Prefeitura de Salvador (mais tarde, parte deste material será desenvolvido em Guimarães e Souza (1980). Aceitei também fazer uma projeção de número de domicílios para a mesma OCEPLAN (Guimarães, 1977). Havia, enfim, retomado os trabalhos que tinha feito em Santiago.

1. Refiro-me aos cursos de “Atualização em Teoria do Desenvolvimento e Técnicas de Planejamento” e “V Curso de Planejamento a Nível Estadual”, citados no CV.

Meu descontentamento, porém, apenas aumentava, à medida que me via relegado a ser um demógrafo de província. A decisão de não fazer o mestrado em Demografia em Costa Rica, para o qual tinha sido convidado, fora tomada um ano antes, quando decidira ficar e ter minha primeira filha em Salvador, e agora cobrava seu preço. A esta filha se seguiu um menino, que nasceu em 1976. Precisava, portanto, de dinheiro num mundo profissionalmente muito limitado. Comecei a sofrer com isto. Foi então que tomei a decisão de estudar *O Capital*, símbolo para mim do saber sociológico, tal como antes tinha aprendido inglês - só. Li e reli *O Capital*, anotando cuidadosamente cada capítulo, só. No trabalho, tocava, como podia, as minhas estatísticas sociais.

Em 1979, aparecia, finalmente, a oportunidade que me faltava. Naquele ano, o Mestrado em Ciências Sociais, com a morte do Prof. Machado Neto, e o afastamento de sua equipe para doutoramento em São Paulo, se reorganizava em novas bases. O que fora antes um bastião da *eidética* sociológica, inspirada em Carlos Cossio, passava a ser um espaço aberto para o qual os marxistas, recém-avivados pelo crescimento do movimento operário e o retorno dos exilados, afluíram em massa. Também naquele ano, retornavam a Salvador de cursos de doutorado no exterior, ainda não completados, dois jovens de minha geração, João Reis (história) e Nadya Castro (sociologia), que tinham optado mais cedo por uma carreira universitária e se incorporavam então ao Mestrado. A simples presença deles servia já de emulação suficiente.

Um ano depois, em 1980, depois de completados os créditos disciplinares requeridos pelo Mestrado, eu ingressava no Departamento de Sociologia da UFBA como professor colaborador, em regime de tempo parcial. Minha atividade no sistema de planejamento econômico do Estado da Bahia estava terminada. Apenas o vínculo formal permanecia, o qual só foi rompido em 1985, quando, retornado do doutorado em Wisconsin, obtive a mudança de vínculo do meu contrato com a UFBA para o de “dedicação exclusiva”.

Em 1979, entretanto, se não *de jure*, mas de fato, encerrava-se um ciclo profissional e começava um outro.

OS ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Eu não sabia, quando subi, pela primeira vez, a alameda arborizada da Faculdade de Filosofia em São Lázaro, na extremidade oeste da cumeada da Federação, de onde se descortina a praia de Ondina e de onde os olhos se perdem no oceano, que começava ali um período de estudos que duraria seis anos e que mudaria a minha vida.

Pedira e conseguira da CPE, cujo nome havia sido reabilitado, uma licença integral de um ano para cursar o Mestrado em Ciências Sociais. Meu projeto de ingresso era, do ponto de vista empírico, próximo à minha experiência como demógrafo, tratava da migração para Salvador; do ponto de vista teórico, aproveitava as minhas leituras d' *O Capital*, atualizadas pelas leituras dos marxistas brasileiros que se agrupavam em torno do CEBRAP e da sua revista, principalmente Paul Singer e Francisco de Oliveira. Lembro-me da minha entrevista, quando o Prof. Navarro de Britto me pediu para explicar como ficaria meu projeto se eu estivesse estudando migrações na URSS. Retrucara de imediato, e muito seguro, que cada modo de produção tinha suas próprias leis de população e de mobilidade espacial e que eu não conhecia as leis do modo de produção socialista. Ainda que dogmática, a resposta agradou a Navarro, talvez pela ingênua petulância, que, pelo que soube mais tarde, comentou com uma professora ligada a mim que me julgava um dos melhores daquela turma que acabava de ser admitida.

Fiz com Navarro de Britto um curso de Ciência Política, em que li principalmente Durverger e Dahl. Fiz também um curso com o velho mestre da ciência política baiana, o Prof. Nelson de Souza Sampaio. Nestes cursos exercitei minha capacidade de compreender e contextualizar o conhecimento e a nomeada intelectual. Meus colegas tratavam estes velhos professores como cães mortos; eu buscava entender a época, os interesses e os locais de onde aqueles homens notáveis falavam. Enchia-me de curiosidade a vida e os interesses que moveram os homens políticos que construíram a Bahia onde eu tinha nascido e onde me criara.

O engenho e a arte para tanto, todavia, eu estava aprendendo em outro curso e com outras leituras.

Nadya Castro acabara de chegar do México, onde fizera seus créditos de doutoramento na UNAM, que congregava, na época, alguns dos principais intelectuais latino-americanos, fugidos das repressões brasileira, argentina e chilena. Seus cursos de Teoria Sociológica Clássica e Sociologia Con-

Contemporânea uniam o conhecimento dos clássicos, que trouxera dos mestres que passaram pela UnB entre 1969 e 1974, e a discussão que fervilhava nos meios marxistas latino-americanos naquele momento. Era tudo o que eu queria. Com a mesma determinação com que me entregara antes ao aprendizado do francês e do inglês, da literatura, da antropologia e de *O Capital*, entregava-me agora ao estudo da sociologia.

Reli o Durkheim *d'As Regras e d'O Suicídio*, li pela primeira vez Weber, li o Marx dos *Grundrisse* e dos escritos políticos, li Gramsci e seus comentaristas, li Althusser e Poulantzas. Principalmente, transformei os escritos políticos de Marx num objeto de exegese e de hermenêutica. Tratei o 18 Brumário como antes só houvera tratado as poesias de Pessoa ou os poetas franceses que traduzira. T tamanha excitação só encontrava igual na enorme vitalidade política que voltara a tomar conta dos estudantes brasileiros no início dos anos 1980. Em torno do PT e do PCB cresciam os círculos intelectuais, agora mais arejados e abertos às minorias, aos alternativos, aos poetas, respeitando e valorizando as diferenças. Éramos livres para pensar, fumar e amar como quiséssemos.

Redefini minha tese. Eu queria entender o que foi o movimento social que levou à recuperação econômica da Bahia no pós-guerra. O edifício da Petrobrás que se levantara à frente da minha casa na Jiquitaia quando eu tinha nove anos – um bloco de concreto de um quilômetro de comprimento e oito andares que me roubara para sempre a vista para a baía - deveria agora fazer sentido para mim. Do mesmo modo, as histórias da velha CPE, que os antigos contavam nas mesas de bar, sob o fogo do álcool, e que se perdiam, fragmentadas, desconexas, sem enredo, entre anedotas tolas.

Eu tinha lido com muito cuidado os escritos de Francisco de Oliveira sobre a industrialização do Nordeste. Chico, como o chamávamos, era para a minha geração a mais completa tradução do marxismo em português. Mas, depois da minha leitura dos escritos políticos de Marx, eu queria substituir a tradução *à la Capital*, que ele fizera, por uma tradução *à la 18 Brumário*. Ao invés de ver por trás dos fatos as leis do capital em movimento, eu queria ver os indivíduos fazendo valer os seus interesses de classes. Eu queria, inspirado em Gramsci, saber como a burguesia construiu sua hegemonia sobre a sociedade baiana para fazer da Petrobrás um ponto de inflexão e do Pólo Petroquímico um nicho de prosperidade.

Mas as coisas eram muito complicadas para explicar do modo como eu queria. Primeiro, porque tratava-se de uma região e não de um estado nacional, ou melhor de uma região subordinada e periférica. As análises prestigiosas reduziam os atores locais à impotência ou à pura inexistência, como Chico tratava as classes sociais baianas, e eram muito mais plausíveis que aquelas que pretendiam restituir-lhes a dignidade da ação e da presença. Segundo, porque a classe que eu queria dignificar como ator (não se diz *atriz social*, o que seria gramaticalmente correto), tinha-se justamente escondido sob a veste militar.

Eu tinha, portanto, uma grande intuição – ler a história pelos interesses e valores daqueles que a fizeram – e uma enorme limitação – não admitir senão as classes como atores políticos. Eu

estava reduzido, assim, ao fim e ao cabo, a uma história de dois atores – burguesia e proletariado. O *18 Brumário* e o *Pouvoir politique et classes sociales*, de Poulantzas, me ensinavam sob quantas formas e quantas frações e categorias podia-se guardar uma classe, da ação de parlamentares à ação dos burocratas e dos militares. Da república ao parlamentarismo. Mas eu queria fazer algo menos estrutural e mais ativo. Escolhi, por isso, reconstituir o discurso hegemônico que permitira à burguesia baiana tornar-se classe dominante.

Minha tese chamou-se *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia*. O título queria dizer três coisas: que o discurso desenvolvimentista era um discurso da burguesia, apesar de elaborado por intelectuais da classe média; que sedimentava um compromisso de classe, e que o golpe de 64 representara a crise daquela hegemonia e daquele bloco de poder. A partir dali seria construído um novo discurso e um novo bloco. O título era claro também em tratar a burguesia baiana como uma fração regional. Devo a Nadya Castro, minha orientadora, a compreensão imediata destas idéias e seu entusiasmo por elas. Devo a Chico, que convidei para a banca examinadora, a compreensão e o incentivo para continuar a explorá-las.

Sim porque, mal acabara meu primeiro ano de mestrado quando, em sua aula semanal, Nadya Castro anunciou aos alunos que a Fundação Rockefeller tinha um programa para formação de doutores nos Estados Unidos e que encarava como prioritária a formação de doutores na área de ciências sociais. Isto tinha sido comunicado oficialmente ao Colegiado do curso pela representante da Rockefeller na Bahia, Suzy Alm. Daquele dia em diante, parte das minhas energias foi dedicada a conseguir a aceitação de uma universidade americana e a minha indicação pelo Mestrado à Fundação. Para tal, antes de qualquer coisa, teria que apreender a falar e compreender o inglês, pois a língua que eu era capaz de pronunciar em minhas leituras não guardava a mais remota semelhança com o que os outros humanos chamavam de inglês.

Tive a felicidade de encontrar na Bahia uma americana, chamada Linette, desempregada, alternativa, encantadora, que me ensinou a transformar em sons o idioma de Shakespeare. Na minha compulsão, complementei as suas aulas por audições diárias de uma a duas horas da BBC e da Voz da América. Imagino agora o estorvo que isto deve ter representado para os meus filhos e para a minha mulher. O fato é que em seis meses obtive, na primeira tentativa, os 520 pontos necessários para ser aceito em qualquer programa de pós-graduação no exterior. Meu principal conselheiro nesta tarefa foi o meu amigo de adolescência na Ribeira, o historiador João Reis, que voltara recentemente de Minnesota com seus créditos de doutorado completos. João me passou o *syllabus* e o conjunto completo das aulas de Erik Wright sobre *Class Analysis and Historical Change* na Universidade de Wisconsin, Madison. Era o que eu queria. No entanto, como a Rockefeller exigia que tentássemos pelo menos três universidades, candidatei-me também para a Havard, pelo prestígio do nome, e para a Columbia, tanto pelo prestígio, como pelo fascínio de New York.

Ao final, prevaleceu Wisconsin. Num sábado, 16 de janeiro de 1982, eu partia para Madison, via Minneapolis. No dia anterior tinha depositado minha dissertação de mestrado. Na quinta, 14, tinha ido ao Bonfim, em plena Lavagem, pedir proteção e me despedir da Bahia à caráter, com aos bênçãos de Deus, a cabeça lavada de água de cheiro e uma fitinha nova no pulso esquerdo. Ficaria os próximos três anos sem voltar ao Brasil. Partia com o incentivo de Nadya, que me instara a tratar a dissertação realisticamente, dando-lhe um final mais rápido do que a um livro; aos cuidados de João, que de Minneapolis, onde estava finalizando o doutorado, me instara a desembarcar no aeroporto de Minnesota, onde ele me esperaria com roupas adequadas para abrigar-me do frio de -25 graus que assolava o meio-oeste americano; e com a lembrança dos olhos assustados dos meus filhos, que iriam se juntar a mim dois meses depois, quando o frio amainasse.

Recebeu-me no Departamento de Sociologia de Wisconsin, o Prof. Warren Hagstrom, que ficaria como meu diretor de estudos durante o primeiro ano. Disse-lhe francamente que estava ali para estudar com Erik Wright, que eu não conhecia, no Program of Class Analysis and Historical Change. Hagstrom muito afável, com quem aliás eu faria depois um curso monográfico sobre Parsons, me lembrou que eu era completamente livre e que podia usar a liberdade que eu tinha para buscar conversar com todos os professores que eu quisesse, sem assumir nenhum compromisso. Este era seu papel, fazer com que eu pudesse escolher minha orientação sem constrangimentos. Saí do seu gabinete encantado com a dignidade daquele que, juntamente com Kent Geiger, era um dos dois discípulos de Talcott Parsons remanescentes no Departamento.

No entanto, procurei Erik na primeira oportunidade para dizer que viera do Brasil para estudar com ele e fazer uma tese sobre o Partido dos Trabalhadores, que em pouco tempo tomaria o poder no Brasil pela via democrática. Erik deve ter gostado da minha ousadia e ingenuidade, pode também ter acreditado, como eu, que o socialismo estava chegando ao poder no Brasil. O fato é que me acolheu como se fosse um aluno seu, ainda que informalmente. Submeteu-me, porém, a um teste: naquele primeiro semestre, como ele estaria de licença para pesquisa, queria que eu aproveitasse para falar e escrever inglês corretamente e fizesse um curso com um homem que ele admirava muito, Andrew Levine, no Departamento de Filosofia. Pediu-me também que entregasse a ele cópia dos meus trabalhos de curso, do projeto que trouxera, etc. Eu deveria também passar a frequentar as reuniões do Programa de *Class Analysis*.

O Departamento era um ponto de encontro de gente de todo o mundo. Encontrei lá nacionais de países da Ásia, da América, da Europa e da África, da maioria dos quais ignorava a história e os costumes, desconhecendo de alguns até mesmo a existência. O *Class Analysis*, como eu esperava, congregava os mais competitivos, senão os melhores. Senti que me atrasava no primeiro semestre, fazendo apenas um curso e mesmo assim do *minor*. De qualquer modo, aquele era um bom respiro para a competição feroz que se avizinhava. O curso de Levine, sobre

o materialismo histórico, serviu para me introduzir ao mundo completamente estruturado, claro, preciso e lógico do marxismo analítico.

Levine parecia ser, na classe, o único a entender o que eu falava. Os argumentos de Della Volpe e a linguagem althusseriana pareciam latim em desuso, que o professor retomava cuidadosamente em linguagem analítica, examinava a pertinência, ensinava aos outros a origem e a filiação, aceitava ou recusava a substância. Da minha parte, me esforçava para entender aquele modo de pensar que abstraía justamente do que eu achava mais precioso em cada pensamento de Marx. Estudei, entretanto, com muito cuidado o *Karl Marx's Theory of History. A Defense*, de G.A. Cohen, assim como todo o debate em torno do seu livro. Chamaram-me a atenção, principalmente os argumentos de Adam Przeworski, John Elster, além do próprio Erik e Levine. Defrontei-me também, no mesmo curso, com um outro debate corrente no marxismo analítico, sobre o livro de John Roemer, que reconstruía a teoria do valor e da exploração em termos da teoria dos jogos.

Levava a Erik meus comentários de leitura, que invariavelmente pedia que os reescrevesse para torná-los mais claros. Um certo dia, Erik abriu o jogo. Meu problema, ele achava, não estava num domínio incipiente da língua inglesa, mas, ao contrário, num domínio perfeito da linguagem althusseriana, o que me levava a traduzir tudo em seus termos. Ele queria argumentos claros, o menos metafóricos ou analógicos possíveis, distinções analíticas precisas, cada idéia ou detalhe merecendo, se possível, um nome. Em termos de estilo, queria frases e parágrafos curtos, bem encadeados logicamente. Para falar com Erik, eu aprendia a ser analítico. Ele pensava e analisava como Lazarsfeld, apesar de nunca tê-lo visto pronunciar ou citar este nome. Mas, quando pensava alto, e nos ensinava a pensar, ele ia ao quadro e fazia, invariavelmente, uma tabela de dupla entrada, colocando as duas dimensões mais importantes do que estava em discussão em cada uma das entradas e nomeando as caixinhas. Sua teoria das classes era, ela mesmo, uma teoria de posições, de lugares vazios. Imagino hoje, como teria sido útil se ele nos tivesse introduzido de vez aos *espaços de propriedades* de Lazarsfeld.

Mas, estou me adiantando. Para ser cronológico, devo dizer que depois daquele curso com Levine fui aprovado, sem saber, no concurso de ingresso à orientação de Erik Wright. No ano letivo de 1982/83 fiz com ele o curso completo, em dois semestres, de *Class Analysis*, no qual como orientandos, tínhamos de ser os melhores; fiz também os dois cursos de estatística para sociólogos que eram o terror dos alunos – o chefe de Departamento na época dizia, jogando lenha na competição entre o *Class Analysis Program* e os outros, que era ali, nos cursos de estatística, que ele construía o *ranking* dos alunos mais inteligentes, e não na escolha temática. De quebra, acompanhei o seminário de Organização Social que, naquele ano, estava sendo animado por Michael Burawoy. Vamos por parte.

Já falei da orientação e do ensino de Erik. Nos seus cursos aprendi, pela primeira vez, a ler Marx criticamente. Nada comparável à crítica althusseriana ou mesmo à crítica de Lucio

Colleti, que eu conhecera através de Nadya. Tratava-se agora de uma aula de anatomia, de um exercício constante de dissecação, de desnudamento, de desmitificação. O corpo da obra marxiana transformava-se num corpo completamente laico, dessacralizado. As idéias eram estendidas ao seu limite, cortadas, reexpresas, reviradas, entendidas em sua história, entendidas em seu contexto, não havia limites para trabalhar com as idéias, a não ser a lógica.

Nos cursos de estatística aprendi, também pela primeira vez, a lógica da análise multivariada. Eram sociólogos quem nos ensinavam; eram escritos por sociólogos os manuais que líamos e não havia nada, absolutamente nada, que nos fosse pedido a aceitar como um mistério. Cada fórmula podia ser pacientemente entendida depois, nas aulas extras, nas quais os TA's (Teacher's Assistants) desdobravam o programa. A carga de trabalho, no entanto, era puxadíssima.

Voltemos a Michael Burawoy. Era um homem baixo, com a pele desgastada de um operário, vestido sempre displicentemente. Os olhos vivos, atentos e irônicos mudavam uma expressão que podia facilmente ser confundida com a de um campônio em figura intelectual muito refinada. Do mesmo modo, seu sotaque britânico e a elegância de suas idéias pareciam brigar com as expressões populares que usava e com o enorme desprezo que parecia demonstrar pela pompa acadêmica. Burawoy chegara a Madison precedido do enorme sucesso que fazia seu livro *Manufacturing Consent* e seus artigos em *Politics and Society*, a revista do marxismo analítico na América. Eu era muito tímido para chamar a sua atenção. Provavelmente aquele homem que se embrenhara, primeiro, numa mina sul-africana e depois numa metalúrgica de Chicago para fazer observação participante, se a um tempo me causava muita admiração, por outro lado me inibia. Tinha sempre a impressão de que ele falava da vida, enquanto eu falava de idéias. Li, entretanto, atenta e apaixonadamente seu livro e seus artigos. No semestre seguinte fui conversar com ele, para fazer seu curso. Era muito cedo para mim: eu precisava estar desenvolvendo meu trabalho de campo, um trabalho de observação em alguma instituição ou comunidade, para ter sentido fazer um curso sobre observação participante, ele achava, com razão. Foi uma pena. Porque depois que Burawoy voltou a Berkeley perdi o contato com ele.

Ainda em Madison, naquela época, estavam Ronald Anmizade e Ivan Szelenyi. Com Anmizade fiz um curso de sociologia política e conversei muito sobre os meus interesses de pesquisa. Anmizade era, como Burawoy e ao contrário de Erik, um homem que preferia a vida às formas. Ele tinha escrito uma tese muito interessante sobre a formação da classe operária em Toulon, que me influenciou muito. Chamava seu modo de fazer sociologia de “sociologia histórica”; gostava e discutia muito Theda Skotpol, E. P. Thompson e, como eu, era vidrado nos escritos políticos de Marx e em Gramsci. Identifiquei-me muito com ele. Infelizmente, porém, ele preferiu se transferir para Minnesota, onde sua mulher obtivera também um *tenure*.

Com Szelenyi interagi num outro seminário de Organização Social, que desta vez frequentei como aluno regular, posto que deveria naquele semestre apresentar meu exame oral de qualifica-

ção. Tinha uma inteligência viva, uma ótima formação filosófica e conhecia como ninguém a sociologia alemã. Seu livro, entretanto, sobre os intelectuais enquanto classe, não me impressionou muito. Considerava-o interessante, mas muito analógico para meu gosto. Fiquei, durante um tempo, inseguro sobre se tinha agido certo quando tive que escolher entre um curso dele, sobre a sociologia de Habermas, e um curso de Hagstrom, sobre a sociologia de Talcott Parsons. O primeiro, é claro, tinha a fluência do que havia de mais *in e fashionable* entre nós, era a *pièce de resistance* com que Szelenyi pretendia quebrar o monopólio de Wright sobre o *Class Analysis*; ao segundo compareceriam apenas uns poucos estudantes do baixo clero. Minha escolha foi feita de modo muito racional. Era a última oportunidade de, em Madison, discutir com ex-alunos de Parsons o pensamento do mestre. Quanto a Habermas, achava, ainda ouviria muito falar dele. Não me arrependi. Li Parsons quase todo em um semestre, numa maratona infernal, para ter minhas dúvidas tiradas em sala por dois professores honestos, ainda que não fossem brilhantes.

Em Madison, tínhamos que escolher também pelo menos dois outros campos disciplinares para estudar, se quiséssemos fazer jus ao título de Doctor of Philosophy. Preferi dispersar meu *minor* pela filosofia, pela ciência política e pela antropologia. Além de Andrews Levine, de quem já falei, estudei também com Ann Stoler, uma antropóloga especializada no sudoeste asiático, que temperava a formação inglesa, com a leitura dos autores franceses e do conhecimento da antropologia que se fazia sobre a região, em diversas línguas. Era um curso sobre movimentos sociais, que me foi muito útil, e no qual encontrei pessoas com uma outra formação, menos estruturalistas, historiadores e antropólogos que se preparavam para ir depois ao terceiro mundo. Os cursos de ciência política que fiz, confesso que os fiz sem muito interesse, apenas para cumprir a creditação, que era muito alta. Ao todo, depois de fazer cerca de 16 cursos em Madison, tive ainda que pedir o reconhecimento de dois cursos feitos no mestrado da Bahia. Pedi também que reconhecessem a equivalência de meu título de mestre, o que foi feito depois da minha tese ter sido apreciada por Alberto Palloni.

Quantos aos exames de qualificação, tínhamos de escolher entre prestar uma exame de qualificação em Demografia e Ecologia, que durava 12 horas, ou repartir as 12 horas em três exames de três campos temáticos de Organização Social. Preferi esta última alternativa, prestando exames em três períodos consecutivos de férias, em *Class Analysis*, em Sociologia Política e em Teoria Sociológica. Em 1982, prestei meu exame oral de qualificação, discutindo o que seria minha tese: um estudo da formação da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo.

Nesta banca já não estava Erik Wright, com quem eu tinha rompido meses antes. Erik não aceitara me orientar num *reading* sobre a classe trabalhadora brasileira. Não o pude convencer de que era um colega seu e que sabia mais sobre este assunto, ao menos para buscar a bibliografia adequada, que qualquer outro professor do campus. Tudo o que eu queria de Erik era que ele desafiasse minha leitura em termos teóricos. Ele não aceitou, argumentando que não conhecia o Brasil e que, portanto, eu teria que buscar a ajuda de um *brazilianist*. Do meu lado, também não aceitei. Achei que seria perda de tempo. Naquele instante eu estava enfrentando

problemas familiares e não queria ficar longe dos meus filhos por muito tempo. Dei a mim mesmo um semestre para terminar todas as formalidades do doutorado e voltar ao Brasil com todos os exames de qualificação, os *prelims* (de *preliminaries examinations*), prontos e uma bolsa da Fundação Rockefeller para fazer trabalho de campo no Brasil. Erik revelava-se por demais formal, também na vida real.

Quem poderia aceitar roubar um aluno de Erik? Quem me safou foi Roberto Franzosi, um jovem professor italiano, recém-contratado pelo Departamento de Sociologia, ex-aluno de Charles Tilly em Ann Arbor, com quem fiz um curso de Sociologia Política e que se tornou meu melhor amigo no Departamento. Passamos a conversar longamente sobre teoria sociológica, que ele dominava com dificuldades, e de métodos quantitativos, dos quais era um mestre. Esta orientação de mão dupla acabou se formalizando, quando sentindo o drama em que eu estava mergulhado, Roberto aceitou ser o meu orientador de tese e conseguiu o aval de Erik, que continuaria na banca.

Voltei, portanto, ao Brasil para passar em casa o Natal de 1984 e fazer o trabalho de campo para minha tese. Tinha negociado um financiamento da Rockefeller para um ano de trabalho de campo. Acabei ficando três.

A PESQUISA E AS IDÉIAS

De volta a Salvador, a tarefa principal e urgente era criar as condições mínimas de exercício profissional. Só a vontade explica a ilusão que me criei de que a Bahia pudesse ser um “campo” para mim. Mas, no início tentei. Pedi minha mudança de contrato na Universidade para “dedicação exclusiva”, negociei alguns meses de tolerância na Secretaria de Indústria e Comércio, para onde tinha sido transferido à revelia, e onde encontrei um jovem recém-titulado, mestre pela FGV de São Paulo, Marcos Alban Suarez, com uma tese muito interessante sobre a petroquímica baiana. Marcos era meu novo chefe e resolveu bancar informalmente meu projeto, liberando-me dos encargos da Secretaria. Onde as coisas realmente pegaram foi na Universidade. Para começar, não havia nem espaço físico, nem vida acadêmica no meu departamento. Negocieei minha entrada no Centro de Recursos Humanos, onde estava Nadya Castro, com quem mantivera contato regular enquanto estava em Madison, mas tive que, depois de seis meses de espera, apelar para a influência de um irmão, que era juiz federal na Bahia, para conseguir minha “dedicação exclusiva”. Este episódio ilustra muito bem o quão decaída estava a vida universitária em Salvador; não entrarei, portanto, em detalhes. Direi apenas que, em pouco tempo, me dei conta que, em boa parte do mundo no qual eu teria que me mover, a minha titulação já era mais que suficiente. Para essas pessoas, o que contavam eram as boas relações, a boa conversa, a retórica, as publicações superficiais em jornais locais. Felizmente, naquela época, eu acreditava firmemente que todo isso poderia ser revertido por nós, jovens recém-titulados, ou quase-titulados, como eu, que começavam a voltar do exterior ou de São Paulo, para os mais diversos departamentos da UFBA.

O que fez a diferença maior, entretanto foi o fato de que eu tinha menos um projeto de pesquisa que um grande programa de trabalho. Nadya estava encantada com o rumo que tomaram meus estudos. Ela acabara um grande projeto, financiado pela FINEP, em que tinha estudado, com base em dados agregados, a formação do moderno mercado de trabalho na Bahia. Queria agora jogar um pouco de carne naquele esqueleto. Eu, decididamente, já não queria saber de esqueletos numéricos ou estruturais, apenas de agentes. Em pouco tempo escrevíamos um projeto ambicioso, chamado “A formação de classe dos trabalhadores químicos e petroquímicos: os determinantes materiais - economia, política e cultura”, no qual, além de nós, buscávamos integrar dois historiadores que pareciam se interessar pela pesquisa contemporânea. Iniciava-se, assim, uma colaboração estreita que continuou, ininterrupta, até 1992.

Neste grande projeto, recortei o tema que seria a minha tese de doutorado: formação de classe e regime fabril na petroquímica da Bahia.

As idéias que me guiaram nesse percurso, de 1980 a 1992, serão discutidas a seguir.

■ A análise de classes

Olhando retrospectivamente, e seguindo a continuidade entre os meus dois períodos de formação, o mestrado na Bahia e o doutorado em Madison, posso dizer que estive no campo temático que os americanos chamam comumente de “análise de classe” (*class analysis*). Este modo de nomear chama a atenção sobre o que considero mais importante na minha pesquisa daquela época: uma busca de explicação de eventos ou períodos históricos em termos da ação das classes e suas frações, de forças e grupos sociais, de atores coletivos, enfim.

Assim a variedade de objetos empíricos – a “planificação econômica regional”, a “ação sindical”, a caracterização de “regimes fabris” e as “mudanças organizacionais no processo de trabalho” provocadas por inovações tecnológicas – que examinei seguidamente, perseguia a compreensão de um único objeto teórico – as classes sociais.

Classe como hegemonia

A minha dissertação (Guimarães, 1982) fora uma investigação histórica sobre a formação do discurso (das idéias, conceitos e argumentos) através do qual se anunciou, pleiteou e justificou a industrialização do Estado da Bahia no pós-guerra. Através dos discursos, eu buscava os atores; e acompanhando a transformação dos primeiros, revelava a formação dos segundos. Nesse empreendimento usara como guia metodológico apenas os escritos políticos de Marx, as notas de prisão de Gramsci e a conceituação de classe de Poulantzas. Respondia, assim, às análises estruturalistas de Francisco de Oliveira², que concebiam o desenvolvimento do Nordeste como o resultado da lógica da acumulação do capital monopolista no Sudeste.

Meu desafio era substituir a lógica das categorias usadas pela economia política (capital, trabalho, monopólio, espaço, região, lucro) pela lógica da ação coletiva. Isso exigira, em primeiro lugar, demonstrar a formação de atores coletivos. Foi isso que procurei fazer através da identificação de discursos hegemônicos (no caso, a formação do consenso ideológico sobre a necessidade de um “desenvolvimento planejado”, liderado pela indústria de bens intermediários), de coalizões políticas e de sua organização através de instituições as mais variadas (empresas, revistas e jornais, órgãos públicos, associações civis). Levei adiante esta reflexão, empre-

2. Francisco de Oliveira (*Elegia para uma re(li)gião*, Rio, Paz e Terra 1977) e *O elo perdido – classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

gando os conceitos de “liderança”, “representantes”, “hegemonia”, “projeto hegemônico” do mesmo modo voluntarista (por oposição ao estruturalismo então em voga) com que foram definidos classicamente por Marx no *18 Brumário* e por Gramsci nos seus *Cadernos do Cárcere*.

Ao iniciar a pesquisa, em 1980, aceitava o modelo clássico das análises de classes, em que os sujeitos (as classes) e a sua orientação de ação (os seus interesses) são de algum modo pressupostos, ou, ao menos, não são objeto da investigação empírica, mas trazidos de fora por uma análise econômica independente. Ao finalizar, em 1981, tinha identificado os principais grupos e pessoas forjadores do discurso “regionalista”, que definia os “interesses baianos”: havia compreendido o papel líder da burguesia financeira local, a formação de um “compromisso de classe”, envolvendo os trabalhadores do petróleo, e havia descortinado a formação dos novos setores profissionais de classe média que se alinhavam em torno da idéia do “planejamento” como instrumento de governo. Ou seja, partira de “classes no papel”, para empregar a expressão bourdieusiana que aprendi depois, e chegara a classes reais, todas elas ligeiramente diferentes do que sugeria a denominação genérica que lhes dera inicialmente - burguesia, operariado e classes médias. No entanto, na minha dissertação, tal ponto de chegada encontra-se ainda incipientemente expresso.

Foi apenas cinco anos mais tarde, regressado ao Brasil depois dos estudos doutorais em Wisconsin, que expressei com precisão o resultado daquela pesquisa (Guimarães, 1987a/b). Mas, mesmo antes de ir, tinha já aprendido uma lição: apenas alguns atores coletivos, aqueles cuja orientação de ação está de certo modo balizada por instituições particulares (empresas, sindicatos, associações, partidos) existem empiricamente³. As classes são generalizações legitimamente elaboradas a partir desses grupos e dessas instituições; para existirem, precisam ser construídas através da agregação de valores, de interesses e de orientações de ação – o que exige a formação de lideranças (no sentido estrito de exercício consciente e legitimado de direção política), de projetos e de compromissos, todos eles historicamente contingentes.

As instituições de classe

Depois da passagem por Madison, também ficaram claros para mim alguns impasses epistemológicos. Em primeiro lugar, o realismo marxista tem um entendimento das relações sociais exclusivamente “objetivista”, que aprisiona a análise no terreno institucional⁴. Em segundo lugar, a contradição entre este realismo científico, que exige métodos empíricos e positivos de

3. Apenas nesse âmbito pode-se questionar a primazia da existência social (não psico-emocional ou racional) dos sujeitos individuais, como fez Durkheim.

4. Não deixa de ser curioso que, no marxismo, o “objetivo” conviva geralmente com uma difusa noção de “essência”, que empresta existência aos sujeitos (indivíduos). A ação coletiva é, assim, concebida como realização (ou desenvolvimento) da “natureza humana” contra as limitações que lhe são impostas pelos mundos natural e social exteriores.

demonstração, e o plano genérico em que se põe a análise, levou, com o tempo, o discurso científico marxista a desenvolver uma dialética interpretativa cada vez mais sustentada em argumentos funcionalistas.

A consciência de tais condicionamentos epistemológicos conduziu-me, sem dúvida, para a investigação das instituições de classe e dos enquadramentos históricos dos chamados “determinantes estruturais” da ação. Como marxista, era “natural” que meus trabalhos trilhassem pela investigação da formação da classe trabalhadora brasileira e de seu potencial reformador.

Ainda mais que, no Brasil do início dos anos 1980, os operários industriais demonstravam possuir enorme força política (de arregimentação, persuasão e aceitação públicas). Galvanizaram mesmo, em certos momentos, toda a oposição ao regime militar. Seu potencial de liderança sobre as camadas populares e sobre os segmentos assalariados se desdobrava em alianças tácitas com uma série de instituições multi-classistas, tais como os partidos de oposição (agrupados no MDB) e a Igreja Católica.

O primeiro filão que explorei foi, pois, o sistema de relações industriais, mais precisamente a ordem institucional que sustentava a ação sindical, assim como a própria mudança de natureza dessa ação. O lado “institucional” destes estudos sindicais encontrou a primeira síntese num texto de 1985 (Guimarães, 1985), em que, usando os conceitos de “hegemonia”⁵ e de “consentimento”⁶ desenvolvidos por Przeworski e o conceito de “regime fabril”⁷ desenvolvido por Burawoy, busquei explicar a transformação dos sindicatos brasileiros entre o período populista (1945-1964) e o período autoritário (1964-1985). A meu argumento era de que a manutenção do sistema corporativista num contexto autoritário, que coibia a representação corporativa, levou os sindicatos a buscarem legitimidade juntos às suas “bases”.

Começava a delinear, assim, de modo negativo (pelo condicionamento estrutural) uma explicação que só poderia se completar pela demonstração do aspecto positivo, criador, da ação coletiva. Acredito que com esses conceitos gramscianos estendi ao máximo a capacidade explicativa da análise marxista estrutural (ou institucional, se preferirem). Talvez, por isso, tenha buscado com eles demonstrar uma tese ousada: o fato de que eram os trabalhadores das empresas maiores e mais dinâmicas que demonstravam maior mobilização sindical e maior

5. “...a hegemonia torna-se organizada como condições institucionais que permitem àqueles cujo trabalho é extraído em cada momento sob a forma social de lucro a lutarem de algumas maneiras particulares pela distribuição do produto, cujo crescimento foi possibilitado por esse lucro (Przeworski, Adam. 1979. “The Material Bases of Consent; Economics and Politics in a Hegemonic System”, Maurice Zeitlin (ed) *Political Power and Social Theory*, Vol. 1, JAI Press, p. 36).

6. Por consentimento entende-se que a classe operária age “como [se] pudesse melhorar [sua] situação material nos confins do capitalismo” (Przeworski, Ibidem:33).

7. São “aparatos políticos que reproduzem essas relações do processo de trabalho através da regulação de conflitos” (Burawoy, Michael “Between the Labor Process and the State: The Changing Face of Factory Regimes under Advanced Capitalism”, *American Sociological Review*, 1983, v. 48, n. 5, p. 587).

dissensão política seria explicável pelas características peculiares dos regimes fabris vigentes na grande indústria brasileira. Esta tese significava afirmar que as relações sociais nas fábricas (o mundo do trabalho) era, pelo menos naquela conjuntura, o fator explicativo mais importante do padrão de formação da classe trabalhadora brasileira (Guimarães, 1986; Guimarães e Castro, 1987).

O lado “político” destes estudos foi retomado, em diversas outras ocasiões, por alguns textos em que a análise da capacidade de liderança desses novos segmentos ocupava um espaço marcante. Neles, discuti duas teses clássicas – a formação de aristocracias operárias a partir de trabalhadores qualificados e bem pagos, e o corporativismo do sindicalismo institucionalizado (Guimarães e Castro, 1990b, 1990d, 1990e, 1992b, 1992c).

Metodologicamente, estes trabalhos demonstraram-me a impossibilidade de generalizar tendências ou correlações que extrapolassem as conjunturas específicas em que elas foram originalmente detectadas.

O mundo do trabalho

Foi através de Burawoy que incorporei o mundo do trabalho ao meu pensamento. A análise marxista do processo de trabalho movia-se, desde Braverman, ao redor de dois problemas fundadores – o problema do controle e o da desqualificação do trabalho, ambos derivados da teoria marxista do valor. O primeiro pode ser anunciado nos seguintes termos: o empresário deveria garantir o consumo produtivo da “força de trabalho” que comprara no mercado, i.e., deveria cuidar para que a força de trabalho se transformasse efetivamente em trabalho (dispendio). O segundo problema consistia em quebrar a resistência da força de trabalho (que afinal era um ser humano tratado como mercadoria) em submeter-se ao controle do capital. O único meio de fazê-lo, segundo Braverman, seria quebrar a unidade natural do trabalho, separando a concepção da execução, e, portanto, simplificando as tarefas, exigindo uma destreza mais especializada e mais limitada, e uma menor qualificação global. Desqualificação é, aqui, sinônimo de degradação do trabalho⁸.

Burawoy, ao contrário, buscava demonstrar a tese gramsciana de que a hegemonia, no Ocidente, nasce nas fábricas. Hegemonia no sentido preciso (institucional) que lhe dera Przeworski, ou seja, de aparatos que produzem o consentimento. Algo que Przeworski chega a assimilar a um “jogo cooperativo”, usando a conceituação da teoria dos jogos, i.e., o conflito entre os adversários segue regras que garantem a previsibilidade da conduta e a racionalidade da ação. Para Burawoy, portanto, o ponto de partida da teoria do processo de trabalho não

8. Ou desumanização. Essa teorização, que se legitima cientificamente com a teoria do valor, tem, de fato, origem numa concepção “essencialista” da natureza humana, tal como apontada por Foucault. Este ponto, assim como o conjunto desse item, encontra-se melhor desenvolvido em Castro e Guimarães (1991a).

pode ser o controle e a desqualificação do trabalhador. O “trabalho” devia ser tratado, ao mesmo tempo, como sujeito (no sentido de sujeição) ao capital e a sua subjetividade (no sentido de identidade) construída em oposição à sua sujeição. Burawoy seguia aqui a lição de Althusser, bem assimilada por Przeworski e Therborn: o sujeito é a um só tempo “sujeitado a” e “sujeito de”.

Burawoy também partiu da teoria do valor (da extração de sobretrabalho) para fundar sua teoria do processo de trabalho. Mas, ao contrário de Braverman, o problema que ele elegeu como central foi o de garantir não apenas a extração de mais-valia mas o seu obscurecimento. Nesse sentido, o mundo da produção não seria apenas o mundo da sujeição e da coerção, mas o mundo do consentimento e da hegemonia, não apenas uma esfera econômica (de produção e administração de mercadorias) mas também uma esfera política e ideológica (de reprodução das relações sociais e das experiências delas). Burawoy fez, por isso, necessariamente, a distinção analítica entre *processo de trabalho* e *regime fabril* para demarcar essa dupla dimensão do mundo do trabalho.

Ainda que constituído por Burawoy (em seu aspecto político-ideológico), o “mundo do trabalho” que eu investiguei, não foi o mundo do consentimento mas do dissenso. Meu desafio, naqueles anos, foi o de explicar o nascimento do projeto contra-hegemônico dos trabalhadores a partir das fábricas da grande indústria brasileira, ou seja, explicar como a reprodução das relações sociais que definem um “jogo” pode eventualmente desembocar na transformação desse “jogo”.

Sujeitos pressupostos: a análise estrutural

A “análise de classe” me parecia, então, ter sua validade restrita a dois campos bem precisos: a análise de conjunturas políticas e os estudos históricos de formação de classes.

No primeiro caso, interpreta-se a ação de certos atores coletivos (partidos, sindicatos, associações etc.) a partir de uma lógica de antagonismos de classe. A justificativa não pode ser outra senão que determinados objetivos perseguidos pelos “atores” se referem indubitavelmente à defesa, à reprodução ou à transformação de posições em uma estrutura de produção, de poder ou de prestígio social. Pressupõe-se, portanto, a presença destes atores chamados “classes”. Quando não se tem boas razões para acreditar que tais atores estejam constituídos em classe, a análise toda parece uma simples reificação de categorias teóricas. Basta observar, por exemplo, que os atores de um conflito “estrutural” do tipo descrito acima podem também estar organizados em “raças”, “gêneros” ou “movimentos sociais”.

No segundo caso, o que importa é demonstrar o processo histórico de constituição de certos coletivos, a partir dos quais, em conjunturas bem determinadas, formaram-se classes. Está-se, neste caso, no terreno da historiografia e da antropologia ou sócio-análise (se entender-

mos a sociologia como “ciência das instituições”, i.e., uma ciência objetivista)⁹. Pois estamos lidando com seres humanos que se movem no âmbito de instituições sempre muito particulares, em meio a uma rede fluída de significados e símbolos, que são redefinidos pela ação destes indivíduos (e tal redefinição é que os faz indivíduos).

Neste contexto, além de empregar o conceito de hegemonia redefinido em termos “institucionais”, usei-o também no sentido “voluntarista” que o próprio Gramsci usou. Com uma única originalidade, porém: estendi o conceito para entender a formação dos trabalhadores em classe, ao invés de estendê-lo apenas à formação da burguesia, como fizera Poulantzas, ou restringí-lo para explicar as relações entre classes, como fizeram Przeworski e Burawoy. Ao agir assim, pude perceber que uma categoria profissional (os operadores de processo) constituía-se no núcleo do padrão de formação de classe apresentado pelos petroquímicos baianos nos anos 1980.

Essa intuição foi muito importante porque descortinou para mim todo um conjunto de relações sociais, geralmente desprezadas pelas análises “estruturais”, que os franceses chamam de “hors-travail”.

Assim, por exemplo, os argumentos mais fortes que elaborei para explicar a combatividade desafiadora dos operadores petroquímicos confrontados com um regime fabril despótico foram (i) a sua origem social na pequena classe média urbana, (ii) a sua relativa independência com relação ao mercado de trabalho, (iii) os seus valores não-operários, (iv) a sua experiência estudantil de contestação política.

Em minha tese de doutorado (Guimarães, 1988a) desenvolvi estas idéias em profundidade. No primeiro capítulo discuti a teoria das classes e de formação de classes que tinha sistematizado [tais resultados se encontram também em Guimarães (1991a, 1991c e 1991e)]. No segundo capítulo, retomei alguns achados da dissertação de mestrado para descrever os antecedentes históricos da formação de classe na Bahia [recuperei este tema em duas outras oportunidades (Guimarães e Castro, 1988a e 1988b)]. No terceiro e quarto capítulos, descrevi longamente a organização da produção e a gestão do trabalho nas indústrias petroquímicas [algo que resumi em Guimarães (1988b e 1990)]. No quinto capítulo, analisei a organização sindical dos petroquímicos e seus embates com o empresariado, algo que mais tarde viria a sintetizar na análise de uma greve geral operária (Guimarães, 1991b). No sexto capítulo, discuti as insatisfações operárias que alimentaram o processo de formação de classe. Mais tarde (Agier e Guimarães, 1990a/b, 1991), pude desenvolver melhor a relação entre este segmento petroquímico (os técnicos) com os segmentos semi-qualificados (os peões) em termos, não de formação de classe, mas de algo que lhe é anterior – as representações de si e dos outros. Esta última veia foi ainda mais desenvolvida na análise que fiz da biografia de um operário (Guimarães, 1993d).

9. Não por acaso, os historiadores marxistas, como E. P. Thompson, experimentaram mais cedo que os sociólogos os limites da análise estrutural.

Quanto à teoria do processo de trabalho, seja na variante bravermaniana ou burawoyiana, passei a acreditar que somente desvinculando-a da teoria do valor trabalho poder-se-ia problematizar legitimamente a questão da formação de sujeitos no mundo fabril.

Em 1998, tive a oportunidade de publicar em livro, pela Hucitec, em co-edição com a Pós-Graduação da USP, a análise da formação em classe dos petroquímicos da Bahia, que tinha sido objeto de minha tese de doutorado e de minhas pesquisas entre 1985 e 1992. Era o primeiro livro meu, integralmente meu, sem co-autoria, e o último sobre a temática do trabalho e da classe operária. Marcava a minha entrada no Departamento de Sociologia da USP e minha mudança de área disciplinar.

A PROFISSÃO DE PESQUISADOR

Pesquisar significa também, muitas vezes, recriar instituições. Era essa a situação, em 1985, na Bahia. O sistema de financiamento à pesquisa privilegiava o curto prazo, pois os financiamentos nunca ultrapassavam dois anos, o que exigia relatórios e novos projetos constantemente. Por outro lado, a organização da vida acadêmica no Brasil criou muitos espaços de comunicação e reconhecimento que exigiam, ademais, uma apresentação constante de textos e comunicações a Congressos e seminários. Isto significava manter, além das equipes de pesquisa, redes de pesquisadores, grupos de trabalho em associações e, é claro, o suposto de tudo isto, a sua própria instituição.

Foram, ao todo, seis projetos de pesquisa que escrevi com Nadya, entre 1985 e 1991, para podermos continuar existindo como equipe. Os temas destes projetos, como já disse, estendiam e desdobravam aspectos de um grande programa de estudos sobre a formação de classes na Bahia do pós-guerra, o qual, infelizmente, nunca tivemos tempo de desenvolver metodicamente, apesar de termos escritos juntos oito artigos para publicação em revistas acadêmicas e coletâneas, e dois livros.

Além desta atividade constante de pesquisa, e de escrever projetos de pesquisa em busca de financiamento para manutenção de minha equipe, debati, coordenei mesas ou expus em 36 congressos ou seminários, entre 1985 e 1992, na Brasil e no exterior, e apresentei 25 vezes comunicações a congressos ou seminários, nacionais ou internacionais, no mesmo período.

Com o tempo, fui passando a privilegiar os âmbitos onde minha atuação seria mais constante. O principal destes espaços foi a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, onde além de apresentar trabalhos, fui coordenador regional para o Nordeste do Grupo de Trabalho “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais” entre outubro de 1986 e outubro de 1991, período apenas interrompido pela minha volta a Madison para a defesa de tese, e coordenador nacional do mesmo GT entre outubro de 1991 e outubro de 1992, quando resolvi mudar de área temática de pesquisa. Ainda na ANPOCS, compus o comitê editorial da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* entre janeiro de 1989 e outubro de 1992.

Havia, também, alguns outros espaços muito importantes para interlocução, naquele momento. O primeiro deles era uma rede de pesquisadores nordestinos em torno do tema “relações de trabalho e relações de poder”.

Os principais resultados dos trabalhos desse grupo apareceram anos depois em um livro organizado por Deise Siqueira (*Relações de Trabalho, Relações de Poder*, Brasília, 1997).

O segundo, muito importante, foi o intercâmbio que passei a manter com pesquisadores franceses, utilizando-me, seja de um acordo CAPES/COFECUB, seja de um acordo CNPq/ORSTOM, atualmente IRD (Institut de Recherche pour le Développement). Com o IRD passei a ter laços orgânicos, tornando-me inclusive um pesquisador associado, entre dezembro de 1989 e dezembro de 1991. Tal interlocução começava em casa, no CRH, onde se integrara ao nosso projeto de formação de classe (que ganhara, para a Cooperação Internacional do CNPq, o nome de “Práticas culturais e familiares dos trabalhadores químicos e petroquímicos”) o antropólogo francês Michel Agier, com quem passei a trabalhar muito próximo, entre 1986 e 1992, e que muito me influenciou a retomar as minhas leituras sobre as populações negras da Bahia.

Em dezembro de 1989, eu chegava a Paris para um período de três meses de trabalho. Preciso dizer a emoção que senti ao rever aquele meio que eu percorrera através de livros e jornais, através de romances e de poemas, quando era ainda um adolescente? Foi a primeira oportunidade para travar conhecimento direto com o mundo sociológico francês, participar dos seminários e ouvir as conferências de Pierre Bourdieu, de cuja obra tinha me aproximado através de Michel; de reencontrar outros pesquisadores franceses com trabalho no Brasil, como Robert Cabanes, Bruno Lautier, Jean Copans, Jaime Pereira e Marion Aubrée; e de também dar uma esticada a University of Sussex, em Brighton, onde estava John Humphrey, para conhecer a sociologia do trabalho inglesa.

Pouco depois, minha circulação internacional se ampliava com um estreito diálogo com Rainer Dambois, então na Colômbia, Ludgier Pries e Francisco Zapata, do Colégio de México, e outros colegas mexicanos, como Jorge Carillho, do Colégio de la Frontera. Tratava-se, na verdade, de uma rede latino-americana de pesquisadores em formação, que envolvia também colegas de Porto Rico, do Uruguai, do Chile, da Venezuela e da Argentina. Rede que evoluiu rapidamente para a criação de uma Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, em 1993.

Ainda no plano da cooperação internacional, aproveito para registrar que em 1991, 1992, 1994, 1996, 1998, 1999, 2001 e 2003 voltei outras vezes à França em missões de trabalho, estendendo a interlocução para além do IHEAL (Institut des Hautes Études de l’Amérique latine) e o IRD. Nesses anos tenho dialogado e discutido constantemente com Afrânio Garcia, do Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain; Marise Tripier, do URMIS (Unité de Recherche sur les Migrations – Paris VIII) e Jean-Pierre Dozon, do Centre d’Études Africaines. À cooperação internacional com a França seguiram-se intercâmbios constantes com os Estados Unidos (Anani Dzidziyeno e Thomas Skidmore, da Brown University; Edward Telles e David Lopez, da UCLA; Michael Hanchard, da Northwestern; George Yudice, da New York University; John French, da Duke University) e com a Alemanha (Sérgio Costa, da Freie Universität Berlin).

Mas, duas outras redes de pesquisadores foram também importantes para mim nos anos 1990. A primeira, em torno do GT “Classe operária e sindicalismo”, da ANPOCS, reuniu pesquisadores interessados no movimento sindical brasileiro e, acabou por incorporar também as preocupações com as mudanças no processo de trabalho então em curso. Com este grupo, cuja cabeça estava no CEDEC, coordenado por Roque Aparecido, mas que envolvia também pesquisadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, realizei um projeto de pesquisa sobre “Resposta sindical e dos trabalhadores ao progresso técnico na forma de automação: estudos de caso dos setores metal-mecânico, petroquímico e bancário na Bahia”. A segunda foi uma rede, de vida mais breve mas de repercussões profundas, que Helena Hirata, Elizabete Lobo e Maria Tereza Fleury animaram a partir da USP. Através desta rede travei contato com profissionais que o GT “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais”, da ANPOCS, apenas começava a alcançar: engenheiros de produção, administradores, economistas e historiadores sociais, principalmente. Foi através de Helena Hirata que cheguei a Sérgio Adorno, então vice-chefe de departamento, e a Maria Célia Paoli, que me convidaram para dar um curso de Sociologia do Trabalho na Pós-Graduação da Sociologia da USP, entre março e junho de 1993.

Além da ANPOCS e destas redes, passei também a apresentar trabalhos nas reuniões da Sociedade Brasileira de Sociologia, da qual fui presidente entre 1995 e 1997.

Bom, voltemos ao que é principal neste item: a sustentação da vida institucional. Já disse que, voltando ao Brasil, não encontrei condições de trabalho no meu Departamento, mas tampouco esperava encontrar. Havia apenas dois espaços onde isto seria possível na UFBA: no Centro de Recursos Humanos, o antigo PRH, onde fizera aquele curso salvador e maldito de demografia, em 1971, e o Mestrado em Ciências Sociais. O CRH abrigou-me, não me pedindo nada mais que meu trabalho de pesquisador, até que eu concluísse meu doutoramento. Em setembro de 1987, com 60 quilos de papéis na mala, eu voltava a Madison para escrever e defender minha tese. O Mestrado em Ciências Sociais entrara rapidamente em crise, depois daquela reforma que permitira a minha entrada como aluno, em 1979. Em 1986, o Programa estava morto e teria que ser recriado. Eu participei de toda a montagem do novo Mestrado em Sociologia. Aliás era aceito por todos que seria a equipe do CRH a única capaz de sustentar o novo Programa de Pós-Graduação que surgia.

No jogo de poder interno, estabeleceu-se no CRH, tacitamente, que eu estaria reservado para funcionar como “regra três” na sucessão do Centro, enquanto Inaiá Carvalho, um nome de maior aceitação no Departamento de Sociologia, deveria coordenar o novo Mestrado, criado em 1989. No final do mesmo ano, eu era eleito o novo diretor do CRH com um projeto ambicioso de profissionalizar a pesquisa no Centro, o que significava que todo pesquisador deveria ter projeto de pesquisa financiado, deveria apresentar planos e relatórios de trabalho em intervalos regulares de um ano, e animar, com resultados parciais de suas pesquisas, a vida intelectual do Centro. O projeto era muito ambicioso, principalmente porque dos oito professores-pesquisadores do Centro, cinco se encontravam formalmente “afastados” para

cumprir programas de doutoramento, ainda que pudessem estar fisicamente em Salvador. Era ambicioso também porque, tão logo assumi, resolvi transformar os nossos *working papers* numa revista acadêmica. Para não despertar ciúmes, ela deveria manter o nome e o formato da última publicação do CRH. Deveria também manter a numeração e o ISSN de modo a realçar a continuidade com as direções precedentes. Mas, ao contrário dos *working papers*, deveria ter um corpo editorial externo, que pudesse exigir e manter a qualidade da revista sem provocar tensões internas.

Ainda durante a minha direção, o CRH recebeu uma dotação da Fundação Ford para desenvolver um extenso programa de pesquisas sobre “Classes, Etnias e Mudanças Sociais na Bahia”, que veio a ser coordenado por um pesquisador-visitante francês, Michel Agier. Esse programa, transferido para a o Mestrado em Sociologia, se transformou depois em *A Cor da Bahia*, uma das primeiras iniciativas a desenvolver, ao mesmo tempo, tanto pesquisas sobre a situação sócio-econômica e material dos negros brasileiros, quanto ações afirmativas junto aos alunos negros de um universidade pública.

As minhas exigências acadêmicas, o crescimento de minha visibilidade intelectual, o meu envolvimento pessoal com o projeto “Classes, etnias...”, tudo isso coincidindo com o “afastamento” temporário de muitos e a ausência no CRH de outros financiamentos de vulto, acabaram gerando muitos conflitos.

Esta foi a experiência mais difícil que tive. Tão difícil que, no final, em 1992, tinha decidido a me afastar de cargos de direção e dedicar-me, doravante, a fazer meu trabalho o mais quieto possível, no Mestrado em Sociologia, onde bem ou mal não havia “donos”, ao invés de querer criar ou revitalizar instituições. Estava resolvido também a promover as condições para sair da Bahia. O primeiro passo nesta direção foi aceitar o convite para ensinar na Pós-Graduação de Sociologia da USP em março de 1993.

A essa altura, entretanto, eu também já não queria continuar fazendo Sociologia do Trabalho, tão encantado que estava com o meu ingresso nos estudos de formação étnica – queria investir minhas energias no estudo das relações raciais no Brasil.

Porém, antes de passar ao período mais recente de minha atividade intelectual, marcada tanto pela mudança de campo de pesquisa, como de instituição, devo sistematizar em poucas linhas minha atividade de ensino e formação de mestres na UFBA.

**A VIDA
DOCENTE**

Em março de 1980, ofereci o meu primeiro curso universitário. Fora contratado como professor colaborador da Universidade Federal da Bahia, mas, ao contrário dos outros colegas que entraram comigo, ao invés de ser alocado numa turma de “Introdução à Sociologia” para outros cursos da Universidade, como era a prática, foi-me dada uma turma de Sociologia III, no curso de Ciências Sociais.

O curso, na grade curricular de então, aliás a mesma que eu cursara 11 anos antes, versava sobre estratificação social. O programa, que historiava as diversas definições do conceito, não podia ser bem dado ou bem absorvido pelos alunos sem que se aprofundasse o significado dos conceitos nos diferentes contextos teóricos.

Eu estava alinhado com um grupo de professores que queria reformar o conteúdo programático da cadeia de teoria, para ressaltar a estrutura do pensamento sociológico através de três matrizes: Durkheim, Marx e Weber. Encontrei neles o incentivo para alterar o programa, de modo a salientar o conceito de classes sociais no pensamento de Weber e Marx. Foi o que fiz. Ensinei este curso até minha saída para o doutorado.

Em 1986, quando retornei à sala de aula, voltei com a experiência adquirida em Madison. Lá, um dos professores que mais me chamara a atenção, e do quem ainda não falei, foi Charles Camic, com quem fiz dois cursos de Teoria Sociológica que foram decisivos na preparação para o meu *prelim* de teoria. Camic tinha uma abordagem histórica da teoria, que contrastava com o mundo estruturalista em que até então me movera. Ele fazia da teoria sociológica uma história das idéias. Hoje acho que Camic me marcou mais do que, na época, eu pensava.

O fato é que, de volta às aulas, foram-me destinados dois cursos: Sociologia I (sobre Durkheim e Weber) e Sociologia II (sobre Marx). Para minha surpresa, gostei muito mais de dar o primeiro, que o segundo, do qual, aliás, depois de um semestre, me afastei. O programa que preparei para Sociologia I tinha duas novidades em relação ao programa oficial do Departamento. Primeiro, ao invés de ser uma leitura *ipsis litteris* dos textos clássicos, comentada pelo professor, passava a ser uma leitura dos clássicos comentada por teóricos contemporâneos: Giddens, Lukes, Alexander, Bendix, etc. Segundo, a leitura de cada um dos autores clássicos era precedida de uma pequena história do pensamento social europeu. Pelo menos a primeira destas inovações foi, felizmente, incorporada ao programa oficial.

Quanto ao curso sobre Marx, justamente por ter introduzido as duas modificações a que me referi acima, foi difícil encontrar, seja por parte dos colegas, seja por parte dos alunos, uma boa receptividade. Descobri rapidamente que, apesar dos anos, o marxismo era ainda, para muitos, uma ideologia identitária, que escondia também as aspirações de mobilidade de uma pequena classe média empobrecida e da classe operária afluyente. Meus alunos, afinal, eram as vezes, os mesmos informantes que me ajudavam a decifrar o movimento operário baiano. Tive que escolher e escolhi ficar com meus informantes e me afastar do ensino de Marx. Definitivamente eu não era mais, ao menos teoricamente, um marxista. Meu marxismo tornara-se por demais analítico, heterodoxo, revisionista.

Ainda naqueles anos, ofereci um curso monográfico, misturando alunos do mestrado e da graduação, sobre “A estrutura e formação das classes sociais na Bahia”, *d’après* o título de um artigo meu que saíra na *Novos Estudos*. Foi um curso muito interessante, dado para três alunos que faziam “Prática de Pesquisa” sob a orientação de Nadya. Ministrei ainda um curso sobre “Sociologia da Organização”, com um programa que enfatizava a história das teorias sobre a gestão da força de trabalho; um outro sobre “Sociologia do Trabalho”, em 1991, o mesmo curso alíás que dois anos depois eu ofereceria, com enorme sucesso, na pós-graduação da USP; e um terceiro sobre “Racismo e imaginário nacional”, em 1994, para um público também muito interessado.

Ainda na graduação em Ciências Sociais, orientei uma monografia final de três alunas sobre o trabalho em firmas que prestavam serviços a empresas do Pólo de Camaçari. Uma monografia honesta, sem maiores ambições ou qualidades extraordinárias.

Mas, meus últimos cursos na Bahia me remuneraram muito mais que os primeiros. Em 1995, arroguei-me a tarefa, junto com Nadya, de montar e experimentar um programa de “Introdução à Sociologia” para alunos de Ciências Sociais, que fosse a um só tempo pertinente e motivador. Chegara à conclusão que tinha que me adaptar à clientela de Ciências Sociais, a maior parte dela sem formação para aceitar o desafio de ler teoria, pensar e escrever. Tinha-me convecido que só poderia alcançá-los partindo do mundo onde todos estávamos – o Brasil das drogas, da violência, do esporte, da sexualidade, da TV, etc. A repetida leitura de manuais de Sociologia convencera-me que apenas nós, no Brasil, insistíamos em tratar nossos alunos como jovens reclusos, que se distraíam com leituras em línguas estrangeiras, antes de vir para a universidade. Nosso programa procurava, ao mesmo tempo, ensinar algo que se tinha perdido no tempo - a sociologia sistemática, o arsenal de conceitos que fora pela primeira vez sistematizado em Chicago e que, de certo modo, passara à linguagem comum. Este compromisso entre a Chicago do começo e o Brasil do final do século XX parecia perfeito. Insisti ainda na fórmula no primeiro semestre de 1996, com resultados melhores, e ainda acho que com um pouco mais de experimento, chegaria a um bom curso de *Introdução*.

A outra disciplina que me dispus a criar foi a “Sociologia V”, versando sobre a Sociologia no Brasil. Era um absurdo que os alunos chegassem ao final do curso sem terem examinado

de modo sistemático a evolução do pensamento social, o nascimento da Sociologia no Brasil, a sua institucionalização como ciência, o modo peculiar como tratou os temas mais candentes da nossa vida social neste século. Infelizmente, não ofereci este curso senão um semestre. Gostei, todavia, dos resultados. Pensando, agora, retrospectivamente, acho que com estes cursos atingi a maturidade como professor. Ou seja, cheguei àquele momento em que os alunos, ao invés de serem chamados a participar de um banquete intelectual para o qual não estão preparados, são tratados como os nossos outros – os filhos – que precisam aprender a aprender.

No Mestrado em Sociologia da UFBA minha participação foi intensa. Principalmente na sala de aula e no colegiado de curso; muito menos do que eu queria, na orientação de alunos. Orientei as dissertações de apenas dois alunos na minha área de Sociologia do Trabalho: um defendeu tese em 1991 o outro em 1994. Foram duas boas dissertações, principalmente a primeira, feita por um aluno que foi meu bolsista de Iniciação Científica, no primeiro projeto sobre a formação de classe dos petroquímicos em 1985, e continuara comigo desde então. Ele mesmo fora um operador de processo petroquímico, e pode, em sua dissertação, inserir um belíssimo capítulo sobre suas memórias. Senti-me plenamente recompensado. Tive ainda uma orientanda, Judite Dultra, que concluiu tese no Mestrado de Administração da UFBA. Fiz parte também da banca examinadora de alguns poucos alunos, entre as quais destaco uma análise do processo de trabalho na mesma fábrica que eu estudara cinco anos antes. Mas, de um modo geral, me senti pouco procurado e pouco aproveitado em orientações e bancas, o que serviu para manter minha humildade.

Não passou um semestre em que eu estivesse na Bahia que não oferecesse um curso no Mestrado em Sociologia e, nos últimos anos, com uma dupla entrada, também no Doutorado de Comunicação e Cultura Contemporânea. Sinal, eu penso, de que precisam mais de professores nas salas de aula do que nas bancas, pensamento que evitou transformar em depressão minha humildade. De qualquer modo, o ensino na pós-graduação geralmente me gratificou. O primeiro curso que ofereci no Mestrado o fiz a seis mãos, dividindo com Nadya Castro e Michel Agier, uma revisão da Teoria Social Contemporânea. O segundo chamava-se “Teoria das Classes”. Era uma revisão crítica do pensamento de inspiração weberiana e marxista sobre classes, que acabou por se transformar num artigo que publiquei no BIB (Guimarães, 1991c). O curso foi um sucesso. Acredito que serviu também para muitos alunos, principalmente os de Antropologia, entenderem a vida inteligente em outro planeta e aplicarem a sua lógica à análise dos fenômenos contemporâneos que estudavam.

Seguiram-se um curso sobre “Sociologia das Profissões”, quase sem platéia, e um curso de “Sociologia do Trabalho”, para alguns alunos do Mestrado e Doutorado de Educação. Ao conversar com o nosso coordenador do Mestrado, ele me falava do enorme interesse que despertara meu programa em outros mestrados; ao pegar a caderneta, observava tristonho que não teria alunos para imprimir ao curso o ritmo que eu queria. Definitivamente, mesmo sem ser requerido, eu não poderia sair da sala de aula, para não prejudicar a avaliação do

mestrado junto à CAPES. Meu amor próprio chegaria a zero se, convidado para oferecer o mesmo curso na USP, no semestre seguinte, não encontrasse aqui uma audiência grande, ativa e inteligente.

Nos três últimos semestres que passei na UFBA ofereci, com modificações permanentes, cursos sobre a relação entre a formação da identidade nacional, a evolução do pensamento sociológico no Brasil e a discriminação racial no país. A partir destes cursos tive a fortuna de conhecer vários alunos bons e interessados, dois dos quais tornaram-se meus orientandos, os quais deixei em Salvador, mas continuei orientando e titulei na UFBA, a partir da USP.

Minha mudança para a USP começou em agosto de 1996, quando vim, com bolsa da FAPESP, por um período de seis meses, como pesquisador visitante do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), a convite de Sérgio Adorno. Desenvolvia, então, meu estudo sobre a discriminação racial no Brasil, usando como fontes a imprensa diária e os Boletins de Ocorrência da Delegacia Especial de Crimes de Racismo, em São Paulo. Como o NEV ocupava um pequeno conjunto de três salas na Colméia, meu local de trabalho foi a sala de Sérgio no Departamento de Sociologia, o que me permitiu retomar o contato que já tinha estabelecido em 1993 com os colegas e funcionários do Departamento.

A oportunidade para mudar definitivamente de universidade apareceu em novembro daquele ano, quando o Departamento abriu inscrições para a seleção de um professor em Métodos Quantitativos e Técnicas de Pesquisa em Sociologia. Eu já tinha participado da banca de seleção de igual concurso, alguns meses antes, e não tínhamos aprovado nenhum candidato justamente porque os “da casa” (Aparecida Joly Gouveia e Gisela Taschner) eram de opinião de que os candidatos tinham uma formação excessivamente técnica ou estatística e pouco domínio da teoria sociológica. Vários colegas, entre os quais saliento o próprio Sérgio Adorno e Reginaldo Prandi, me incentivaram a me inscrever como candidato ao posto e assim me transferir para São Paulo. Este era um projeto que eu alimentava desde 1993, quando aqui estivera como professor visitante, mas que rejeitara por duas razões principais: primeiro, porque já tinha planejado um ano de pós-doutoramento na Brown University; segundo, porque o salário da USP era inferior ao da UFBA, enquanto o custo de vida em São Paulo era superior.

Em 1996, apenas a segunda razão ainda pesava. De fato, do ponto de vista material e de seguridade social eu sairia perdendo com a mudança: sofreria perda no salário básico, perderia ao menos dois quinquênios de gratificação e seria obrigado a trabalhar alguns meses a mais para aposentar-me, além do fato de ter de fazer outro concurso para efetivação no cargo. No entanto, as condições de trabalho na USP eram muito boas, sem contar o fato de que, como novato, eu teria alguns anos de paz para dedicar-me integralmente à pesquisa e ao estudo, sem grandes envolvimento administrativos.

No Departamento, tenho ensinado desde então em duas áreas: Métodos e Técnicas de Pesquisa, para alunos de graduação em Ciências Sociais, e Sociologia das Relações Raciais,

para a graduação e a pós-graduação. Ao todo, propus dois cursos novos para a Pós-Graduação e um novo curso para a graduação.

Ao lado dessa atividade de ensino, montei no Departamento, com o decisivo o apoio de Sedi Hirano, então chefe de departamento, e de Reginaldo Prandi, coordenador da pós-graduação, um Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações Étnicas e Raciais, com o apoio financeiro da Fundação Ford. No âmbito deste programa, tenho realizado minhas pesquisas, às vezes em colaboração com outros profissionais, como foi o caso de um estudo sobre discriminação racial no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo (Guimarães 2000c), ou com meus alunos de pós-graduação, como é o caso da pesquisa sobre a intelectualidade negra brasileira, que comentarei adiante. O apoio financeiro da Ford tem sido, portanto, decisivo, para a total liberdade de criação e de pesquisa de que gozo desde que cheguei à USP, assim como para a facilidade de divulgação dos resultados de pesquisas e estudos, ao contrário das limitações que enfrentava na UFBA.

Ainda nesse Programa, coordeno anualmente os Seminários Afro-Brasileiros, para o qual são convidados os principais intelectuais e ativistas brasileiros no tema de relações raciais e direitos humanos, e tenho desenvolvido também, desde 2000, um projeto de formação de pesquisadores negros em ciências sociais, que ganhou em 2002 o nome de *Dez vezes Dez*, em alusão ao *Talented Tenth* de DuBois.

Já na USP, em 1999, fui convidado pelo Prof. João Baptista Borges Pereira para integrar a Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra, sob sua coordenação. A CPPN era uma resposta da Reitoria da USP à crescente pressão de setores organizados da comunidade negra de São Paulo ao que era visto como o elitismo e a impermeabilidade da universidade pública ao acesso dos negros. Nessa Comissão, tenho tido a oportunidade de conviver e discutir com alguns dos melhores nomes da antropologia e da sociologia brasileira, no campo dos estudos étnicos e raciais, colegas meus da FFLCH: Além do próprio João Batista, cito Reginaldo Prandi, Kabengele Munanga, Lilia Schwarcz, José de Souza Martins, Teófilo Queiroz e Edson Moreira. Ainda na CPPN, com o apoio da FUVEST e da Vice-Reitoria de Graduação, fizemos duas atividades que considero principais: a análise dos dados do resultado do vestibular 2000, a partir do quesito “qual a sua cor?”, que conseguimos introduzir naquele ano (Guimarães 2000d), e a realização do I Censo Étnico-Racial da USP, que teve como objetivo, mensurar a composição racial do quadro discente da USP e a sua distribuição por área disciplinar (Guimarães 2002f).

Quanto a minha atividade na Pós-Graduação da Sociologia da USP, já formei um doutor e estou em vias de concluir a formação de mais um doutor e dois mestres. A minha atividade de orientação na pós-graduação, apesar de ainda pequena, tem atraído jovens de grandes potencialidades, tais como Márcio Macedo, Muryatan Barbosa e Noel Carvalho, com quem desenvolvo atualmente um amplo projeto sobre os intelectuais negros brasileiros e a modernidade negra no Brasil.

■ Raças e racismos

Retomemos, agora, a narrativa, a partir do campo da pesquisa.

Em 1991, a retração no financiamento de pesquisa pelo CNPq juntou-se a um crescente descontentamento individual com o engajamento político de meu trabalho.

Na conjuntura dos anos 90, tornava-se cada vez mais claro o profundo processo de reestruturação produtiva, reorganização do trabalho e transformação tecnológica por que passava o mundo industrial. Em seguidos trabalhos (Castro e Guimarães, 1991b, 1992a; Guimarães, 1991d, 1993a, 1993b, 1995, 1996d), explicitarei os desafios que se colocavam para trabalhadores e empresários, tanto em termos tecnológicos, quanto em termos organizacionais e políticos. As pesquisas que então desenvolvia, com um mínimo de suporte financeiro, demandavam-me um conhecimento cada vez mais profundo do processo produtivo petroquímico e traziam-me cada vez maiores decepções em termos da disponibilidade e da vontade dos sindicatos de trabalhadores entenderem o que estava realmente em jogo. O apego dos sindicalistas, particularmente os petroquímicos baianos, naquele momento, a fórmulas teóricas e políticas desgastadas, acelerava visivelmente o ocaso político da classe.

Foi com este estado de espírito que comecei a desenvolver, em 1991, financiado pela Fundação Ford, uma pesquisa sobre desigualdades raciais na petroquímica baiana (Castro e Guimarães, 1992), no bojo do projeto *Classes, Etnias e Mudanças Sociais na Bahia*, ao qual já me referi. O encontro com alguns resultados imprevisíveis me levou à busca de conceitos e teorias sobre as relações raciais no Brasil, reavivando em mim preocupações que deixara na minha primeira juventude.

Para entender esses resultados é preciso recuar um pouco na história da disciplina. Florestan Fernandes, em sua tese de titular, apresentada a este Departamento em 1964, publicada depois como *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (Editora Cia. Nacional, 1965) argumentara que o negro fora, nas primeiras décadas depois da Abolição, deslocado dos mercados de trabalho urbano e rural, tendo retrocedido a uma situação de anomia social e ficado à margem do estabelecimento de uma ordem competitiva no Brasil, seja como lumpemproletariado, seja como agricultor de subsistência. A responsabilidade por tal deslocamento é atribuída a vários fatores, seja de ordem psicossocial, como a não internalização pelos ex-escravos dos valores da sociedade emergente, seja de ordem sociológica, como a persistência de preconceitos e discriminações raciais, que tinham como função a manutenção da antiga ordem racial. Otimista, no entanto, Florestan achava que a crescente e inexorável integração dos negros à ordem capitalista, seja como proletários urbanos ou rurais, que se dava no pós-segunda-guerra mundial, levaria também à superação dos preconceitos, no que pese a força, *et pour cause*, de uma ideologia dominante que ele denominava de “mito da democracia racial”.

Pois bem, contra tal otimismo, Carlos Hasenbalg publicara, em 1979, *Desigualdades Raciais e Discriminação* (ed. Graal), utilizando-se fartamente das estatísticas disponíveis no

IBGE e empregando técnicas de análise de variação concomitante de múltiplas variáveis (análise multivariada). Sua conclusão era dura: a manutenção e mesmo o aumento das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros no Brasil não poderiam ser explicados senão pela atuação de mecanismos de discriminação racial, cuja persistência, longe de se dever à sobrevivência de *mores* da sociedade de castas, seria um traço constitutivo das sociedades capitalistas multirraciais. Carlos, em cooperação com Nelson do Valle e Silva, desestabilizaria também, nos anos 1980, boa parte das teses consensuais de antropólogos e historiadores, principalmente a suposta diferença de prestígio social e de destino entre “pardos” e “pretos”.

Ora, o que eu encontrara nas fábricas que estudei era um pouco diferente. A melhor formulação das minhas preocupações, em termos de hipótese de trabalho, encontra-se na conclusão que escrevi no meu primeiro artigo sobre relações raciais (Guimarães 1993e), que resumo nos próximos parágrafos.

A empresa estatal que investiguei apresentava formas de discriminação racial bastante brandas, atribuíveis antes a práticas existentes na sociedade envolvente que às suas próprias práticas organizacionais. A discriminação parecia restringir-se ao acesso de homens pretos a postos ocupacionais mais qualificados e melhor remunerados, que estava fortemente associado ao nível de escolaridade destes homens. Mas, quando comparada a outras empresas do ramo, a estatal demonstrava maior permeabilidade aos negros e às mulheres. Do mesmo modo, o desempenho dos negros (pretos e mulatos) ao longo de suas carreiras demonstrava claramente que as normas organizacionais de admissão e promoção vigentes na empresa estatal eram muito pouco discriminatórias em termos raciais.

Na empresa privada, ao contrário, descobri que, com relação aos pretos, não apenas barreiras de acesso, mas também mecanismos que entravavam a sua mobilidade ocupacional.

Vistos em seu conjunto, os dados apontavam para o fato de que a forma mais gritante de discriminação era a que afetava a mobilidade ocupacional de mulheres, na empresa estatal, e de mulheres e pretos, na empresa privada, o que sugeria a presença generalizada, na prática empresarial e organizacional, de forte padrão discricionário no tratamento da condição de sexo.

Um dos achados mais importantes foi o de que a discriminação racial na petroquímica baiana operava através de uma linha de desigualdade que separava os pretos dos demais grupos de cor. Quando uma política mais universalista vigorava, notava-se um melhor desempenho dos mulatos e dos morenos, numa tendência evidente de “embranquecimento”, no sentido que Thales de Azevedo (1956) e Oracy Nogueira (1955) emprestaram ao termo.

Concluía, então, largamente baseado em DaMatta (1985) e utilizando de analogias bourdieusianas, que “a classificação racial brasileira parece seguir um princípio que, ao invés de separar e hierarquizar conjuntos de *indivíduos* (brancos, negros, asiáticos, hispânicos, etc.), absorve *pessoas* e as hierarquiza num todo único (brancos, morenos, mulatos e pretos; claros e escuros). A raça, ao invés de ser um princípio de classificação abstrato, é traduzida em indicado-

res concretos, fisionômicos e fenotípicos (cor da pele, lisura do cabelo, espessura dos lábios, formato do nariz, etc.). São esses traços que formam irremediavelmente, para sempre, o capital racial de um brasileiro. Capital este que estará em estreita relação com outras propriedades atribuídas (traços físicos como sexo, idade, altura, corpulência e “normalidade”), confluindo para formar o capital fenotípico geral. A este se associam qualidades adquiridas das quais duas sobressaem - a “boa educação” e a “rede de relações” - para constituir, afinal, o capital social geral da pessoa. Teriam razão, então, os estudiosos que apontaram para o fato de que os grupos raciais no Brasil funcionam principalmente como *grupos de prestígio*. (Castro e Guimarães, 1992)

Pouco tempo depois, em setembro de 1993, segui para o Program of Afro-American Studies da Brown University, a convite de Anani Dzidziyeno, cumprindo um programa de pós-doutoramento, cujo núcleo central era o estudo do racismo e da discriminação racial em termos gerais e conceituais. Segui com a hipótese de trabalho definida acima. A minha tarefa seria, mais uma vez, dar “carne e vida” a uma estrutura. Como operariam os mecanismos de discriminação que explicam a manutenção das desigualdades raciais no Brasil, fato inquestionável, descoberto por Carlos e Nelson? Como conciliar a diferença de prestígio social entre “pardos” e “pretos”, observada no cotidiano, e sua quase completa identidade de posição estrutural em termos de oportunidades de vida? Como, finalmente, conciliar a operação de mecanismos de discriminação racial, reivindicada por Carlos e Nelson, com a ausência de “raças” no discurso nativo, tal como observado pelos antropólogos?

O resultado do ano de pós-doutoramento na Brown University, intercalado com um mês em Paris, encontra-se sistematizado em três publicações (Guimarães, 1994a, 1994b, 1995).

O ano passado em Brown foi sobretudo o ano de descoberta do *Cultural Studies* enquanto gênero científico. De fato, influenciados pelo pós-estruturalismo e pelo desconstrutivismo francês, autores negros britânicos, como Paul Gilroy, e afro-americanos, como Louis Gates Jr., levaram a análise do discurso erudito a um novo patamar de compreensão e de elaboração. Muito me serviram estes autores na análise que comecei a fazer do desenvolvimento dos estudos de relações raciais. Eles me ensinaram, sobretudo, ser impossível compreender identidades raciais isoladamente de outras formas de identidade, principalmente as identidades nacionais, regionais, de classe e de gênero. Do mesmo modo, tais identidades poderiam ser analisadas enquanto discursos, o que me levava de volta a minha influência gramsciana (aliás, o grande percussor desses estudos, Stuart Hall, fizera caminho análogo, utilizando-se de Gramsci para a análise de discursos hegemônicos).

De volta à Bahia, passei a coordenar o programa *A Cor da Bahia*, que àquela altura já era um programa consolidado, cheio de jovens promissores que se revelaram depois excelentes pesquisadores, tais como Jocélio Teles dos Santos, Paula Cristina Barreto, Ângela Figueiredo, Delcele Mascarenhas e Clóvis Pereira, para citar apenas os já doutorados, além de contar com colegas do meu, como Nadya Castro, e de outros departamentos, como Maria Rosário Gonçalves

e João Reis, e abrigar novos pesquisadores visitantes estrangeiros, como Livio Sansone e Edward Telles. Aceitei também o convite de Jefferson Bacelar, que passara a dirigir o histórico Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, para re-organizar e editar com João Reis a revista *Afro-Ásia*.

Em termos de pesquisa, entre 1994 e 1996, dediquei-me ainda mais intensamente a uma releitura crítica dos estudos de relações raciais, desenvolvidos no Brasil entre as décadas de 1930 e de 1970, graças a uma bolsa de produtividade de pesquisa do CNPq, outorgada a meu projeto sobre “Racismo e imaginário nacional”. Sistematizei minhas notas de leitura em várias oportunidades, principalmente em três cursos oferecidos no Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Bahia, em três semestres consecutivos, e em algumas comunicações a congressos e publicações (Guimarães, 1995 e 1996).

Concomitantemente a estas leituras, comecei a desenvolver, em 1995, um estudo empírico sobre “Práticas, crenças raciais e a jurisprudência anti-racista no Brasil”, com o respaldo da Fundação Ford. Minha ambição era demonstrar a operação do racismo no cotidiano e nas instituições de Direito, que geraria discriminações raciais. Tanto para a coleta dos dados, quanto para a divulgação dos primeiros resultados, priorizei a análise quantitativa das queixas de discriminação racial publicadas pelos jornais brasileiros entre 1988 e 1994 (Guimarães, 1996a, 1996b). Escolhi analisar tal material separadamente para o ano de 1988 e para o período de 1989-1994 pelo simples fato de que a base de dados para estes períodos não era diretamente comparável (Guimarães 1997, 1998).

A mudança de campo de pesquisa, da Sociologia do Trabalho para a Sociologia das Relações Raciais, se completou com um batismo político: a tomada de posição no debate nacional que começou a ser travado em meados dos 1990, a partir da resposta positiva que o governo Fernando Henrique Cardoso deu às reivindicações do movimento negro brasileiro, aceitando discutir inclusive a elaboração de políticas de ação afirmativa ao nível do governo federal. Tratava-se, portanto, de tomar uma posição pública de defesa ou repúdio a estas políticas, o que fiz em várias oportunidades. A primeira (Guimarães, 1997), feita num seminário em Brasília, em 1996, chamado pelo Ministério da Justiça, foi uma defesa, em termos normativos, da compatibilidade de políticas de ação afirmativa com os valores de igualdade de tratamento e de oportunidades e de alocação de recursos por mérito; a segunda (Guimarães 1996), feita em mesas redondas de dois congressos científicos, foi uma análise crítica dos argumentos desenvolvidos nos Estados Unidos e no Brasil contra a ação afirmativa. Mais recentemente, retomei o tema, escrevendo mais alguns artigos políticos defendendo a implementação de ações afirmativas na educação brasileira (Guimarães 2003d, 2003e). Ademais, a partir de 2002, a convite de Fúlvio Rosenberg, passei a fazer parte da comissão de seleção do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, gerenciado pelo International Fellowship Program, e administrado no Brasil pela Fundação Carlos Chagas. Foi a oportunidade de “por a mão na massa” em programas de ação afirmativa, enfrentando os dilemas de justiça individual, desigualdade de oportunidades, e tentando equacioná-los com o mérito individual.

Mas, voltemos por um momento à USP. Meu primeiro ano aqui, 1997, foi cheio de novidades. Além de continuar a minha pesquisa sobre discriminação e preconceito raciais, resolvi preparar, com o material que já tinha publicado e alguns novos textos, a minha tese de Livre Docência sobre “Racismo e Anti-racismo no Brasil”. Nela desenvolvi uma complexa argumentação que posso expressar assim:

“Raça” não é um conceito que corresponda a nenhuma realidade natural, tratando-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos rupugne a empulhação que o conceito de “raça” permite - ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.

O racismo é, portanto, uma forma bastante específica de naturalizar e explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de uma teoria da natureza totalmente falsa. Ora, se isso é verdade, então cada racismo tem sua própria história. O racismo brasileiro está umbilicamente ligado a uma estrutura estamental, que o naturaliza, e não à estrutura de classes, como se pensava. Na verdade, também as desigualdades de classe se legitimam através da ordem estamental. O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate à institucionalização das desigualdades de direitos individuais. Ainda que o racismo não se esgote com a conquista das igualdades de tratamento e de oportunidades, esta é a pré-condição para extirpar as suas conseqüências mais nocivas.

No entanto, tais desigualdades de oportunidades estão estruturalmente engessadas num sistema de desigualdades raciais – em termos de acesso a serviços, bens e mercados – que não podem ser removidas senão através de medidas de impacto, como políticas afirmativas que levem em consideração as identidades raciais.

Essa tese foi uma pequena bomba. E isso por alguns motivos. O primeiro deles, sem dúvida, pela coragem de teorizar em termos de “raça”, categoria banida por Franz Boas das ciências sociais desde o começo de século XX; segundo, por usá-la como conceito analítico, sobrepondo-a à sua quase-ausência em termos nativos; terceiro, por derivar do seu uso a exigência de reconhecimento público de sua atividade maléfica e sub-reptícia, e a necessidade de seu combate, através da adoção de políticas afirmativas.

As implicações metodológicas, conceituais e políticas de tal tese não passaram despercebidas, o que me deu a oportunidade ímpar de travar um diálogo bastante enriquecedor com um grupo de intelectuais da melhor extirpe (listo, excetuando os meus colegas de CPPN, com quem me reúno mensalmente, outros com quem tenho discutido com regularidade: Afrânio Garcia,

Carlos Hasenbalg, Jessé Souza, João Reis, Livio Sansone, Marcos Chor Maio, Marion Aubrée, Michel Agier, Mônica Grin, Nelson do Valle e Silva, Omar Thomaz, Peter Fry, Sérgio Costa, Yvonne Maggie).

Mas o ano de 1997, e com menor intensidade o de 1998, foi também aquele em que experimentei a comunicação na grande imprensa, através do *Jornal de Resenhas*, da Folha de São Paulo; do caderno *Idéias*, do Jornal do Brasil; e do *Caderno Cultural*, de A Tarde (Guimarães 1997e, 1997f, 1997g, 1997h, 1998f, 1998g). Essa foi, no entanto, uma experiência breve, cuja brevidade não se deveu a vontade minha. Em 1998, comecei também um período de quatro profícuos anos com a *Southern Education Foundation* em torno de um projeto chamado “Beyond Racism: Brazil, South Africa and United States”. Tal projeto me possibilitou um contato mais íntimo com as lideranças negras brasileiras, norte-americanas e sul-africanas, forçando-me a ver, da perspectiva internacional, as desigualdades e as políticas raciais (Guimarães 1999d, 2000b, 2000e, 2001i, 2001k). Engajei-me assim politicamente, não apenas academicamente, no movimento anti-racista internacional, tal como colocado por uma organização negra norte-americana.

Se meus livros (Guimarães 1998 e 1999) foram muito bem recebidos pelos ativistas negros e pelos ativistas de direitos humanos, é forçoso reconhecer que causaram polêmica no meio acadêmico. As minhas energias, entre 1997 e 2001, foram em grande parte dedicadas a desdobrar e aprofundar a análise da formação racial brasileira (Guimarães 1999e, 1999f, 2000e, 2001i, 2002e, 2003g), agora em diálogo mais estreito com meus críticos. Desenvolvi os aspectos metodológicos do meu trabalho, no que se refere ao uso concomitante de conceitos “nativos” e “analíticos” em um pequeno texto para curso (Guimarães 2003a) e à relação entre “raça” e “classe” no Brasil em um texto preparado para *O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras* (Guimarães 1999f; 2002c).

Mas também as minhas aulas na graduação e pós-graduação na USP foram boas oportunidades para sistematizar idéias. Dou apenas um exemplo, que creio ser decisivo. A diferença de tratamento entre o que eu passei a chamar de “democracia racial” (um pacto político entre negros e brancos durante a democracia de 1945-1964) e o que Lília Schwarcz, Peter Fry, Yvonne Maggie e outros antropólogos chamavam (um mito fundador da nacionalidade brasileira), era constantemente questionada por meus alunos, que sempre queriam entender melhor a nossa diferença de interpretação. Um deles, Noel Carvalho, atualmente fazendo doutorado sob minha orientação, pedia mais: em que escrito de Gilberto Freyre estava aquela expressão, que ela não a achava? Para responder a Noel àquela simples pergunta, me envolvi numa pesquisa cada vez mais aprofundada da nossa história intelectual, tentando não apenas fazer uma arqueologia de palavras, ou história de idéias, mas entender como, em diferentes épocas se pôs a questão racial no Brasil, e, afinal de contas, como se tinha desenvolvido a idéia de uma “democracia racial”. Aliás, o texto sobre “Democracia racial” tem várias versões, cada uma delas acrescentando e corrigindo informações, o que é um bom indício não apenas de minha ansiedade de

publicar, mas principalmente de manter vivo o diálogo em torno do tema (Guimarães 2001b, 2002a, 2002b, 2002c, 2003i).

Recentemente, passei a refletir com mais sistematicidade sobre as razões porquê a sociedade brasileira tem sido tão resistente, seja à adoção de políticas afirmativas, seja a processos de etnogênese. Acho que posso sintetizar a linha da minha argumentação nos parágrafos seguintes.

Invariavelmente, a cultura erudita nacional aceita apenas uma via de integração social dos negros à sociedade brasileira – a absorção biológica e cultural, a integração social e econômica dos descendentes de ex-escravos. Isso é verdade pelo menos desde a Independência, em 1822, quando a principal clivagem, em termos nacionais, passou a ser entre brasileiros – brancos, mulatos ou crioulos – e estrangeiros – portugueses e africanos, principalmente. Esse modo predominante de integração do negro à sociedade nacional ganhou diversos nomes, de acordo com as várias interpretações – “embranquecimento”, miscigenação, “válvula de escape do mulato”, “democracia racial”, etc.

Leo Spitzer descreveu esse modelo de integração, tomando como exemplo a família Rebouças, do pondo de vista da psicologia social, nos seguintes termos:

“It involved a climb “up,” from dire poverty and subordination based on color prejudice and origins in enslavement, into the class and cultural realm of the predominantly white Brazilian elites. It was generally undertaken under with intense personal effort, intelligence, and the judicious exploitation of opportunities for economic and social advancement. These opportunities derived from the fact that social acceptance within the dominant “white” Brazilian world was easier for mulattoes and lighter-skinned “persons of color” than it was for blacks”. Characteristically, moreover, it was marked by a degree of conformity with the cultural values and economic standards defined by the dominant group and by a rejection of practices and attitudes considered by the dominant standard-bearers as “inferior”, «backward,” and “atavistic”. “ (Spitzer, Leo.1989. *Lives in between: assimilation and marginality in Austria, Brazil, West Africa, 1780-1945*. Cambridge University Press, Cambridge. p.102)

Spitzer é muito feliz em colocar tal modelo de integração como universal, empregando-o para entender a integração, seja dos mulatos brasileiros, seja dos crioulos de Serra Leone ou dos judeus europeus; muito mais feliz ainda em reconhecer que este nunca é um modelo único, mas que um outro, baseado na formação da identidade religiosa, étnica ou racial da camada intelectual dos “marginais” lhe é sempre concorrente, prevalecendo este sempre que as vias de integração são reduzidas ou são percebidas como incompletas e insatisfatórias.

Pois bem, o *mainstream* da intelectualidade brasileira, ainda que nenhum movimento nacionalista negro tenha vingado entre nós, desqualifica imediatamente qualquer formação política de tipo racial, tratando-a como “americanização”, e deslegitimando-a até mesmo como objeto

de estudo. Lembro-me aqui das palavras de Edison Carneiro (*Ladinos e Crioulos*, Ed. Civilização Brasileira, 1964:115) a respeito do Congresso do Negro Brasileiro, referindo-se certamente a Abdias do Nascimento e a Guerreiro Ramos:

“Com o Congresso, um avultado grupo de pequeno-burgueses e burgueses intelectualizados de cor tentou dar voz a manifestações racistas, de supremacia emocional do negro, a fim de adornar o problema de acordo com a inspiração, a fórmula e a solução norte-americanas.”

No entanto, como frisei acima, há por parte de alguns dos meus interlocutores, entre os quais ressalto Peter Fry, uma preocupação legítima e, a princípio, correta, com os riscos da “racialização” que tais movimentos e discursos eruditos possam vir a adquirir, algo que aconteceu não apenas com o racismo branco na Europa, mas com o sionismo, com o garveyismo e várias outras formações étnicas que nasceram na luta de emancipação de povos subordinados e explorados. A preocupação desses intelectuais não é diferente daqueles como Paul Gilroy ou Michel Agier, que, na Europa, salientam a necessidade do anti-racismo buscar novos fundamentos ideológicos e simbólicos, abandonando de vez a postura defensiva de organização identitária e política em torno da noção de raça.

Ao risco de racialização tenho dedicado persistentemente minha atenção e refletido com o maior rigor possível (Guimarães 2002c, 2003a, 2003c, 2003f, 2003g). Em todas essas ocasiões, entretanto, tenho chegado à conclusão de que não se trata de um risco real; e de que a identidade nacional-brasileira do negro nunca foi questionada por essas formações etnogenéticas que têm ocorrido entre nós, mesmo quando a identidade racial tem sido mobilizada para a reivindicação de direitos civis e sociais.

O que parece ocorrer é algo um pouco diferente. Em primeiro lugar, o processo de embranquecimento é sempre instável e incompleto, quando se toma como referência a vida de um indivíduo. Trata-se, muito mais, de uma “estratégia” familiar que só se completa quando a cor mais escura pode ser naturalmente percebida como “morena”, ou seja, quando a família passa a ser branca, ostentando apenas alguns membros mais escuros. A “estratégia”, no caso, consiste na persistência de um padrão social que orienta as escolhas dos membros familiares, na sucessão de gerações, a evitarem os mais escuros e procurarem os mais claros em seus casamentos, amizades e alianças. Isso não se faz sem que um certo preconceito de cor esteja socialmente bem estabelecido; ademais, para que tal estratégia dê certo é preciso que a família tenha boa estabilidade econômica e psicológica ao longo do tempo.

Em segundo lugar, o que tem ocorrido, quando se trata da obra de intelectuais e artistas negros e mestiços, no mais das vezes, não é apenas a aderência completa aos padrões estéticos e críticos europeus, mas a modificação, mesmo que pequena, desse padrão pela introdução de motivos e inclinações mestiças e populares, elementos estéticos e filosóficos que tornam mais “natural”, para si próprios e para os outros, a sua inclusão às elites.

Ainda quanto ao perigo da “racialização” que a integração pela via da etnogênese possa trazer para a sociedade brasileira, acho que esse padrão já não apresenta hoje, no mundo ocidental, o potencial destrutivo que apresentou na primeira metade do século XX. Este é um modelo integrativo desenvolvido nos Estados Unidos e Europa que tem como base, além do racialismo implícito, é claro, o respeito à ordem liberal fundada nos direitos individuais, à qual é acrescentada a idéia de que a tolerância entre os coletivos sociais, o seu reconhecimento público e equalização das suas oportunidades de vida formam a base da sociedade capitalista moderna. Ora, a falência do modelo da “democracia racial” nos 1960 se deve primeiramente à derrocada da democracia entre nós e ao retrocesso que significou a tentativa de integração dos negros unicamente pela via cultural (Guimarães 2002c, 2003e). Só secundariamente o desenvolvimento do modelo multirracial nos Estados Unidos e a descolonização da África foram responsáveis pela rejeição da democracia racial enquanto modelo de integração política para os militantes negros. O ponto que quero salientar é o seguinte: o multirracismo, tal como é praticado na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, engravado nas salvaguardas e nas rotinas de política democrática, não representa os riscos que a “racialização” representou nos 1930; principalmente, entre nós, que não conhecemos ao longo da nossa história moderna nenhum movimento nacionalista negro (os que houve ficaram restritos aos africanos, sem tocar a população crioula). Perdida a “democracia racial”, não restou como modelo integrativo, no Ocidente, senão o multirracismo, ainda que, na África do Sul, em seus primeiros anos de pós-apartheid, ele tenha recebido o nome de “democracia não-racial” (Guimarães 1999d).

A construção de uma via pós-multirracial, um anti-racismo propositivo e ofensivo, como quer Gilroy, é, pois, ainda largamente utópica, mesmo que, reconheço, possa ser vislumbrada no mundo do entretenimento e nas modernas mídias de comunicação de massa.

Para encerrar, reafirmo a minha certeza de que, hoje, para aprofundar e sedimentar os estudos afro-brasileiros entre nós, teremos que ir além das pesquisas sobre a discriminação e o preconceito racial em suas mais distintas formas, ou seja, sobre os mecanismos que atualizam e revitalizam as desigualdades raciais. Ainda que esses estudos continuem sendo fundamentais, doravante teremos que enfrentar com maior sistematicidade três temas: o primeiro, e mais importante, reler e reinterpretar a formação do campo acadêmico dos “estudos afro-brasileiros”, algo aliás que eu já venho fazendo. A esse teremos que aliar um estudo mais sistemático da formação do modernismo brasileiro e da incorporação de negros e mestiços em sua expressão discursiva e estética. Do mesmo modo, será fundamental compreender o desenvolvimento, no Brasil, do pensamento político negro, ou seja, elaborado por intelectuais e artistas que se reivindicaram negros, ainda que ocasionalmente, ou que foram correntemente tratados como negros e mulatos, e estudar tal desenvolvimento em sua articulação com o mundo norte-americano e europeu.

Parte II

CURRICULUM VITAE

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
Filiação: Moacir Alfredo Guimarães e Raimunda Monteiro Guimarães
Nascimento: 12 de fevereiro de 1949; Salvador, BA
Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Rua Terra Roxa, 359
 Carapicuíba SP 06342-010
 Tel/fax. (011) 4186-2621
 e-mail: asguima@uol.com.br; asguima@usp.br
Registros Cíveis: CPF: 065.202.865/91
 RG: 1.066.108-56 IIPM-BA emitida em 23/09/2003
 Passaporte: CO 009413 emitido em 23/06/2003, São Paulo;
 validade: 22/06/2008
 PIS-PASEP: 10071122378
 CNH: 219875669

VIDA ESCOLAR

1955-1959 Curso primário, Escola Nossa Senhora da Guia, Salvador, BA.
 1960 Curso preparatório para admissão ao ginásio
 1961-1964 Curso de ginásio, Colégio Nossa Senhora da Vitória, Salvador, BA
 1965-1968 Curso clássico, Colégio Estadual João Florêncio Gomes, Salvador, BA
 1969-1972 Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 1979-1982 Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 1982-1988 Doutorado em Sociologia, University of Wisconsin – Madison

TÍTULOS ACADÊMICOS

1972 BACHAREL em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 1982 MESTRE em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

- 1988 DOCTOR OF PHILOSOPHY, Sociology, University of Wisconsin - Madison
- 1997 LIVRE DOCENTE, Sociologia Política, Universidade de São Paulo

CARGOS EM COMISSÃO

- Diretor do Centro de Recursos Humanos da UFBA
Período: 1990 a 1992

- Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia
Período: outubro de 1995 a outubro de 1997

- Membro da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra da Universidade de São Paulo, a partir de maio de 1999.

TESES DEFENDIDAS

- *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia*, dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, FFCH-UFBA, 1982, 200 p.

Resumo No início dos anos setenta, uma importante tese viria mudar os rumos dos estudos regionais no Brasil (Oliveria, 1972; Oliveira & Reichstul, 1973). Os dois principais argumentos dessa tese eram, em primeiro lugar, que as mudanças na divisão inter-regional do trabalho, principalmente o crescimento industrial do Nordeste a partir da segunda metade da década dos 60, deviam ser compreendidas a partir da lógica do crescimento industrial do Sudeste, o polo dinâmico da economia brasileira; em segundo lugar, que a política de desenvolvimento regional posta em prática pela Sudene a partir de 1959 representava a necessidade de homogeneização do espaço econômico brasileiro, correspondente ao estágio monopolista atingido pela economia do Sudeste.

Por homogeneização espacial Oliveira e Reichstul compreendiam a criação de condições privilegiadas para a reprodução e a acumulação de capitais em todas as regiões brasileiras, processo que fôra iniciado pela política de industrialização da Sudene, através da criação de mecanismos fiscais do tipo 34/18.

Ora, a criação de mecanismos do tipo 34/18, criando uma vinculação institucional entre os agentes que fazem a oferta e a demanda de créditos, possibilitaria “a transferência de classes dominantes de uma para outra região”, podendo “ser entendida

Resumo como resposta a uma necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil” (Oliveira & Reichstul, 1973:151).

Essas idéias abriram toda uma gama de novas questões e de novas perspectivas para compreender o que se passou na economia do Nordeste desde a revolução de 30, principalmente nos anos 50, e que fôra, até então, tratado como um alargamento das disparidades regionais. Esse mesmo tratamento respaldara ideologicamente a arregimentação das classes burguesas nordestinas no movimento regionalista mais pujante de que se tem notícia no país.

A tese do aprofundamento das desigualdades regionais estava equivocada, segundo a nova interpretação, porque “tomava como alargamento das disparidades o que era uma redefinição das relações regionais...” (Oliveira e Reichstul, 1973:134). Desestruturavam-se assim os fundamentos de uma outra concepção, então corrente, de que a criação da Sudene e a própria política de industrialização nordestina teriam sido uma vitória das forças nacionalistas, respaldadas pelas camadas populares, contra a resistência de uma oligarquia reacionária e semi-feudal.

A tese das desigualdades regionais e sua variante nacionalista, apesar de contestadas já nos anos 60 por alguns setores do pensamento marxista, foram-se mostrando-se empiricamente insuficientes e insatisfatórias no decorrer dos anos 70, à medida que a expansão industrial e o crescimento econômico nordestino, sob o sistema ditatorial apoiado no conjunto das classes dominantes, inclusive as camadas oligárquicas remanescentes, encarregavam-se de desmistificá-las. A história incumbia-se assim de demonstrar o equívoco e a fragilidade do regionalismo e do desenvolvimentismo nacionalista enquanto ideologias políticas ou teorias científicas.

Nos anos setenta, a conjuntura política que se expressava no crescimento da oposição política à ditadura estava a exigir novos passos também na gestação da teoria e da ideologia do enfrentamento político das classes sociais brasileiras. Como não podia deixar de ser, essa exigência passava obrigatoriamente por uma releitura da questão regional, ou seja, pela compreensão dos espaços mais concretos do capital enquanto relação social. Resgatar a questão regional pela compreensão da dinâmica das lutas das classes e reler o período histórico que antecedeu à derrota de 1964 passa então a ser tarefa da maior importância.

Se, num primeiro momento, a tarefa primordial fôra demonstrar o erro da análise econômica que fundamentara a estratégia das lutas populares nos anos sessenta, *tratava-se agora de privilegiar a explicação e a compreensão das conjunturas políticas concretas que deram um sentido e uma lógica próprios à atitude das burguesias regionais no pré-64*. Cabia desvendar, portanto, a relação entre a ideologia regionalista e o movimento econômico real.

Resumo

De fato, ainda que se interprete o desenvolvimento nordestino no pós-guerra como a efetivação da tendência à homogeneização do espaço econômico nacional, são fatos incontestáveis no terreno histórico concreto que, primeiro, foram as forças políticas e sociais nordestinas que lutaram por aquele resultado e, segundo, que esse desfecho confluiu com os interesses mais caros às burguesias nordestinas.

Se isso é verdade, surgem então perguntas do seguinte teor: se a industrialização do Nordeste deve ser explicada a partir da dinâmica da industrialização do Sudeste, como entender que tenham sido as elites políticas, econômicas e intelectuais nordestinas que comandaram e conduziram todas as lutas e reivindicações nesse sentido? Como e porquê confluíram os interesses das burguesias do nordeste com os interesses da burguesia do Sudeste? Como e porquê pôde a burguesia nordestina liderar e unificar os interesses das demais classes regionais?

Enveredava-se assim, pela primeira vez no trato dos problemas regionais, rumo a uma teoria histórica que desse conta da relação entre as diversas esferas da formação social e de suas relações com a base econômica. Essa linha de investigação foi inaugurada por Oliveira (1977) com um excelente ensaio sobre a formação das classes sociais no nordeste.

A abertura desse espaço teórico, o espaço da história política e ideológica das lutas de classe no âmbito concreto de uma região, impõe-nos a resolução de questões genéricas fundamentais à concepção da política como objeto científico.

Se não tivermos uma concepção da história recuperada ao nível da teoria da política e da ideologia corremos o risco de balançarmos entre dois equívocos teóricos que, com respeito à tese da homogeneização, conduziria a contrapor, em termos de antinomia, a homogeneização do espaço econômico à concreta participação das burguesias nordestinas no processo de industrialização regional. Poder-se-ia assim desacreditar a tese de Oliveira. O processo político real e as mudanças ocorridas na divisão interregional do trabalho e na estrutura da propriedade do capital no nordeste seria uma resultante não desejada e não visada das condições em que se desenvolveram as lutas de classe na região. A forma concreta das lutas regionais não passaria de mera aparência do movimento econômico, este sim considerado essencial, e o regionalismo dos anos 50 e 60 apareceria como simples mistificação ideológica a encobrir o avanço do grande capital sulista e imperialista no nordeste.

Nessa perspectiva, fatos decisivos como a criação da CHESF e da refinaria de Mataripe, a construção da Rio-Bahia e outras iniciativas que possibilitaram o crescimento capitalista nordestino no pós-guerra poderiam ser lidos como parte de uma bem planejada estratégia de expansão do capital imperialista. Desse modo estaríamos subtraindo o espaço teórico para a análise das lutas políticas que envolveram e possibilitaram esses fatos.

Resumo

Ao contrário, é justamente no terreno da história e da política que se situa o objeto deste trabalho. A região – espaço geográfico de exploração e da luta política como reprodução das relações sociais – serve de cenário para desvendarmos a gestão e a transformação dos discursos ideológicos das classes sociais que pretenderam a hegemonia econômica e política. Esses discursos são analisados **pari passu** com a análise do desenrolar da luta das classes e do desenvolvimento da economia capitalista nacional.

Esta tese pretende dar um passo nessa direção, enfrentando a tarefa de explicar as formas concretas – geradas pela luta das classes, a nível nacional e regional – através das quais a burguesia baiana participou da formação de um novo patamar de acumulação capitalista no Brasil, moldando novas formas sociais políticas e ideológicas.

A chave para pensar a prática política das burguesias nordestinas num quadro de reordenamento e re-hierarquização dos interesses específicos das burguesias regionais brasileiras reside no conceito de hegemonia. Gramsci desenvolvera esse conceito como um esforço de reflexão teórica sobre a vitória do proletariado na Rússia. Segundo ele, ao contrário do que rezava a cartilha da IIª Internacional, Lenin conseguiu “mostrar a articulação dialética mediante a qual, numa determinada situação histórica, o proletariado pode ser hegemônico mesmo numa revolução democrática burguesa...” (apud GRUPPI, 1978).

A recusa em derivar mecanicamente da estrutura econômica da sociedade o conhecimento das formas sociais e as tendências de seu desenvolvimento levava Lenin a privilegiar as análises concretas de situações concretas. A mesma recusa levará Gramsci a teorizar a prática política das classes como o exercício da “capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado...” (Gruppi, 1978:5). A hegemonia para Gramsci não se restringe ao nível político e econômico, mas abrange com particular vigor as formas ideológicas - a religião, a moral, as artes, a ciência e a filosofia.

A teoria da hegemonia foi central para o desenvolvimento, no século XX, de uma ciência política materialista (Poulantzas, 1972; Milliband, 1969). A teoria refletia, assim, o desenvolvimento da luta das classes nas formações sociais capitalistas avançadas, sendo, a um só tempo, o resultado e a premissa do avanço do marxismo enquanto ciência e ideologia do proletariado. Ela foi imprescindível para uma avaliação científica dos pontos de ruptura histórica já que é nesse terreno onde se resolvem os conflitos estruturais.

Seguindo Engels, uma vez verificadas as condições estruturais básicas que fazem “do regime político ... o elemento secundário e [da] sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento decisivo” (apud Gruppi, 1978:97), é justamente

Resumo

sobre o primeiro, o regime político, que deve concentrar-se, não apenas o esforço ativo das classes, como o esforço interpretativo do movimento histórico concreto.

Deste modo o conceito de hegemonia em Gramsci, além de referir-se à conquista de alianças e à capacidade de direção, dará especial ênfase aos instrumentos que permitem a realização tanto da dominação quanto do consenso, que são os elementos constituintes do poder de Estado. Neste campo, a principal colocação gramsciana é de que uma hegemonia só pode ser construída por intelectuais, cujo conceito é alargado para incluir não apenas os trabalhadores especializados na criação e difusão das formas artísticas, científicas e filosóficas, mas todos aqueles que perfazem ininterruptamente o trabalho de mediação entre a estrutura e a super-estrutura, seja expressando formas ideológicas, seja transformando-as em ações concretas. Enquanto aqueles podem ser referidos sob a denominação de grandes intelectuais, os últimos são denominados intelectuais orgânicos para enfatizar sua condição de verdadeiros instrumentos de hegemonia de uma classe.

Aos intelectuais orgânicos cabe a definição do projeto onde a classe toma consciência de seus interesses históricos e da relação desses com os interesses das demais classes da sociedade. Cabe-lhes, ademais, organizar a classe tanto no plano da ação econômica, através da organização de sindicatos e associações quanto no plano da ação política, através da formação de partidos. Cabe-lhes, sobretudo, ocupar os postos da sociedade civil e do Estado, de onde se irradiam e se conformam as interpretações consensuais sobre o mundo físico e social.

Nesta tese, o conceito de hegemonia é utilizado para referir-se ao processo de estruturação de um pensamento consensual que busca transpor os limites dos interesses de classe para atingir, ao nível da ação política, uma hierarquização do conjunto dos interesses sociais. O processo tem como pressuposto a possibilidade objetiva dos interesses econômicos de uma classe ou facção serem capazes de articular os interesses de outras classes ou facções, o que restringe a possibilidade de construção e exercício da hegemonia às classes fundamentais do modo de produção.

No nosso caso concreto, pode-se dizer que, no pós-guerra, a classe que desponta na Bahia com capacidade de propor um projeto político hegemônico sobre o espaço regional é a burguesia, através de sua facção financeira e comercial. Do ponto de vista econômico, essa facção controlava as parcelas do capital (capital dinheiro e capital mercadoria) que eram o núcleo da estruturação do ciclo do capital em seu processo de valorização e de reprodução internos; do ponto de vista político-ideológico, era a facção que monopolizava os contatos com as culturas estrangeiras e, através delas, com o arsenal técnico, filosófico, pedagógico, artístico, jurídico e religioso produzido nas formações sociais capitalistas mais adiantadas. Além disso, era

Resumo

incontestável a tradição de sua influência sobre a vida política e cultural brasileira, ajudando a forjar os fundamentos da cultura nacional em seus aspectos decisivos para a dominação burguesa - a identidade nacional, a identidade étnica, a identidade linguística, a identidade moral e religiosa.

É portanto por sobre essas condições historicamente objetivas que se coloca a possibilidade de hegemonia nesse espaço regional. Para acompanhá-la a compreendê-la em seus desdobramentos históricos concretos, a investigação terá que pautar-se (embora sem ceder à tentativa de limitar-se a elas) tanto sobre uma lógica de desenvolvimento econômico, dada pelo curso tendencial das leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista, quanto sobre uma lógica de desenvolvimento político que enfeixe a coerência e a previsibilidade da ação social das classes nas formações sociais capitalistas.

O referencial teórico que empregamos para buscar explicitar a lógica in concreto pode ser sumarizado pela formulação de quatro principais campos explicativos que funcionaram na formação de hipóteses e que procuraram sintetizar as contradições entre os interesses das classes sociais ou das suas facções no terreno da nossa problemática.

Em primeiro lugar, o projeto de hegemonia da burguesia baiana jamais poderia ser compreendido fora do contexto da re-estruturação do bloco de poder nacional que ocorre a partir de 1930. De modo que tratou-se, primeiramente, de compreender a estruturação do discurso burguês na Bahia na perspectiva geral da inserção de sua facção mercantil-financeira no bloco nacional, ou seja, o seu projeto de hegemonia teria necessariamente que garantir, ao mesmo tempo, uma inserção proeminente a nível regional e nacional. Esse campo explicativo se expande na direção da compreensão de como a burguesia mercantil financeira se posiciona diante das demais classes e camadas regionais, construindo, por assim dizer, uma aliança tácita entre elas.

Em segundo lugar, como desdobramento do primeiro campo, tinha-se que introduzir e absorver teoricamente a independência que marca a ação de algumas camadas sociais, à medida que as contradições se tornam indefinidas num determinado plano. No caso baiano era importante compreender como algumas camadas médias acabam por propor, às vezes com maior pertinência histórica, a proposta hegemônica da burguesia mercantil financeira e, ao mesmo tempo, as mesmas camadas conseguem representar as aspirações do emergente proletariado urbano, fazendo-o confluir para o plano político.

Em terceiro lugar, cumpre realçar as divergências conjunturais e estruturais entre a oligarquia fundiária e a burguesia baiana, divergências que poderiam ou não se aprofundar a medida que as contradições entre o campesinato e a oligarquia se ampli-

Resumo

assem. Havia, primeiramente, a necessidade da burguesia deslocar da cena política a antiga importância do discurso e da representação oligárquica e, secundariamente, a necessidade de garantir o surgimento em seu lugar de uma burguesia fundiária e agrícola que, na prática, entrava também em conflito com os interesses do campesinato e do proletariado rural.

Por fim, o último campo explicativo deve ser demarcado pela constituição do proletariado enquanto classe, seja no espaço nacional, seja no regional baiano. À medida que a consciência de seus interesses vai-se cristalizando vão-se, ao mesmo tempo, aprofundando algumas alianças em detrimento de outras, notadamente a sua aliança com o campesinato. É nesse campo que se coloca a contradição principal de qualquer formação capitalista em geral, a luta entre a burguesia e o proletariado.

No entanto seria utópico pensar que poderíamos trabalhar operacionalmente com igual rigor os quatro campos explicativos. A riqueza e a quantidade de material empírico disponível para a operacionalização de alguns campos eram contrabalançadas por significativas lacunas localizadas em pontos específicos. Fomos assim obrigados a optar por trabalhar preferencialmente ao nível do discurso burguês e das contradições intra-burguesas, cingindo-nos às fontes dos dois primeiros campos explicativos e introduzindo, dos outros campos, apenas o material que era imprescindível para colocar os problemas surgidos no nível de imbricamento que torna possível a sua análise.

Empiricamente, os dois primeiros campos explicativos puderam ser tratados sobre uma base documental muito rica e diversificada. Utilizou-se, primeiramente, e com exatidão, os relatórios do Banco da Bahia entre 1946 e 1972, um material analítico e documental de riqueza até então inexplorada que reflete, com clareza e precisão invulgares, as diversas conjunturas econômicas nacionais e regionais como percebidas pela burguesia financeira baiana e de onde emergem, com surpreendente vitalidade, os anseios, as frustrações, as aspirações, enfim todo o universo político-ideológico onde se move aquela facção burguesa. A importância dessa fonte foi tão grande que mais de uma vez, no texto, rendemos homenagem a seu autor, Clemente Mariani, cujo pensamento e vida personificaram, exponencialmente, o conjunto de práticas e de idéias da burguesia baiana no período. Ao lado dos relatórios foram ainda utilizados alguns artigos e estudos históricos do próprio Mariani, e de outros autores burgueses, de modo a compor detalhadamente o pensamento e o projeto político da facção mercantil e financeira entre 1930 e 1964.

Como existe uma distância relativa entre o discurso proferido pelos intelectuais e o discurso prevalescente na prática de uma facção que interage com outras facções, outros grupos e outras classes, procurou-se analisar as transformações do discurso através do estudo de duas outras fontes.

Resumo

Em primeiro lugar, como naquele período a unidade da classe, em termos de representação econômica, era costurada preferencialmente pela Associação Comercial da Bahia, acompanhamos a sua prática e o seu discurso através da análise de seus boletins mensais.

Em segundo lugar, para retratar a eficiência política do discurso burguês, quer dizer, que modificações sofria quando dirigido para o conjunto da sociedade civil com o objetivo político de representá-la como um todo, empreendemos a análise de duas outras fontes: os discursos dos governadores do Estado, através de suas mensagens à Assembléia Legislativa, e os jornais diários.

Enquanto a primeira refletia a eficiência do projeto burguês para o efetivo exercício da liderança e do controle do estado, a segunda permitia acompanhar o trabalho cotidiano de construção da ascendência ideológica da classe. Aqui, outra vez, a riqueza e a quantidade de informações nos obrigou a limitar, às vezes a contragosto, o levantamento às estritas necessidades do nosso objeto. Tivemos que escolher entre os diversos jornais e depois definir os intervalos de tempo que seriam pesquisados pois não poderíamos arriscar, diante do acaso, uma sistematização que não estivesse amarrada às nossas hipóteses, pois, certamente, teria redundado num excelente serviço à documentação histórica mas teria sido fatal às nossas pretensões. Optamos, então, por centrar o levantamento do material jornalístico sobre o jornal “A Tarde”, órgão tradicional de veiculação do pensamento burguês na Bahia e jornal de maior circulação do Estado. Apenas em casos especiais foram levantados dados em outros jornais, como o “Diário da Bahia” e o jornal de esquerda “O Momento”, que circulou entre 1950 e 1958.

A questão dos períodos de referência para os levantamentos foi solucionada fazendo-se, primeiramente, uma listagem dos anos onde ocorreram fatos objetivamente decisivos para a construção de uma hegemonia burguesa, como a construção da refinaria da Mataripe, a criação da Petrobrás, da Chesf, da CPE, do Banco do Nordeste do Brasil, etc., e outros anos onde se esperava ver evidenciados os conflitos de interesse e de idéias, como os de campanha eleitoral e de mudança de governo. Além desses, fez-se um trabalho de **cata** casual e não sistemática para delimitar o material disponível que acabou sempre recolhendo dados preciosos.

Saliente-se que essas fontes, tanto os jornais quanto os relatórios, boletins e mensagens citados, foram também a principal base sobre a qual nos apoiamos para reconstrução da história econômica, política e social da Bahia durante o período 1930-1964.

O segundo campo explicativo foi desenvolvido sobre a análise dos estudos e planos de governo elaborados pela CPE, entre 1956 e 1961, sob a coordenação de Rômulo de Almeida e pelo Instituto de Cacau da Bahia, em 1947, sob a responsabi-

Resumo

lidade de Inácio Tosta Filho. Além desses, os escritos de Rômulo de Almeida foram de extremo valor, não apenas para investigação da história do planejamento na Bahia mas, também, para o conhecimento da sua história econômica. Desejo aqui expressas com clareza o nosso apreço e admiração pelo intelectual e pela pessoa de Rômulo de Almeida. Ele próprio poderia discordar da interpretação que demos de sua participação histórica, das suas idéias e da classe que elas representaram. Certamente Almeida, como todos os protagonistas da história, estarão sujeitos a interpretações desagradáveis, verídicas ou equivocadas. Temos, no entanto, a certeza de não ter abrigado o espírito da injustiça: ao tratá-lo como tratamos não esquecemos a sinceridade e a coragem dos sentimentos que sempre o aproximaram dos trabalhadores e do povo da Bahia.

Os outros dois campos explicativos esbarraram na ausência de fontes documentais para serem melhor operacionalizados. A atuação e o pensamento da oligarquia e do campesinato no período foram, de algum modo, traçados a partir das informações esparsas encontradas a esse respeito nas fontes até aqui citadas. No entanto, para esse como para o último campo, foram fundamentais e decisivas as entrevistas feitas com Rômulo de Almeida, Fernando Santana, Iracy Picanço e Aristeu Nogueira. Temos perfeita consciência que o tratamento desigual dado à operacionalização dos campos deixaram algumas questões implícitas e outras sem serem colocadas claramente no texto. Esse foi, todavia, o preço que pagamos para manter a integridade de nossa proposta de investigação diante das limitações de tempo e de recursos.

Quanto à estrutura do texto podemos apresentá-la assim: no primeiro capítulo tratamos do quadro histórico dentro do qual emerge a nossa problemática. Retraçamos aí os antecedentes da formação da burguesia mercantil e financeira baiana e tratamos com especial ênfase a ruptura do bloco histórico representada pela Revolução de 1930. No segundo capítulo tentamos mostrar a reação dessa facção burguesa a seu alijamento do poder nacional, acompanhando o nascimento e a solidificação de um discurso liberal-burguês e da reorganização de sua representação de classe. No terceiro capítulo, estudamos o surgimento de um discurso alternativo ao projeto burguês inicial que será absorvido gradativamente pelos políticos e governadores. Esse discurso reformista esteve ligado ao aparecimento do planejamento econômico como técnica de administração pública e como ideologia política. No quarto capítulo, mostramos como, diante das circunstâncias históricas concretas, acaba por prevalecer uma ideologia burguesa dominante, a que chamamos de regionalismo, um discurso que incorporava tanto as bases liberais da grande burguesia quanto o reformismo desenvolvimentista das camadas médias. No capítulo quinto analisamos a representação política burguesa e sua atuação à frente do governo do Estado da Bahia e retraçamos o quadro político dentro do qual soçobram as tentativas da burguesia baiana de forjar seu domínio ideológico e político sobre uma sociedade democraticamente organizada.

- *Factory Regime and Class Formation: The Petrochemical Workers in Brazil*, tese de doutorado, University of Wisconsin - Madison, Agosto de 1988, 546 p.

Resumo

Começo a tese, resenhando as teorias marxistas mais recentes sobre a formação das classes sociais, o processo de trabalho e o sindicalismo, e outros campos afins, de modo a propor uma reinterpretação teórica da constituição da classe operária no Brasil. Como resultado desta resenha, estabeleço a idéia de formação de classe como um processo sem nenhum conteúdo previamente definível e sem nenhum *telos* previsível. Processo este cujos determinantes principais podem apenas ser estabelecidos pela análise histórica de situações e conjunturas específicas.

Prossigo, então, com uma análise dos determinantes históricos da formação de classe no Brasil dos anos 80. Através desta análise, desenvolvo minha primeira tese: os regimes fabris, conceito que tomo emprestado a Michael Burawoy, vigentes nas grandes fábricas brasileiras do período tiveram uma importância central na formação da classe operária brasileira. Argumento que um mesmo conjunto de condições materiais consubstanciadas naquele regime fabril poderiam levar tanto à formação de uma “aristocracia operária” quanto a uma “vanguarda de classe”, dependendo do contexto histórico: se dominado ou não por uma burguesia hegemônica.

De modo a verificar esta hipótese, realizo um estudo de um segmento bastante específico do operariado brasileiro - os trabalhadores petroquímicos do Pólo Petroquímico de Camaçari, Bahia - de modo a examinar os mecanismos através dos quais aquele tipo de regime de fábrica alimentou a formação de uma classe trabalhadora na Bahia dos anos 80. Conduzo assim um estudo bastante detalhado do processo e da organização do trabalho, do sindicalismo e do movimento sindical daquela categoria de trabalhadores. O caso é exemplar e crítico: aqueles trabalhadores, ainda que apresentem características econômicas típicas de uma elite operária e apesar de localizados numa região geográfica e cultural que não facilitam – ao contrário, deveriam obstaculizar –, um processo de formação de classe, acabaram por se transformar numa “vanguarda” de ideologia e prática anti-capitalistas.

Os achados da pesquisa empírica apoiam fortemente a interpretação que avancei hipoteticamente. Regimes fabris que permitem salários relativamente altos e muitos benefícios extra-salariais não apenas foram impotentes para barrar, mas chegaram mesmo a reforçar o padrão socialista de formação da classe trabalhadora no Brasil dos 80, num contexto de aguda crise de hegemonia burguesa.

O núcleo da dissertação apresenta os mecanismos através dos quais tais regimes de fábrica reforçaram aquele padrão de formação de classe, naquele período histórico determinado.

- *Racismo e Anti-racismo no Brasil*, Universidade de São Paulo, tese de Livre Docência, 1997, 244 p.

Resumo

Esta tese reúne os resultados de um programa de pesquisa sobre racismo e anti-racismo no Brasil, desenvolvidos entre 1993 e 1996. Mais precisamente, reuni, de modo reelaborado, para evitar repetições e para precisar melhor a argumentação, oito capítulos escritos originalmente entre setembro de 1993 e novembro de 1996 e publicados, como artigos, em diversas revista acadêmicas, cujas referências dou em pé de página.

Os dois capítulos iniciais estão expostos os elementos teóricos mais gerais - conceitos e teorias - que utilizei durante todo o programa. Trata-se, de fato, dos resultados de uma ampla revisão bibliográfica realizada, entre setembro de 1993 e agosto de 1994, sobre os conceitos de raça e racismo.

Na segunda parte da tese, composta dos capítulos 3 e 4, examino os principais argumentos e interpretações sobre as relações raciais no Brasil, desenvolvidos pelas ciências sociais brasileiras (e brasilianistas) a partir de pesquisas empíricas realizadas principalmente na Bahia e em São Paulo, entre 1940 e 1970.

Nos capítulos 5 e 6, exponho os resultados de um estudo empírico sobre “práticas, crenças raciais e a jurisprudência anti-racista no Brasil”. Tanto para a coleta dos dados, quanto para a divulgação dos primeiros resultados, priorizei a análise quantitativa das queixas de discriminação racial publicadas pelos jornais brasileiros entre 1988 e 1994. Escolhi analisar tal material separadamente para o ano de 1988 e para o período de 1989-1994 pelo simples fato de que a base de dados para estes períodos não era diretamente comparável. Ainda que a análise de tal material não esteja totalmente esgotada e ainda que a coleta das queixas prestadas nas delegacias de polícia, dos inquéritos policiais e dos processos judiciais não estejam finalizada, retirei do material já pronto para divulgação algumas conclusões de ordem prática e empírica sobre o que é a discriminação racial no Brasil atual.

Finalmente, compõem os dois últimos capítulos as reflexões sobre políticas públicas para a ascensão social das populações negras no Brasil, escritas sob a pressão política de discutir soluções práticas para o combate às desigualdades raciais no país, principalmente medidas de ação afirmativa.

CARREIRA DOCENTE

- 1980 Professor colaborador, Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, posse 1 de março de 1980
- 1981 Professor assistente I, nomeado
- 1985 Professor Adjunto I, em regime de dedicação exclusiva
- 1987 Professor Adjunto II, avaliação de desempenho
- 1989 Professor Adjunto III, avaliação de desempenho
- 1991 Professor Adjunto IV, avaliação de desempenho
- 1996 Concurso público de seleção para professor doutor MS-3 em Métodos e Técnicas de Pesquisa do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, classificado em 1o. lugar
- 1997 - fev: Professor MS-3 do Departamento de Sociologia da USP, contratado.
- set: Professor Associado ao Departamento de Sociologia da USP
- 1998 Concurso público de efetivação no Cargo de MS-3, em RDIPD, do Departamento de Sociologia, USP

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES EXAMINADORAS

- 1986 Membro da banca examinadora do concurso público da Universidade Estadual de Feira de Santana para a disciplina “Introdução à Sociologia”, Feira de Santana, julho de 1986
- 1987 Membro da banca examinadora do concurso público do Departamento de Sociologia da UFBA para a disciplina “Introdução à Sociologia”, Salvador, junho de 1987
- 1990 Membro da banca examinadora da seleção do Mestrado em Sociologia da UFBA, Salvador, março de 1990
- 1992 Membro da banca examinadora do concurso público da Universidade Federal da Bahia para a disciplina “Teoria Antropológica”, Salvador, julho de 1992
- 1993 Membro da banca examinadora da seleção do Mestrado em Sociologia da UFBA, Salvador, fevereiro de 1993

- 1995 Membro da banca examinadora da seleção do Mestrado em Sociologia da UFBA, Salvador, dezembro de 1995
- 1996 Membro da comissão julgadora do concurso público de seleção para professor doutor MS-3 em Métodos e Técnicas de Pesquisa do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 17 a 20 de junho de 1996
- 1996 Membro da banca examinadora da seleção do Mestrado em Sociologia da UFBA, Salvador, dezembro de 1996
- 1997 Membro da banca examinadora da seleção do mestrado, Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo.
- 1999 Membro da banca examinadora seleção para o doutorado, Pós-Graduação da USP (?) verificar
- 2001 Membro da banca examinadora seleção para o doutorado, Pós-Graduação da USP
- 2003 Membro da banca examinadora seleção para o doutorado, Pós-Graduação da USP

ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÕES

1. Concluídas

Figueiredo, Angela. *As Novas Elites de Cor: Estudo sobre os Profissionais Liberais Negros de Salvador*. 1998. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/DF..

Oliveira, Antonio Santos. *O Cérebro da Fábrica: Os Engenheiros da Grande Indústria*. 1994. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/DF.

Silva, Alvaro Luiz Vasconcelos. *A Vendedora de Ilusões: Montagem e Desmontagem de um Regime de Gestão do Trabalho*. 1991. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/DF.

Dultra, Judite Amélia Lago. *Burocracia e Sociedade Democrática: O Papel do Dirigente Público em um Contexto de Transição*. 1990. Dissertação, Universidade Federal da Bahia.

2. Em andamento:

Macedo, Márcio José de. *Abdias do Nascimento: do negro como povo ao negro como raça uma trajetória pelos movimentos negros brasileiros*. Início: 2002. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Aprovado em exame de qualificação em 19/10/2003

Barbosa, Muryatan Santana. Negro e Nação: a questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos. Início:2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Aprovado em exame de qualificação em 19/10/2003

ORIENTAÇÃO DE TESES DE DOUTORADO

1. Concluídas

Barreto, Paula Cristina da Silva. *Racismos e anti-racismos na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Queiroz, Delcele Mascarenhas de. *Raça, gênero e educação superior na Bahia*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

2. Em andamento:

Carvalho, Noel dos Santos. *O Cinema dos Diretores Negros Brasileiros*. Início:2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/DF. Aprovado em exame de qualificação em 26/10/2003

PARTICIPAÇÃO BANCAS EXAMINADORAS DE MESTRADO, DOUTORADO E EXAMES DE QUALIFICAÇÃO

1988

- de Jessy Bastos Bonfim de Almeida
Tese de Mestrado: “Industrialização e Educação - o caso de Camaçari”
Mestrado de Educação da UFBA, 1988

1989

- de Rosa Maria Viana Pereira
Tese de Mestrado: “O Papel da Igreja na Resistência Camponesa de Sobradinho”
Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, outubro de 1989.

1991

- de Elisa Amélia Souto Rocha
Tese de Mestrado: “Processo de Trabalho e Desgaste Operário: Um Estudo de Caso”.
Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, dezembro de 1991.

1992

- de Dilton Oliveira de Araújo
Tese de Mestrado: “Republicanismo e Classe Média em Salvador (1870-1889)”. Mestrado
em Ciências Sociais da UFBA, agosto de 1992.

1993

- de Maria Lígia de Oliveira Barbosa
Tese de Doutorado: “Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a
Constituição dos Grupos Sociais”
Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universi-
dade Estadual de Campinas, em 6 de maio de 1993.

1996

- de Luis Carlos Galetti
Exame de qualificação para Doutor em Sociologia, Universidade de São Paulo, 18 de de-
zembro de 1996

1997

- de Caetana Maria Damasceno
Tese de Doutorado: “Os Segredos da Boa Aparência”
Departamento de Antropologia do Museu Nacional
Universidade Federal do Rio de Janeiro, 24 de julho de 1997
- de Delcele Mascarenhas Queiroz
Exame de qualificação para Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia,
9 e 10 de dezembro de 1997
- de Carmen Fullin
Exame de qualificação para Mestre em Sociologia, Universidade de São Paulo,
18 de dezembro de 1997

1999

- de Sálua Cecílio
Tese de Doutorado: “Informática e Potencialização do Perigo à Saúde no Trabalho Adminis-
trativo”, Sociologia, Universidade de São Paulo, 21 de junho de 1999.

- de Sabrina Moehlecke
Exame de qualificação para Mestre em Educação, Universidade de São Paulo
São Paulo, 16 de agosto de 1999

2000

- de Jean-François Véran
Tese de doutorado: « Terres de Noirs ” Entre A marché ethnique ” et conflit foncier au Brésil : la reconnaissance de Rio das Rãs (Bahia) comme une A communauté rémanente de quilombo ”, Antropologia, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Marseille, 24 de janeiro de 2000.
- de Sabrina Moehlecke
Tese de Mestrado : “Propostas de ações afirmativas no Brasil. O acesso da população negra ao ensino superior”, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 24 de fevereiro de 2000.
- de José Antonio da Costa Fernandes
Exame de qualificação para Mestrado Ciências Sociais, PUC-SP
São Paulo, 28 de março de 2000
- de José Alcides Figueiredo Santos, “Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos de renda.”
Doutorado em Sociologia do IUPERJ
Rio de Janeiro, 25 de julho de 2000
- de Jocélio Teles dos Santos
“O poder da cultura e a cultura no poder. A construção da disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil”, Tese de doutorado, Departamento de Antropologia da USP,
São Paulo, 31 de agosto de 2000.
- de José Antonio da Costa Fernandes
“Imigrantes portugueses e migrantes negros: um olhar sobre novos bairros em São Paulo”
Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP
São Paulo, 10 de outubro de 2000.
- de Paula Cristina da Silva Barreto,
Exame de qualificação para Doutor em Sociologia, USP
São Paulo, 28 de novembro de 2000

2001

- de Dyane Brito Reis Santos.
“O racismo na determinação da suspeição policial”, 2001
Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia
Salvador, 14 de agosto de 2001

- de Pedro Caldas Chadarevian.
“Pobreza negra: um estudo das desigualdades raciais nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife”
Mestrado em Economia, Universidade de São Paulo
São Paulo, 21 de setembro de 2001
- de Taynar de Cássia Santos Pereira.
“Igreja do Rosário dos Pretos do Pelourinho: um clamor com axé”
Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo
São Paulo, 9 de novembro de 2001
- de Jocimar Oliveira de Araújo.
“Raça, Educação e Mobilidade Social: O Programa de Pré-Vestibular para Negros e Carentes”
Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos
São Paulo, 14 de novembro de 2001

2002

- de Rosane da Silva Borges
Jornalismo-verdade ou condenação sumária?
Mestrado em Jornalismo, Universidade de São Paulo
São Paulo, 5 de junho de 2002

2003

- de Maria José Campos.
‘Arthur Ramos: Luz e Sombra na Antropologia Brasileira. Uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940’.
Mestrado em Antropologia, Universidade de São Paulo
São Paulo, 20 de janeiro de 2003
- Angela Lucia Silva Figueiredo
“A classe média negra não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude”
Doutorado em Sociologia, IUPERJ
Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2003
- de Fabiano Dias Monteiro.
“Retratos em Branco e preto, retratos sem nenhuma cor: a experiência do disque-racismo da SSP-RJ”
Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 6 de maio de 2003

- de Osmundo Santos de Araújo Pinho
Tese de doutorado “O mundo negro: sócio-antropologia da re-africanização de Salvador”.
Pós-Graduação em Antropologia da UNICAMP
Campinas, 10 de março de 2003

- de Reinaldo da Silva Soares
Exame de qualificação de doutorado
“Mobilidade ascendente e identidade negra na cidade de São Paulo: a classe média negra”
Pós-Graduação em Antropologia, USP
São Paulo, 27 de março de 2003.

- de Josenilda da Silva
Exame de qualificação de mestrado
“O renascimento negro: a UHC e o movimento negro dos anos quarenta e cinquenta”
Mestrado em Ciências Sociais da UERJ
Rio de Janeiro, 9 de junho de 2003

- de Márcio José Macedo
Exame de qualificação de mestrado
“Abdias do Nascimento: o negro revoltado”
Pós-graduação em Sociologia, USP
São Paulo, 19 de setembro de 2003

- de Muryatan Barbosa
Qualificação de mestrado
“O herético: ciência e racialismo em Guerreiro Ramos”
Pós-graduação em Sociologia, USP
São Paulo, 19 de setembro de 2003

- de Noel dos Santos Carvalho
Qualificação de doutorado
“O cinema dos diretores negros”
Pós-Graduação de Sociologia, USP
26 de setembro de 2003

- de Heloísa Pires Lima
exame de qualificação de doutorado
“Negros debretianos: investigação sobre um repertório cultural presente na obra Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1834-39)”
Pós-Graduação de Antropologia da USP
São Paulo, 3 de outubro de 2003

PROJETOS DE PESQUISA**1985**

“Regime fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia”, Salvador, CRH, 1985.

1986

“A formação de classe dos trabalhadores químicos e petroquímicos: os determinantes materiais - economia, política e cultura”, Salvador, CRH, 1986. (Em autoria com Nadya Castro)

1988

“Resposta sindical e dos trabalhadores ao progresso técnico na forma de automação: estudos de caso dos setores metal-mecânico, petroquímico e bancário na Bahia”, 1988. (Em co-autoria com Nadya Araujo Castro).

“Inovações tecnológicas, subjetividade operária e ação sindical na petroquímica brasileira”, Salvador CRH, 1988. (Em autoria com Nadya Castro)

1990

“Sexo e cor na petroquímica”, Salvador, CRH, 1990. (Em co-autoria com Michel Agier)

1991

“Indivíduos e coletivos profissionais na indústria. (qualificações, mercados e processos de trabalho”, Salvador, CRH, 1991. (Em co-autoria com Nadya Castro)

“Relations sociales dans les entreprises pétrochimiques en France et Brésil”, Paris, ORSTOM, 1991.

1992

“Sindicalismo urbano na Bahia nos anos 80: balanço e perspectivas”, Salvador, CEPAS/CEAS/UFBA, 1992.

1993

“Race and Mobility in the Bahian Industrial Society”, Providence, Brown University, 1993

1995

“Racismo e imaginário nacional: a formação afro-baiana (1918-1959), Salvador, 1995.

“A Cor da Bahia: o programa de bolsas em humanidades da Fundação Rockefeller na UFBA”, Salvador, Mestrado em Sociologia da UFBA, 1995.

1996

“Práticas sociais e jurídicas e a legislação anti-racista no Brasil”, Salvador, Mestrado em Sociologia da UFBA, 1996.

1997

“Racismo e direitos civis no Brasil - uma análise comparada da discriminação racial, da legislação anti-racista e das políticas estatais voltadas para a população negra (1989-1996, Salvador e São Paulo)”, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 1997.

1999

Tratamento desigual de brancos e negros na procura de empregos na Região Metropolitana de São Paulo: Termos de referência para um estudo experimental, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 1999.

2000

“Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil”, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 2000.

2001

“I Censo Étnico-racial da USP”, Comissão de Políticas Públicas para a População Negra da USP, 2001.

2003

“Modernidade negra no Brasil”, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 2003.

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS EM CONGRESSOS**1985**

“As classes sociais na obra de Thales de Azevedo”, Seminário A obra de Thales de Azevedo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 15 de maio de 1985.

“O planejamento como ideologia dos intelectuais”, II Semana de Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Salvador, 9 de dezembro de 1985.

1986

“Regime fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia”, X Encontro Nacional da ANPOCS, GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais, Campos de Jordão, outubro de 1986.

“Movimento sindical e formação de classe: elementos para uma discussão teórico metodológica”, X Encontro Nacional da ANPOCS, GT Classe Operária e Sindicalismo, Campos de Jordão, outubro de 1986.

“Regime fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia”, Seminário sobre Relações de Trabalho e Relações de Poder, Mestrado em Sociologia da UFCE/ANPOCS/FINEP, Fortaleza, 26 a 28 de novembro de 1986.

1987

“Estado, consentimento e formação de classe”, Encontro Extraordinário do GT Classe Operária e Sindicalismo/ ANPOCS, São Paulo, abril de 1987.

“Espaços regionais de construção da identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77”, XI Encontro Nacional da ANPOCS, GT Classe Operária e Sindicalismo, Aguas de São Pedro, outubro de 1987.

1988

“Gestão de Trabalho na Indústria Petroquímica (A Forma Geral e a Variante Paternalista)”, Seminário Interdisciplinar “Padrões tecnológicos e políticas de gestão: processo de trabalho na indústria brasileira”, DPCT-UNICAMP e Depto. de Sociologia da USP, São Paulo, junho de 1988.

“Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste”, Conferência “Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios”, Associação Internacional de Sociologia - ISA, Rio de Janeiro, setembro de 1988.

“Insatisfações e resistência operária na indústria petroquímica”, XII Encontro Anual da Anpocs, GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais, Aguas de São Pedro, outubro de 1988.

1989

“Trabalho e Sindicalismo num Contexto de Reconversão Industrial”, IV Congresso Nacional de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio, junho de 1989.

“Inovações tecnológicas, subjetividade operária e ação sindical”, II seminário “Reconversão econômica, modernização tecnológica e ação sindical na América latina”, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 3/7 julho de 1989.

“Identidades em conflito (a construção social e simbólica do técnico e do peão na indústria de processo contínuo em Salvador, Bahia)”, Simpósio Internacional “Padrões tecnológicos e políticas de gestão - processos de trabalho na indústria brasileira”, Convênio USP/BID, São Paulo, 16 e 17 de agosto de 1989.

“Desobediência e Cidadania Operária nas Fábricas: O Conflito Industrial em Camaçari no Ano de 1985”, IV Encontro de Ciências Sociais no Nordeste, CRH-UFBA/CNPQ/FINEP, Salvador, 11 a 14 de dezembro de 1989.

1990

“Inovations technologiques et changements dans le monde du travail”, Table Ronde “Le Brésil à l’aube du troisième millenaire”, Centre de Recherche et de Documentation sur l’Amerique Latine - CNRS/Paris III/IHEAL, Paris, França, 23 de fevereiro de 1990.

“Novas tecnologias e o futuro do fordismo”, Mesa Redonda “Estratégias empresariais de controle da força de trabalho”, CRH-UFBA, Salvador, 16 de maio de 1990.

“Relações de trabalho e de gênero na fábrica dos homens”, XIV Encontro Anual da ANPOCS, Seminário temático “A transversalidade do gênero nas ciências sociais”, Caxambu, outubro de 1990.

“Competitividade, tecnologia e gestão do trabalho: a petroquímica brasileira nos anos 90”, XIV Encontro Anual da ANPOCS, Seminário temático “Tecnologia, cultura e organização na indústria brasileira”, Caxambu, outubro de 1990.

“Competitividade, tecnologia e gestão do trabalho: a petroquímica brasileira nos anos 90”, Seminário “Innovations Technologiques et Mutations Industrielles en Amérique Latine - Argentine, Brésil, Mexique et Venezuela”, IHEAL-CREDAL, Université de Paris III., Paris, França, 12 a 15 de dezembro de 1990.

1991

“Sonhos mortos, novos sonhos (fordismo, recessão e tecnologia no Brasil)”, Seminário Internacional “Modernización Empresarial y Cambios en Relaciones Industriales en Países de America Latina y Europa”, Universidad Nacional de Colombia, Colegio de México e Universitat Bremen, La Vega, Colombia, 9-13 de abril de 1991.

“Classes et catégories sociales (retrospective d’un itinéraire de recherche et perspectives)”, Seminário “Migrations, travail, mobilités sociales: méthodes, resultats et prospective”, ORS-TOM/Equipe SUD E5, Paris, 24 a 27 de setembro de 1991.

1992

“Vidas operárias, trajetórias ascensionais”, Seminário Internacional “El Uso de Historias de Vida en las Ciencias Sociales: Teorías, Metodologías y Prácticas”, Universidad Externado de Colombia, Villa de Leyva, 17 a 20 de março de 1992.

“Mudanças organizacionais na petroquímica brasileira: os anos noventa”, Seminario Internacional “Transformación Industrial-productiva y Relaciones Industriales: América Latina y Europa en una Vision Comparativa, Colegio de Puebla, A.C., Puebla, Mexico, 12 e 13 de maio de 1992.

“O trabalho no Brasil na era pós-industrial”, Mesa Redonda “O Trabalho na Era Pós-Industrial”, Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 13 de julho de 1992.

“Racial inequalities in the market and the work places: examining the modern industry in Salvador, Brazil”, XVII International Congress of the Latin American Studies Association, Los Angeles, 24 a 27 setembro de 1992.

1993

“O futuro do trabalho”, 45ª Reunião Anual da SBPC/Sociedade Brasileira de Sociologia, Mesa Redonda “A explosão das diferenças em um mundo cada vez mais internacionalizado”, Recife, 13 de julho de 1993.

“Where is Brazil Going?” The Wayland Collegium for Liberal Learning - Brown University, Providence, Rhode Island - USA, 26 de outubro de 1993.

1994

“‘Race’, racism, and groups of color in Brazil”, XVIII International Congress of the Latin American Studies Association, Panel “Slavery and Race Relations in Latin America”, Atlanta, GA, March 10, 1994.

“‘Race’ and racism in contemporary Brazil”, Colloquium on “Exploring the Dimensions of Life in the Industrial Age, Center for Afro-American and African Studies, The University of Michigan, Ann Arbor, MI, March 16, 1994.

“African peoples in the industrial age: discussing a research agenda”, “The remapping of scholarship: African peoples in the industrial age”, The University of Michigan, Center for Afroamerican and African Studies, Ann Arbor, MI, 30 de setembro-1 de outubro de 1994.

“Racismo e anti-racismo no Brasil”, XVIII Encontro Anual da ANPOCS, GT Relações Raciais e Etnicidade, Caxambú, MG, 23-27 de novembro de 1994.

1995

“Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960”, Seminário “Raça, ciência e sociedade no Brasil”, Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 1995.

“O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários”, Seminário “Desigualdade, Pobreza e Exclusão”, Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio de Janeiro, 4 e 6 de setembro de 1995

“Recent racism in Brazil”, Latin American Studies Association, LASA 1995, Mesa redonda “Black identities in Latin America”, Washington, 30 de outubro de 1995.

1996

“*As Elites de Cor* e os estudos de relações raciais”, XX Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, Mesa redonda “O ciclo de estudos da UNESCO sobre relações raciais”, Salvador, 14-19 de abril de 1996.

“A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil”, Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, Ministério da Justiça do Brasil, Brasília, 2 a 4 de julho de 1996.

“Recent Racism in Brazil: What the Newspapers Say”, 91st Annual Meeting of the American Sociological Association, Section on Racial and Ethnic Minorities in Sociology, New York, August 16-20, 1996.

“Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial publicizada”, Núcleo de Estudos da Violência da USP, São Paulo, 11 outubro de 1996.

“Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa”, XX Encontro Anual da ANPOCS, Mesa Redonda “Discriminação e discriminações: debatendo a ação afirmativa”, Caxambu, MG, 25 de outubro de 1996.

1997

“Les études des relations raciales au Brésil dès les années 30”
URMIS - Université de Paris VIII, Jussieu
Paris, 7 de janeiro de 1997.

“Racismo e discriminação racial no Brasil contemporâneo”, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Coimbra, 7 e 8 de fevereiro de 1997

Second Annual Conference: Ethnicity, Gender, Migration and Development in Latin America.
Comunicação: “Racial Discrimination in Brazil”
The Andrew W. Mellon Programs in Latin American Sociology
Los Angeles, UCLA, 8 e 9 de março de 1997.

International Round Table on “Nation Building and Sub-cultures III: Latin American Countries’ Cases”
Paper: : “The Integration of Blacks in the Brazilian National Identity”
Research Institute of Social Sciences - Tokai University and El Colegio de Mexico.
Ciudad de México, 20 de março de 1997

Superando o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos no Século XXI
The Comparative Human Relations Initiative of the Southern Education Foundation
Atlanta, 2 a 4 de abril de 1997

III Ciclo “Novas Faces da Cidadania - Políticas Compensatórias em Foco”
Expositor do tema “Políticas compensatórias: perspectivas analíticas”
Centro Brasileiro de Análises e Planejamento - CEBRAP
São Paulo, 11 de abril de 1997

XX International Congress of the Latin American Studies Association
Coordenador do “Panorama da cultura negra no Brasil”
Comunicação ao painel “Politics, Rights and Judicial System I: Justice in Evereday Life” :
“Racismo e Justiça no Brasil: porque a discriminação racial continua impune”
Guadalajara, México, 17 a 19 de abril de 1997

VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia
Membro do Comitê Acadêmico Organizador, coordenador e expositor da Mesa Redonda
“Raça e Racismo no Brasil”
Brasília, 7-9 de agosto de 1997.

V Congresso Afro-Brasileiro
Participação na Sessão Plenária 1 “Políticas de Ação Afirmativa”
Coordenador do GT 11 “Raça e Trabalho”
Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA
Salvador, 18-20 de agosto de 1997

Superando o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos no Século XXI
The Comparative Human Relations Initiative of the Southern Education Foundation
Comunicação: “Raça e relações raciais no Brasil”
Rio de Janeiro, de 2 a 4 de setembro de 1997

Ciclo de Debates Atualidade Negra
Centro de Estudos Afro-Asiáticos/ Paço Imperial
Mesa Redonda “O Estado da Nação: O atual contexto das relações raciais no Brasil”
Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1997.

Direitos Humanos no Limiar do Século XXI, módulo XV
Mesa Redonda “Representação do negro no cenário político brasileiro: problemas, conquistas, perspectivas estratégicas”
Universidade de São Paulo
São Paulo, 17 de novembro de 1997

1998

14th World Congress of Sociology
RC 05- Racial, Ethnic and Minorities Groups
Paper: “The Identity politics of Blacks in Brazil”
Montréal, 26 de julho a 1 agosto de 1998

Seminário Internacional “Multiculturalismo, democracia e a singularidade cultural brasileira.
Perspectivas para o século XXI”
Expositor - Mesa Redonda “Justiça e Diferenças”
Universidade de Brasília - ICS
Brasília, 25 de agosto de 1998

XXI International Congress – Latin American Studies Association

Presidente e organizador do Painel: Repensando os estudos sobre relações raciais no Brasil: a experiência da UNESCO

Texto apresentado: “Baianos” e “paulistas”: duas “escolas” nos estudos brasileiros de relações raciais? Chicago, 24-26 de setembro de 1998

XX Encontro da ANPOCS

Mesa Redonda “Relações raciais no Brasil: balanço e perspectivas”
Caxambú, de 27 a 31 de outubro de 1998.

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Política – Universidade Federal de Minas Gerais

Palestra: “Os estudos de relações raciais e a política de identidade dos negros no Brasil - 1930-1995”

Belo Horizonte, 20 de novembro de 1998

1999**XI Congresso Nacional dos Sociólogos**

Mesa Redonda “Sociologia Brasileira Contemporânea: Retrato e Traços”
Salvador, 12 de maio de 1999.

O PT e a questão racial no século XXI

Secretaria Estadual contra o Racismo B PT- São Paulo

Fala: “Ações afirmativas, políticas de diversidade e filantropia”
São Paulo, 24 de julho de 1999

Seminário “Criminalização do preconceito e da discriminação raciais no Brasil”

Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia

Organizador.

Fala: Preconceito e discriminação: uma tipologia
São Paulo, 5 e 6 de agosto de 1999

III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica

Mesa Redonda “Discriminação, preconceito, exclusão e seus desdobramentos”

Palestra: A Discriminação racial na justiça criminal”

São Paulo, 25 de agosto de 1999.

IX Congresso Brasileiro de Sociologia

Mesa Redonda : “Relações raciais no Brasil Contemporâneo”

Função: organizador e coordenador

Mesa “Trabalho, desigualdade e exclusão social” (expositor)

Porto Alegre, 31 de agosto de 1999.

I Seminário de Formação do Curso “Negro e Educação”
Anped/Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford
Palestra “Raça, etnia, discriminação e desigualdades”
São Paulo, 16 de setembro de 1999.

Seminário “Raça, Racismo e Educação”
Universidade Federal do Paraná
Mesa Redonda “(Re)Discutindo o Conceito de Raça”
Curitiba, 9 de novembro de 1999.

Palestra “Porque as desigualdades sociais entre negros e brancos é racial”
Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Faculdade de Educação
Salvador, 11 de novembro de 1999.

98th Annual Meeting of the American Anthropological Association
Comunicação: “The Racial Insult”
Chicago, 18 de novembro de 1999.

Mesa Redonda “Educação e população negra no Brasil”
Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra da Universidade de
São Paulo
São Paulo, 24 de novembro de 1999.

2000

Conferência “Racismo e Anti-racismo no Brasil”
Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain, Maison des Sciences de l’Homme.
Paris, 12 de janeiro de 2000

Seminário « Échanges internationaux et récréation de la culture nationale »
EHESS- École des Hautes Études en Sciences Sociales
Palestra: « Races, couleurs et classes sociales »
Paris, 18 de janeiro de 2000

Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA)
Session: *Lo afro en America latina: debates sobre cultura, política y poder*
Comunicação : “O preconceito contra os baianos”
Miami, março de 2000

Curso “Educação, racismo e diferenças no Brasil”, FFCH-UFBA, Programa A Cor da
Bahia.
Aula: “Usos e sentidos dos conceitos de raça e racismo”
Salvador, 13 de maio de 2000

Seminários em comemoração ao centenário de Gilberto Freyre
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais
Palestra: “Gilberto Freyre e o preconceito contra os baianos”
Belo Horizonte, 6 de junho de 2000

Seminário Nacional “O Averso da Modernidade: Outros 500 anos”
Universidade Estadual de Londrina
Mesa Redonda “Sobre as Identidades”
Londrina, 16 de junho de 2000

Roundtable Discussions - Race and Poverty: Inter-Agency Consultations on Afro-Latin
Americans, World Bank
Roundtable: Race and Poverty
Paper: “As causas da pobreza negra”
Washington, 19 de junho de 2000

“Comunidade Negra e o futuro Prefeito de São Paulo”
Debate com a candidata Martha Suplicy
São Paulo, 4 de julho de 2000

VIII Encontro Estadual de História História, Experiências e Desafios”
Associação Nacional de História Núcleo Santa Catarina
Conferência: “Multiculturalismo e Democracia Racial”
Florianópolis, 29 de agosto de 2000

VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
GT III Identidades, Alteridades Sociais e Direitos Humanos
Comunicação: “O preconceito contra baianos e nordestinos em São Paulo”
Porto, 5 a 9 de setembro de 2000

Racismo e população negra no Brasil hoje
Curso de extensão, Universidade de São Paulo
Palestra: “Ações afirmativas e políticas públicas”
São Paulo, 28 de setembro de 2000.

I Semana de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Maringá
Palestra: “Racismo e Anti-racismo no Brasil”
Maringá, Paraná, 11 de outubro de 2000

Semaine Brésil, Atelier Démocratisation de l’État
Maison des Sciences de l’Homme / Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain
Comunicação: « La politique de l’identité noire au Brésil »
Paris, 16-20 de outubro de 2000

XXIV Encontro Anual da ANPOCS

Mesa Redonda: “Nacionalidade e identidades étnicas na história do Brasil”, expositor.
Petrópolis, 24 de outubro de 2000.

XXIV Encontro Anual da ANPOCS

GT Relações Raciais e Etnicidade, debatedor
Petrópolis, 26 de outubro de 2000.

Palestra: “A USP e a questão racial no Brasil”

Instituto de Estudos Avançados de São Carlos
São Carlos, SP, 1 de outubro de 2000.

Mesa Redonda “O Negro e 500 anos: pesquisas e políticas”

Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação
Salvador, 1 dezembro de 2000.

Palestra “Políticas de ações afirmativas e discriminação racial no Brasil

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG
Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2000.

Debate do livro “Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil”

Jornal A Folha de S. Paulo
São Paulo, 12 de dezembro de 2000.

2001

Palestra “The Identity Politics of Blacks in Brazil”

Universidade de Bremen, Alemanha
Bremen, 9 de fevereiro de 2001

Seminário “Fifteen years of Democracy in Brazil”

Institute of Latin American Studies, University of London
Comunicação: “The Race Issue in Brazilian Politics: The Last Fifteen Years”
Londres, 15 de fevereiro de 2001.

Mesa Redonda - Relações interétnicas e regionais no Brasil

Nome do evento: 28o. Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos
Instituição promotora: NAP - CERU/ USP
Local: FFLCH, São Paulo, 23 de maio de 2001.

Mesa Redonda: Racismo à brasileira

Nome do evento: Semana “Paulo Freire - 80 anos”
Instituição promotora: Prefeitura de São Paulo/ Núcleo de Ação Educativa
Local: São Paulo, 28 de agosto de 2001

Texto: Racial inequalities, black protest and public policies in Brazil
Nome do evento: Racism and Public Policy
Instituição promotora: UNRISD - United Nations Institute for Social Development
Local: Durban. 3 a 5 de setembro de 2001

Palestra: 'Elementos conceituais para o estudo das desigualdades raciais'
Nome do evento: Palestra "Elementos conceituais para o estudo das desigualdades raciais";
Instituição promotora: CEBRAP/FAPESP/ Ceert/ PMSA/ ELAS - Projeto "Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: um experimento de política pública na região da ABC"
Local: CEBRAB, São Paulo, 20 de setembro de 2001

Mesa Redonda: Políticas públicas e desigualdades raciais no Brasil.
Instituição promotora: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ
Local: Rio de Janeiro, RJ, 1º de outubro de 2001

Texto: Identidade nacional e democracia racial
Nome do evento: XXV Encontro Anual da ANPOCS
Instituição promotora: ANPOCS
Local: Hotel Glória, Caxambu, MG, 19 de outubro de 2001

Palestra: Racial democracy in Brazil.
Instituição promotora: Center for Latin American and Caribbean Studies, New York University
Local: New York, 29 de outubro de 2001.

Palestra: Racism, Black Protest and Public Policies in Brazil.
Instituição promotora: Institute of Latin American Studies, Columbia University
Local : New York, 30 de outubro de 2001

Mesa Redonda: Determinantes históricos e sociais do racismo
Nome do evento: Palestra "Relações raciais e educação: a produção de saberes e as práticas pedagógicas"
Instituição promotora: Universidade Federal Fluminense – Penesb
Local: Niterói, RJ, 29 de novembro de 2001

Mesa Redonda: Desigualdade raciais no Brasil.
Nome do evento: XXIX Encontro Nacional de Economia
Instituição promotora: ANPEC/IPEA;
Local: Salvador Praia Hotel, Salvador, BA, 11 de dezembro de 2001

2002

Mesa-redonda: A Graduação em Campo. Seminários de Antropologia Urbana da Sociais.
Nome do evento: O Popular: Práticas na de São Paulo

Instituição promotora: Núcleo de Antropologia Urbana da USP
Local: FFLCH-USP; : São Paulo, 18 de novembro de 2002

Mesa-redonda: A produção acadêmica atual: alcance e lacunas.
Nome do evento: Seminário Educação e racismo no Brasil
Instituição promotora: UNESCO e PNUD
Local: Hotel Nacional; : Brasília, 11 de dezembro de 2002

Palestra: A situação dos negros na USP
Nome do evento: Programa “Broadening Horizons: Building Educational Linkagens Between Brazil and the U.S.”
Instituição promotora: Comissão Fulbright
Local: Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, 6 de agosto de 2002.

Mesa-redonda: Temas globales y la realidad latino-americana
Nome do evento: Atelier “Teoría Social y América Latina: aonde estamos, como llegamos y aonde vamos”
Instituição promotora: IHEAL
Local: IHEAL; : Paris, 8 de fevereiro de 2002

Coordenação de mesa: Racismo e estereótipos raciais
Nome do evento: 10 Simpósio Internacional de Iniciação Científica;
Instituição promotora: Universidade de São Paulo
Local: Escola de Comunicação e Artes, 8 de novembro de 2002

Mesa-redonda: Raça, cultura e identidade do negro no Brasil
Nome do evento: Dominação, ocultamento e resistência: desvelamento das relações de raça e gênero no Brasil.
Instituição promotora: DCE Livre da USP
Local: FFLCH-USP, São Paulo, 23 de setembro de 2002

Comentarista: Le théâtre noir au Brésil, de Christine Douxami.
Nome do evento: Groupe de réflexion sur le Brésil contemporain
Instituição promotora: EHESS-CRBC
Local: EHESS; : Paris, 16 de janeiro de 2002

Palestra: Les enjeux politique et symbolique de la démocratie raciale
Séminaire “Circulation internationale de universitaires”
Instituição promotora: EHESS-MSH
Local: EHESS, Paris, 29 de janeiro de 2002.

Mesa redonda: Conceitos e noções de cor, raça e etnia: usos correntes e utilização em pesquisas.
Nome do evento: XIII Encontro Nacional da ABEP

Instituição promotora: Associação Brasileira de Estudos de População
Local: Centro de Concensões de Ouro Preto; : Ouro Preto, 6 de novembro de 2002

Mesa redonda: Etnias e suas ambiguidades
Nome do evento: 30 Anos da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP
Instituição promotora: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Local: PUC-SP; : São Paulo, 28 de novembro de 2002

Mesa redonda: Universidade, desigualdades raciais e políticas de ação afirmativa
Nome do evento: Conferência Nacional “Universidade e Desigualdades Raciais: para além das políticas de cotas”
Instituição promotora: UERJ/Laboratório de Políticas Públicas/Fundação Ford
Local: UERJ; : Rio de Janeiro, RJ, 24 de junho de 2002.

Palestra: A cultura negra no Brasil.
Nome do evento: A cultura negra no Brasil
Instituição promotora: Centro de Estudos Afro-Orientais
Local: Universidade Federal da Bahia; Salvador, 1 de novembro de 2002

Palestra: democracia racial.
Nome do evento: Reunião Anual da ANPED
Instituição promotora: ANPED
Local: Caxambú; Caxambú MG, 30 de setembro de 2002.

Palestra: Raça e pobreza no Brasil.
Nome do evento: O Negro na Ensino Superior
Instituição promotora: NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP
Local: Universidade de São Paulo; : São Paulo, 3 de dezembro de 2002

Palestra: Racial Inequalities and Racism in Brazil
Instituição promotora: Lateinamerika Institut - Frei Universit
Local: Lateinamerika Institut; : Berlim, 4 de fevereiro de 2002

Palestra: Racismo à brasileira.
Nome do evento: Colóquio Internacional “A sociedade brasileira no contexto da transformação global”
Instituição promotora: Ibero-Amarikanisches Institut - Preussischer Kulturbesitz / Lateinamerika Institut - Frei Universitat Berlin
Local: Ibero-Amarikanisches Institut; : Berlim, 31 de janeiro de 2002

Mesa redonda: Políticas de ação afirmativa
Nome do evento: Encontro Nacional da ANPED
Instituição promotora: ANPED; Local: Caxambu: Caxambu, MG, 30 de setembro de 2002.

Palestra: Stratification: historical process and recent changes
Nome do evento: Professional development program in Brazil
Instituição promotora: Columbus State University
Local: Hotel Intercontinental, São Paulo; : São Paulo, 12 de junho de 2002.

Texto: A modernidade negra
Nome do evento: GT Teoria Social e Transformações Contemporâneas, XXVI Encontro da ANPOCS
Instituição promotora: ANPOCS
Local: Hotel Glória, Caxambu; : Caxambu, MG, 24 de outubro de 2002

2003

Palestra: Políticas anti-racistas no Brasil.
Instituição promotora: Freie Universität Berlin
Local: Freie Universität Berlin; : Berlin, 3 de fevereiro de 2003

Palestra: Cultura e identidade dos negros no Brasil.
Identidades em movimento: política e cotidiano no Brasil
Instituição promotora: Ibero-Amerikanisches Institut;
Local: Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin, 4 e 5 de fevereiro de 2003

Palestra: Démocratie raciale.
Seminário: Anthropologie critique de l'identité culturelle : Afrique et Amériques noires
Instituição promotora: Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain et Centre d' Etudes Africaines;
Local: Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales; : Paris, 14 de fevereiro de 2003

Palestra: Raça, cultura e identidade negra: São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1925 e 1950.
2003. Groupe de Réflexion sur le Brésil Contemporain;
Instituição promotora: Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain – EHESS
Local: CRBC-EHESS; : Paris, 19 de fevereiro de 2003

La dynamique identitaire des noirs au Brésil.
Séminaire d' Anthropologie politique du Brésil
Instituição promotora: EHESS
Local: EHESS, Paris, 25 de fevereiro de 2003

Palestra: Classes, raças e democracia.
Seminários de Sociologia
Instituição promotora: Departamento de Sociologia da USP
Local: FFLCH-USP; São Paulo, 23 de março de 2003

Seminário: A situação dos afrodescendentes no Brasil.
Processos civilizatórios: educação, memória social e pluriculturalidade
Instituição promotora: Universidade do Estado da Bahia - UNEB;
Local: Museu Geológico; : Salvador. 30 de abril de 2003

Palestra: Desigualdades raciais, pobreza e educação.
Nome do evento: Raça, Desenvolvimento e Desigualdade Social
Instituição promotora: FEA-USP, UFBA, Vanderblit Univ., Howard Univ.
Local: FEA-USP; : São Paulo, 22 de maio de 2003

Palestra: Raça, Cultura e Identidade
Aula inaugural da pós-graduação em Ciências Sociais
Instituição promotora: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Local: UERJ; Rio de Janeiro, 10 de junho de 2003

Palestra: Em torno da correspondência entre Herskovits e Arthur Ramos - 1935-1941.
Mesa Redonda “Correspondências”, Seminário: Centenário de Arthur Ramos
Instituição promotora: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA
Local: IGHBa, Salvador. 8 de julho de 2003

Mesa redonda: Cinquenta anos depois da pesquisa da UNESCO.
VIII ABANNE
Instituição promotora: Associação Brasileira de Antropologia
Local: UFMA; : São Luis, 04 de julho de 2003

50 Anos depois da Pesquisa da UNESCO, o que é o Racismo Hoje?
55a. Reunião ds SBPC
Instituição promotora: SBPC e ABA - Associação Brasileira de Antropologia;
Palestra: “Do preconceito de cor ao racismo à brasileira”
Local: UFPE, Recife, 16 de julho de 2003

Mesa-redonda: Antropologia das relações raciais: história e etnografia.
Seminário Antropologia da antropologia: desafios e perspectivas;
Instituição promotora: Departamento de Antropologia da USP
Local: FFLCH-USP; São Paulo, 27 de agosto de 2003

Mesa redonda: Políticas de promoção da igualdade racial - estratégias e desafios futuros
Nome do evento: XI Congresso Brasileiro de Sociologia;
Instituição promotora: Sociedade Brasileira de Sociologia
Local: Centro de Convenções - Unicamp; : Campinas, 2 de setembro de 2003

Mesa redonda sobre “Rebelião Escrava no Brasil” de João Reis

Instituição promotora: Departamentos de Sociologia, Antropologia e História da USP

Local: Departamento de História da USP; : São Paulo, 23 de setembro de 2003

Palestra: Black intellectuals and the idea of racial democracy in Brazil, 1889-1964'

Instituição promotora: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford

Local: CBS, Oxford, 28 de outubro de 2003

Palestra: Racial democracy as myth, racial inequality and affirmative action in Brazil since 1985

Instituição promotora: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford

Local: CBS, Oxford, 25 de novembro de 2003

BOLSAS DE ESTUDO, DE PESQUISA E MISSÕES DE TRABALHO

1974

Bolsista Investigador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Campo de Estudos: Demografia

Local: Santiago, Centro Latinoamericano de Demografia

Período: 25/06 a 24/08 de 1974

1982

Rockefeller Foundation Fellowship

Estudos para o PhD em Sociologia

University of Wisconsin - Madison

Janeiro de 1982 a dezembro de 1984

1985

Fellowship Research Allocation, Rockefeller Foundation

Trabalho de campo em Salvador, BA

Junho de 1985 a maio de 1986

1987

Rockefeller Foundation, PhD em Sociologia

Redação e defesa de tese de PhD

Setembro de 1987 a maio de 1988

1988

Bolsa de Produtividade de Pesquisa 2B do CNPq, processo nº 300494/88-2

1990

Bolsa de Produtividade de Pesquisa 2A do CNPq, processo nº 300494/88-2
Missão de trabalho junto ao ORSTOM - Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération
Campo de trabalho: Sociologia e Antropologia do trabalho
Local: Paris, França
Período: 29/12/89 a 27/02/90

1991

Missão de trabalho junto ao IHEAL - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine - Université de Paris III, Acordo CAPES/COFECUB
Campo de estudo: Sociologia do trabalho
Local: Paris, França
Período: 07/09 a 07/10/91

1992

Missão de trabalho junto ao ORSTOM - Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération
Campo de trabalho: Sociologia e Antropologia do trabalho
Local: Paris, França
Período: 4/12/92 a 18/12/92

1993

Bolsa Pesquisador da FAPESP
Local: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo
Período: 15 de março a 15 de julho de 1993

Bolsista da CAPES/Comissão Fulbright
Local: Brown University, Providence RI
Atividades: Pós-doutoramento
Período: 1 de setembro de 1993 a 31 de agosto de 1994

1994

Missão de trabalho junto ao ORSTOM - Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération
Campo de trabalho: Sociologia e antropologia das relações raciais
Local: Paris e Marseille, França
Período: 23/05/94 a 23/06/94

1995

Bolsa de Produtividade de Pesquisa 1C do CNPq, processo nº 300494/88-2

1996

Bolsa Pesquisador da FAPESP

Local: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

Período: 2 de agosto a 31 de dezembro de 1996

1996-1997

Missão de trabalho junto ao ORSTOM - Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération

Campo de trabalho: Sociologia e antropologia das relações raciais

Local: Paris, França

Período: 31/12/96 a 31/01/97

1997-98

Estágio pós-doutoral

Departamento de Sociologia da University of California, Los Angeles

Financiador: Fundação Ford

Local, Los Angeles, EUA.

Período: 30/2/97 a 16/02/98

1999-2000

Pesquisador visitante, Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC), da École des Hautes Études en Sciences Sociales,

Financiamento: FAPESP

Período: 7 de dezembro de 1999 e 6 de fevereiro de 2000

2000

Bolsa de Produtividade de Pesquisa do CNPQ, 1B

2000-2001

Pesquisador visitante, Centre d'Études du Brésil Contemporain

Período: 28 de dezembro de 2000 a 16 de janeiro de 2001

Financiamento: Fundação Ford

2002

Pesquisador visitante, Centre d'Études Africaines et Centre d'Études du Brésil Contemporain

Tema: Nationalité et nouvelles identités raciales

Financiamento: FAPESP

Período: De 2 de janeiro a 16 de fevereiro de 2002

Local: Paris, França

2003

Pesquisador visitante: Centre d'Études Africaines e Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain

Financiamento: CAPES

Período: de 26 de janeiro a 27 de fevereiro de 2003

Local: Paris, França

Ministry of Culture Visiting Fellow in Humanities

Centre for Brazilian Studies, University of Oxford.

Campo de atividade: Modernidade negra no Brasil

Período: 6 de outubro a 6 de dezembro de 2003.

Local: Oxford, Inglaterra.

PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS, GTs, COLEGIADOS DE CURSO E COMITÊS EDITORIAIS

- Membro da *Associação Brasileira de Estudos Populacionais*

Filiação: 1979 - 1990

- Membro da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*

Filiação: 1986

Membro da *Sociedade Brasileira de Sociologia*

Filiação: 1992

- Membro da Latin American Studies Association

Filiação: 1992

- Membro do GT Classe Operária e Sindicalismo da ANPOCS

Período: 1986 e 1987

- Coordenador regional para o Nordeste do GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais da ANPOCS

Períodos: out/86 a out/87 e out/88 a out/91

- Coordenador nacional do GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais da ANPOCS

Período: 1991 a 1992

- Comitê editorial da revista *Caderno CRH*

Período: fev/86 a set/87 e mar/90 a fev/92.

- Comitê editorial da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*
Período: jan/89 a out/92.
- Membro titular do Colegiado do Mestrado em Sociologia da UFBA
Período: junho de 1989 a março de 1993, março de 1995 a dezembro de 1996
- Membro da *Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho*
Período: a partir de outubro de 1993
- Co-editor da revista *Afro-Ásia*, do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA.
Período: março de 1995 a janeiro de 1997
- Membro da Comissão das Comemorações do 50º Aniversário da Universidade Federal da Bahia
Período: 28 de abril de 1995 a julho de 1996
- Membro da Comissão do Memorial Tupinambá
Período: março de 1995 a dezembro de 1996
- Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia
Período: outubro de 1995 a outubro de 1997
- Membro da *American Sociological Association*
Período: agosto de 1996 ...
- Representante da UFBA na Rede ALFA da Comunidade Européia “Cultura e Identidades Negras na Europa e América Latina”
Período: janeiro de 1996 a dezembro de 1996
- Membro do comitê de seleção de bolsas do Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas
Período: seleção 2002 e 2003

BIBLIOGRAFIA

Publicações: livros, capítulos e artigos

1974

- *Análise Global da Economia Baiana*, Salvador, CPE-Seplantec, 1974.

1975

- *Programa de Governo*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, 1975.

1976

- *Salvador, Evolução Demográfica: 1940-2000*, Salvador, PLANDURB, Série Estudos Demográficos, 1976

1977

- a. *Análise Conjuntural*, nº 2, Salvador, CEPLAB-Seplantec, v.4, 1977
- b. *Análise Conjuntural*, nº 4, Salvador, CEPLAB-Seplantec, v.4, 1977
- c. *Indicadores Sociais*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, nº 1, 1977

1978

- a. *Plano Integrado de Jaguarari*, Salvador, IURAN-Seplantec, 1978
- b. *Subsídios para a Montagem do Sistema Estadual de Estatística*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, 1978
- c. *Diagnóstico do Subsistema de Informações de Saúde*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, 1978
- d. *Diagnóstico do Subsistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, 1978.
- e. *Diagnóstico do Subsistema de Informações Educacionais*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, 1978
- f. *Economia Baiana: Subsídios para um Plano de Governo*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, 1978
- g. *Indicadores Sociais*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, nº 2, 1978
- h. *Indicadores Sociais*, Salvador, CEPLAB-Seplantec, nº 3, 1978
- i. “Estimativa da Mortalidade no Estado da Bahia: um sistema de tábuas de vida, 1940-2000”, Salvador, CEPLAB-Seplantec, *Indicadores Sociais*, nº 3, 1978, pp. 91-128.
- j. “A Natalidade em Salvador entre 1960 e 1970: Algumas Estimativas”, CEPLAB-Seplantec, *Indicadores Sociais*, nº 3, 1978, pp. 129-141.
- k. “Projeção do Número de Domicílios e de Famílias em Salvador, 1970-2000”, *Cidade de Salvador, Renda e População Oceplan-PMS*, 1978, pp. 65-92.

1980

- “Conjecturas sobre os Níveis e Tendências da Fecundidade em Salvador”, *Educação, População e Emprego*, CRH-UFBA, Salvador, 1980, pp. 11-35. (co-autor, Guaraci Adeodato de Souza)

1985

- “Movimento Sindical e Formação de Classe no Brasil dos Anos Setenta”, *Universitas*, nº 33, Salvador, UFBA, jul-set 1985, pp. 5-20.

1986

- “Regime Fabril e Formação de Classe na Indústria Petroquímica da Bahia”, *Relações de Trabalho e Relações de Poder*, v.1, Fortaleza, UFC/CNPQ/ANPOCS/FINEP, 1986, pp. 262-285.

1987

- a. “Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia”, *Caderno CRH*, nº 2, 1987, 30 p.
- b. “Movimento Sindical e Formação de Classe: Elementos para uma discussão teórico-metodológica”, *Caderno CRH*, nº 4, Salvador, 1987, 39 p. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- c. “Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia”, *Novos Estudos Cebrab*, nº 18, setembro de 1987, pp. 57-69.

1988

- a. “Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste”, *Nordeste, o que há de novo? Anais*, Natal, UFRN, 1988, pp. 77-113. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- b. “Gestão de Trabalho na Indústria Petroquímica (A Forma Geral e a Variante Paternalista)”, *Anais do Seminário Interdisciplinar “Padrões tecnológicos e políticas de gestão: processo de trabalho na indústria brasileira”*, USP/Unicamp, São Paulo, 1988, pp. 99-137.
- c. “Espaços Regionais de Construção da Identidade: A classe trabalhadora no Brasil pós-77”, *Ciências Sociais Hoje: 1988*, São Paulo, Vértice, 1988, pp. 13-49. (co-autor, Nadya Araujo Castro)

1989

- “Espacios regionales de construcción de la identidad: la clase trabajadora en Brasil después de 1977”, *Estudios Sociológicos*, vol. VII, núm. 21, El Colegio de México, septiembre-diciembre, 1989, pp. 415-454. (co-autor, Nadya Araujo Castro)

1990

- a. “Identidade em conflito (a construção social e simbólica do técnico e do peão na indústria de processo contínuo em Salvador, Bahia)”. *Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: Comparações Internacionais, Anais*. USP/Unicamp, São Paulo, 1990, 227-256. (co-autor, Michel Agier)
- b. “Classes, regimes fabris e mudança social no nordeste brasileiro” - in Lícia VAL-LADARES, Edmond PRETECEILLE (eds.), *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*, ISA/IUPERJ, Rio de Janeiro, Nobel, 1990, pp. 148-167. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- c. “Travail, syndicalisme et reconversion industrielle”, Martine Droulers (ed.) *Le Brésil à l’Aube du Troisième Millénaire*, Collection Travaux et Mémoires de l’IHEAL nº 49, Série Essais nº 6, Paris, 1990, pp. 139-151. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- d. “Classes, Regimes Fabris e Mudança Social no Nordeste”, *Caderno CRH*, nº 12, 1990, pp. 11-32. (co-autor, Nadya Araujo Castro)

- e. “Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90”, *Lua Nova*, nº 22, dez 1990, pp. 207-228. co-autor, Nadya Araujo Castro)
- f. “Trabalho e Sindicalismo: notas sobre um debate em curso”, *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 7 nº 1/2, jan/ago 1990, pp. 25-31. co-autor, Nadya Araujo Castro)
- g. “Espaços Regionais de Construção da Identidade: A classe trabalhadora no Brasil pós-77”, *Caderno CRH*, nº 12, 1990, pp. 13-49. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- h. “Identidades em Conflito: Técnicos e Peões na Petroquímica da Bahia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 13, jun 1990, pp. 51-68. (co-autor, Michel Agier)
- i. “Gestão de Trabalho na Indústria Petroquímica (A Forma Geral e a Variante Paternalista)”, *Caderno CRH*, nº 12, 1990, pp. 55-70.

1991

- a. “Depois de Burawoy: Sobre a Construção de Modelos na Análise do Trabalho industrial”. *Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho, Anais*. São Paulo, ABET, Abril de 1991, pp. 104-123. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- b. “As classes e o marxismo analítico: luzes, sombras, hetero-ortodoxias”, *Anais do 4º Encontro de Ciências Sociais no Nordeste*, Salvador, CRH/FINEP/CNPQ/ANPOCS, 1991, pp. 23-46.
- c. “Competitividade, tecnologia e gestão do trabalho: a petroquímica brasileira nos anos 90”. R. Aparecido e M. Leite (orgs) *Modernização tecnológica, relação de trabalho e práticas de resistência*. São Paulo, Editora Iglu/ILDES/LABOR, 1991, pp. 41-65. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- d. “Desobediência e Cidadania Operária nas Fábricas: O Conflito Industrial em Camaçari no Ano de 1985”, *Caderno CRH*, nº 14, jan-jul 1991, pp. 47-72.
- e. “Alchimie ouvrière: techniciens et “peões” dans l’industrie de process à Salvador de Bahia (Brésil)”, *Sociologie du Travail*, Paris, Dunod, XXXIII, nº 3, 1991, pp. 351-374. (co-autor, Michel Agier)
- f. “Classes, interesses e exploração: comentários sobre um debate anglo-americano”, *Boletim Informativo BIB*, nº 31, 1991, p. 49-66.
- g. “Sonhos mortos, novos sonhos (fordismo, recessão e tecnologia no Brasil)”, *Espaços e Debates*, ano XI, nº 32, 1991, pp. 88-94.
- h. “Classes et categories sociales. Retrospective d’un itinéraire de recherche et perspective”, *Les Cahiers*, nº 17, ORSTOM, Paris, 1991.
- i. “Trabajo, sindicalismo y reconversión industrial en Brasil”, *Estudios Sociológicos*, Colegio de México, Vol. IX, nº 25, enero-abril, 1991, pp. 105-126. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- j. “Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociologia do trabalho”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 17, ano 6, outubro de 1991, pp. 44-52. (co-autor, Nadya Araujo Castro)

1992

- a. “Relações de trabalho e de gênero na fábrica dos homens”, Salvador, CRH/UFBA, série *Toques*, nº 2, 1992, 24 p.
- b. “Compétitivité, technologie et gestion du travail: la petrochimie brésilienne dans les années 1990”, in Hubert Drouvot, Marc Humbert, Julio-Cesar Neffa et Jean Revel-Muroz (coords) *Innovations Technologiques et mutations Industrielles en Amérique Latine*, Paris, IHEAL, 1992, pp. 285-294. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- c. “Les Ouvriers de la Décennie Perdue: Reflexions sur le travail industriel et identités de classe à Bahia, Brésil”, *Cahiers des Sciences Humaines*, volume 28, nº 3, 1992, Orstom, Paris, pp. 373-389. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- d. “Trabalhadores afluentes, indústrias recentes: revisitando a tese da aristocracia operária”, *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.2, 1992, pp. 173-192. (co-autor, Nadya Araujo Castro)
- e. “Sueños muertos, nuevos sueños: fordismo, recesión y tecnología en Brasil”, *Boletín Socioeconómico*, nº 23, CIDES, Cali, Enero de 1992, pp. 117-130.
- f. “Les classes et leur coulers à Bahia”, *Cahiers d’Études Africaines*, 125, XXXII-1, 1992, pp. 35-52.

1993

- a. “O trabalho no Brasil e a era pós-industrial”, *Natureza, História e Cultura: repensando o social*, Sociedade Brasileira de Sociologia/Editora da Universidade, Porto Alegre, 1993, pp. 19-26.
- b. “Cambios organizacionales y relaciones industriales en la petroquímica brasileña: los años noventa”, Rainer Dambois y Ludger Pries (eds.) *Trabajo industrial en la transición: experiencias de America Latina y Europa*, Editorial Nueva Sociedad, 1993, pp. 73-84.
- c. “Sueños muertos, nuevos sueños: fordismo, recesión y tecnología en Brasil”, Rainer Dambois y Ludger Pries (eds) *Modernizacion empresarial: tendencias en America Latina y Europa*, Caracas, ed. Nueva Sociedad, 1993, pp. 162-172.
- d. “Operários e mobilidade social na Bahia; análise de uma trajetória individual”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 22, ano 8, junho de 1993, pp. 81-97.
- e. “Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 24, pp. 23-60, julho de 1993. (co-autor, Nadya Araujo Castro)

1994

- a. “‘Race’, racism and groups of color in Brazil”, *Center for Afroamerican and African studies*, The University of Michigan, Working Paper # 6, March, 1994.
- b. “Brasil-USA: um diálogo que forja nossa identidade racial”, Rio de Janeiro, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, número 26, 1994. pp. 141-147.
- c. *Repensando uma década - a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*, Salvador, UFBA, 1994. (em co-autoria: Fanny Lorza, Fernando Lopes, Gabriel Kraychette, Nadya Castro, Pery Falcon)

1995

- a. “O futuro do trabalho”, in Sérgio Adorno (org.) *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*, Porto Alegre, Ed. da Universidade e Sociedade Brasileira de Sociologia, 1995, pp. 131-138.
- b. “‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil”, Rio de Janeiro, *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, número 27, pp. 45-63, 1995.
- c. “Racismo e anti-racismo no Brasil”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, novembro de 1995. pp. 26-44.
- d. “Thales de Azevedo - estudos de relações raciais”, *Revista da Bahia*, n. 20, dezembro de 1995, pp. 23-27.
- e. “O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários”, *Revista USP*, n. 28, dez-jan-fev 95-96, pp. 84-95.
- f. *Imagens e identidades do trabalho*, São Paulo, Hucitec/Orstom, 1995. (em co-autoria: Nadya Castro e Michel Agier)

1996

- a. “As Elites de Cor e Os Estudos de Relações Raciais”, *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 67-82, 1996.
- b. “El Mito del Anti-Racismo en Brasil”, *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 144, p. 32-45, 1996.
- c. “Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa”, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, p. 235-264, 1996.
- d. “Cor, Classes e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, 1996, p. 143-158.
- e. “Racism And Anti-Racism In Brazil: A Post-Modern Perspective. In: Bowser, Benjamin. (Org.). *Racism and Anti-Racism in World Perspective*. London, 1996, p. 208-226.
- f. “Réorganisation de la Production et des Rapports Industriels dans la Pétrochimie Brésilienne. In: Cabanes, Robert; Lautier, Bruno. (Org.). *Profils d’entreprises au Sud, les Politiques de Gestion face aux Cultures et aux Status*. Paris, 1996, p. 209-230.
- g. “Quando mulatos embranquecem”. *A Tarde*, caderno: Cultura. Salvador, p. 4-4, 09 de novembro de 1996.

1997

- a. “Racismo e Restrição de Direitos Individuais: A Discriminação Racial Publicizada”, *Estudos Afro-Ásiáticos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 51-78, 1997.
- b. “A Desigualdade que Anula Desigualdades: Notas aobre a Ação Afirmativa no Brasil”. In: Souza, Jessé. (Org.). *Multi-Culturalismo e Racismo: Uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília, 1997, p. 233-242.
- c. “Movimento Sindical e Formação de Classe: Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica”. In: Siqueira, Deise. (Org.). *Relações de Trabalho, Relações de Poder*. Brasília, 1997, p. 47-72.
- d. “Apresentação” de Oliveira, Cloves Luiz Pereira. *A luta por um lugar*, Salvador: Novos Toques, 1997.
- e. “Anti-racismo, um dever”. *A Tarde*, caderno: Cultura, Salvador, p. 3-4, 9 de agosto de 1997.
- f. “Cafundó: o que é ser africano no Brasil”. *Folha de São Paulo*, Jornal de Resenhas, São Paulo, p. 5.10 jan. 1997.
- g. “Gangues e galeras”. *Folha de São Paulo*, Jornal de Resenhas, São Paulo, p. 5.08 de novembro de 1997.
- h. “Múltiplas identidades africanas”. *Folha de São Paulo*, Jornal de Resenhas, p. 8, 12 de julho de 1997.

1998

- a. “Racism and the restriction of individual rights: racial discrimination in the Brazilian press”, *Journal of Behavioral and Social Sciences*, Tóquio, n. 1, p. 1-28, 1998.
- b. *Preconceito e Discriminação*. Salvador: Novos Toques, 1998, 130 p.
- c. *Um Sonho de Classe - Trabalhadores e Formação de Classe na Bahia dos Anos 80*. São Paulo: Hucitec, 1998. 220 p.
- d. Tradução de artigo: Appiah, Kwame Anthony. “Patriotas Cosmopolitas”. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1998, v. 13, n. 36, pp. 79-94.
- e. “Qual o destino das relações raciais no Brasil do século 21?” *Jornal do Brasil*, Idéias, Rio de Janeiro, p. 4, 13 de junho de 1998.
- f. “Racismo à brasileira”. *A Folha de São Paulo*, Jornal de Resenhas. São Paulo, p. 6.13 de junho de 1998.

1999

- a. “Baianos” e “paulistas’: duas escolas de relações raciais”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-96, 1999.
- b. “A marca de cor”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, V. 14, n. 41, p. 169-171, 1999.

- c. “Book review: racism in a racial democracy”, *Transforming Anthropology*, Arlington, v. 8, n. 1, p. 192-194, 1999.
- d. “Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, p. 103-117, 1999.
- e. “Raça e os estudos de relações raciais no Brasil”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 54, p. 147-156, 1999.
- f. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999. 238 p.
- g. “Measures to Combat Discrimination and Racial Inequality in Brazil”. In: Reichmann, Rebecca. (Org.). *Race in Contemporary Brazil*. University Park, 1999, p. 139-154.
- h. “Obreros y movilidad social en Bahía, Brasil”. In: Lulle, Thierry; Vargas, Pilar; Zamudio, Lucero. (Org.). *Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales*. Barcelona, 1999, v. 1, p. 143-170.
- i. “Racial Inequalities in the Labor Market and the Workplace”. In: Reichmann, Rebecca. (Org.). *Race in Contemporary Brazil*. University Park, 1999, p. 83-108. (co-autor: Nadya Araujo Castro)
- j. “Classes Sociais”. In: Miceli, Sérgio. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo, 1999, v. 2, p. 13-54.
- k. “Racism and Anti-Racism in Brazil: A Postmodern Perspective” In Leonard Harris (org.) *Key Concepts in Critical Theory. Racism*. Humanity Books, New York, 1999, pp. 314-330.
- l. “Racism and Anti-Racism in Brazil:”, In Martin Blumer and John Solomos (orgs.) *Oxford Readers. Racismo*. Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 314-328.

2000

- a. “O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação”, *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 31-48, 2000.
- b. *Tirando a Máscara. Ensaios sobre o Racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 3000, 250 p. (co-autor: Lynn Huntley)
- c. “Avaliação final do pré-teste de discriminação, 2000. (relatório de pesquisa)”. *Projeto “Tratamento desigual de brancos e negros na procura de empregos na Região Metropolitana de São Paulo”*, *Documento de Trabalho N. 3*, São Paulo, USP-FFLCH, 2 de agosto de 2000. (co-autor: Nadya Araujo Guimarães)
- d. *Análise dos Dados sobre a Composição da População de Estudantes Inscritos e Matriculados, segundo a Cor, no Vestibular Fuvest - Ano 2000*, 2000. (relatório de pesquisa). Hipertexto: <http://www.usp.br/politicaspUBLICAS>. (co-autores: Paula Cristina da Silva Barreto e Reginaldo Prandi).
- e. “Apresentação” de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs.) *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- f. “Negros, estrangeiros no Brasil”. *Jornal do Brasil*, Idéias, Rio de Janeiro, p. 6, 13 de maio 2000.
- g. “Sucesso e cor no vestibular da USP”. *Informe*, São Paulo, p. 1, 01 de dezembro de 2000.

2001

- a. “A questão racial na política brasileira: os últimos quinze anos”, *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.
- b. “Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. XX, n. 61, p. 147-162, 2001.
- c. “A democracia racial”. In: *Cebrap-Ilas: II International Conference*, 2001, São Paulo. Cebrap-Ilas: II International Conference. São Paulo: Cebrap, 2001. v.1, p. 1-17.
- d. “Gangues e galeras”. In: Nascimento, Milton Meira do. (Org.). *Jornal de Resenhas*. São Paulo, 2001, v. 1., p. 938-939.
- e. “Múltiplas identidades africanas. In: Nascimento, Milton Meira do (Org.). *Jornal de Resenhas*. São Paulo, 2001, v. 1, p. 825-826.
- f. “Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho”. In: Souza, Jessé. (Org.). *Democracia Hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, 2001, p. 387-414.
- g. “Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. In: Sobral, Fernanda Fonseca; Porto, Maria Stella Grossi. (Org.). *Contemporaneidade brasileira: dilemas e desafios para a imaginação sociológica*. 1a. ed. Santa Cruz do Sul, 2001, p. 217-236.
- h. “Racismo à brasileira”. In: Nascimento, Milton Meira do. (Org.). *Jornal de Resenhas*. São Paulo, 2001, v. 2, p. 1151-1152.
- i. “The Misadventures of Non-Racialism in Brazil”. In: Hamilton, C., Huntley, L., Alexander, N., Guimarães, A.S.A., James, W. (Org.). *Beyond Racism. Race and Inequality in Brazil, South Africa, and the United States*. Boulder and London, 2001, p. 157-186.
- j. “Um quilombo moderno”. In: Nascimento, Milton Meira do. (Org.). *Jornal de Resenhas*. São Paulo, 2001, p. 644-646.
- k. *Beyond Racism. Race and Inequality in Brazil, South Africa, and the United States*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 2001. (Co-autores: C. Hamilton, L. Huntley, N. Alexander, and W. James).
- l. “Race, Class and Color: Behind Brazil’s Racial Democracy”. *Report on the Americas*, New York, p. 38-39, 01 de junho de 2001.

2002

- a. “Democracia racial”. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.
- b. “Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito”, *Estudios Sociológicos*, México, v. XX, p. 305-334, 2002.
- c. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. v. 1. 231 p.
- d. “Apresentação” de Santos, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil - mapeamento, mudanças e efeitos de renda*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/IUPERJ, 2002.

- e. “Apresentação” de Figueiredo, Angela. *Novas elites de cor - estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*, São Paulo: AnnaBlume/CEAA, 2002.
- f. *I Censo Étnico-Racial da Universidade de São Paulo - Relatório Final*, 2002. (relatório de pesquisa). Hipertexto: <http://www.usp.br/politicaspUBLICAS>. (co-autoria: Reginaldo Prandi)

2003

- a. “Como trabalhar com “raça” em sociologia”, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 01, p. 93-108, 2003.
- b. “Racial insult”, *Discourse and Society*, Londres, Sage Publications, v. 14, n. 02, p. 133-152, 2003.
- c. “Raça e pobreza no Brasil - a rationale dos estudos de desigualdades raciais”. In: *O Negro no Ensino Superior, 2002*, São Paulo. Seminário O Negro no Ensino Superior. São Paulo: NUPES, 2003. v. 1, p. 3-15.
- d. “Acesso de negros às universidades públicas”. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 118, p. 247-268, 2003.
- e. “Actions affirmatives au Brésil: l'accès des Noirs aux universités publiques”. *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris, n. 48, p. 31-52, 2003.
- f. “Introdução” a Nascimento, Abdias. *Quilombo - edição facsimilar*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- g. “The Race Issue in Brazilian Politics (The Last Fifteen Years)” In: Maria D’Alva Kinzo and James Dunkerley, *Brazil Since 1985, Economy, Polity and Society*, Institute of Latin American Studies, London, 2003, pp. 251-268.
- h. “Démocratie raciale”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n.49/50, p.11 - 38, 2003.
- i. “O acesso de negros às universidades públicas”. *Revista da FAEBA*. Salvador: , v.12, n.19, p.205 - 219, 2003.

PRELO

- a. “Modernidade negra”, In: Jessé de Souza (org.) *A Modernidade Periférica: Um Debate Norte/Sul*. Editora UFMG, 2003 (prelo)
- b. “Racial democracy” In: Jessé de Souza, *Imagining Brazil*, Rowman and Littlefield Publishers, Boulder and New York, 2003.(prelo)
- c. “Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”, *Afro-Ásia*, n. 29 (prelo).

PROGRAMAS RESUMIDOS DE DISCIPLINAS OFERECIDAS**1988****Teoria Sociológica e Realidade Social**

Departamento de Sociologia da UFBA

Período: 2º semestre de 1988

Tema: Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia

Professor: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Ementa

O curso está dividido em quatro unidades. A primeira delas revisa criticamente os recentes aportes marxistas e weberianos à teoria das classes sociais para retirar daí os conceitos com os quais interpretar o desenvolvimento da Bahia nos últimos cinquenta anos. A segunda unidade analisa a literatura sobre o desenvolvimento econômico baiana no pós-guerra, enfatizando a industrialização sob a égide da Sudene e a implantação do complexo petrolífero e petroquímico no Recôncavo. A terceira unidade concentra-se na análise da transformação das velhas classes sociais e na constituição de novos segmentos burgueses, assalariados, e proletários urbanos. A quarta unidade, finalmente, estuda as manifestações políticas desses novos segmentos e a sua organização em classe.

■ Conteúdo Programático

Unidade 1. Elementos para uma teoria da formação das classes.

1. Marx: as categorias básicas - materialismo histórico e exploração.
2. As críticas ao materialismo histórico e à teoria das classes (Weber, Parkins, Giddens, Dahrendorf, Bottomore e outros)
3. A reconstrução de uma teoria marxista das classes (Poulantzas, Przeworski, Wright e outros).
4. Formação de classes: elementos para uma teoria.

Unidade 2. O desenvolvimento capitalista na Bahia.

1. O período pré-30.
2. A industrialização promovida pela Sudene.

3. A implantação do complexo petrolífero e petroquímico - impactos sobre o mercado de trabalho.
4. As modificações do meio rural.

Unidade 3. A estrutura de classes emergente.

1. Os setores dominantes: oligarcas e burgueses.
2. Os setores médios: profissionais, técnicos e pequena burguesia.
3. Os trabalhadores e os novos segmentos operários.

Unidade 4. A dinâmica política (a formação das classes).

1. Estado e classes sociais na Bahia.
2. As representações dos setores dominantes.
3. O movimento operário-sindical.

■ Cronograma

06.09 Discussão do programa e da organização do curso.

08.09 Exposição - Materialismo histórico: categorias básicas.

- 1º Seminário: Materialismo e teoria da história: determinismo econômico e primazia explicativa das classes.
- 2º Seminário - A crítica ao materialismo histórico.
- 3º Seminário - A tese da aristocracia operária.
- 4º Seminário: Elementos para uma teoria das classes.
- 5º Seminário: Desenvolvimento Econômico da Bahia no século 19 e na primeira metade do século 20.
- 6º Seminário: A industrialização incentivada.
- 7º Seminário: As mudanças na estrutura do emprego.
- 8º Seminário: Mudanças na estrutura de classe.
- 9º Seminário: A industrialização dos anos 70 e 80
- 10º Seminário: Mudanças na estrutura de classes.
- 11º Seminário: A formação de uma nova classe trabalhadora.

Sociologia da Organização

Departamento de Sociologia da UFBA

Professor: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

1o. Semestre de 1988

- 1a. Aula: Apresentação do curso e discussão do programa.
 - 2a. Aula: O conceito de burocracia e a sociologia da dominação em Weber.
 - 3a. Aula: Teorias pós-weberianas da burocracia.
 - 4a. Aula: Os fundamentos da teoria marxista da organização do trabalho.
 - 5a. Aula: Marx: a natureza da gestão do trabalho no capitalismo.
 - 6a. Aula: Avaliação de aprendizagem.
-
- 1o. Seminário: A revolução técnico-científica e a organização do trabalho.
 - 2o. Seminário: Capital monopolista e organização do trabalho.
 - 3o. Seminário: As mudanças na classe trabalhadora.
 - 4o. Seminário: Uma apreciação crítica de Braverman.
 - 5o. Seminário: Taylorismo e fordismo no Brasil.
 - 6o. Seminário: Trabalhadores e classe operária no Brasil.
 - 7o. Seminário: Sindicalismo e organização operária no Brasil.
 - 8o. Seminário: Introdução de novas tecnologias e organização do trabalho.

1989

Sociologia I

Departamento de Sociologia da UFBA

1º semestre de 1989

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Ementa

O primeiro curso da cadeia teórica de Sociologia versa sobre as teorias sociológicas clássicas e seus antecedentes no pensamento social europeu do século dezoito. Ênfase especial é dada a dois pensadores clássicos - Emile Durkheim e Max Weber - que erigiram em suas obras um sistema completo de ciência social, refletindo sobre a epistemologia, o método e a teoria da sociologia de modo completo e sistemático. O curso pretende enfatizar as questões colocadas por esses autores, discutindo as soluções por eles encaminhadas e avaliando a influência dos seus pensamentos sobre a ciência social contemporânea. Três campos temáticos foram escolhidos para exame mais detalhado: a sociologia política (estado, poder e classes sociais); a teoria da mudança social; e a natureza e método da sociologia.

■ Programa

Parte I: A matriz comum: o pensamento social francês e inglês.

(Marquês de Condorcet, Auguste Comte, Herbert Spencer, John Stuart Mills)

Parte II: O pensamento de Emile Durkheim

1. A natureza da ciência social e o método sociológico.
2. A visão de sociedade e a teoria de mudança social.
3. A sociologia política: socialismo e reformismo.
4. A sociologia da moralidade
5. As representações coletivas e a antropologia

Parte III: O pensamento social alemão: Hegel, Marx e Simmel.

Parte IV: O pensamento de Max Weber

1. A natureza do conhecimento nas ciências humanas e o método compreensivo.

2. A visão de sociedade: racionalidade, burocracia e o desencantamento do mundo.
3. A sociologia política: distribuição de poder e dominação.
4. Os grupos humanos como sujeitos históricos: classes, castas e profetas.

■ Cronograma

Aulas Expositivas:

16-17/3	Apresentação e discussão do programa
20-21/3	O pensamento social francês: Condorcet e Comte
27-28/3	O pensamento social inglês: Spencer e Mills
29-31/3	Indivíduo e Sociedade em Durkheim
3-4/4	As regras do método sociológico
6-7/4	A divisão do trabalho social
10-11/4	Durkheim, o reformismo social e o materialismo histórico.
13-14/4	O Suicídio e a ciência da moral
17-18/4	As representações coletivas: a evolução do pensamento de Durkheim e os discípulos antropólogos.
20-21/4	Avaliação da Parte I e II.
24-25/4	O ambiente filosófico e político da obra de Weber
27-28/4	A sociologia compreensiva
2-4/5	A crescente racionalidade do Ocidente: um teoria da mudança?
5-8/5	A sociologia da dominação de Weber
9-11/5	Classes, partidos, grupos de prestígio
12-15/5	Avaliação das Partes III e IV

Seminários:

16-18/5	1. Positivismo e neo-positivismo em sociologia
19-22/5	2. Explicações funcionais e funcionalismo
23-25/5	3. A atualidade de Durkheim nas ciências sociais
26-29/5	4. Individualismo metodológico e os tipos ideais
5-6/6	5. A crítica weberiana ao marxismo e a descoberta marxista de Weber
8-9/6	6. A ética protestante e o espírito do capitalismo
12-13/6	7. Weber e a moderna análise de classes
15-19/6	8. Weber e a moderna análise política
26-27/6	Avaliação Final

1990**Teoria das Classes**

Mestrado em Sociologia da UFBA

Semestre 02/1990

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Programa

1. O Conceito de Classes Sociais nos Clássicos (Marx e Weber)

1.1. As classes em Marx e em Lênin: os textos teóricos e as análises políticas

1.2. As Classes em Weber

2. As Teorias de Classe no Pós-Guerra

2.1. As teorias de classes da sociedade industrial

2.2. As Teorias de Classe no Capitalismo Avançado

2.3. Teorias de Classe Não Marxistas

2.4. Classes como categorias históricas: E.P. Thompson

2.5. A Reconstrução Analítica da Teoria das Classes

Seminários temáticos:

1. Classes e exploração:

2. Classes e interesses sociais:

3. Classes e identidade social:

4. Classes e Ação Coletiva:

■ Cronograma

04/09 - Apresentação e discussão do programa, organização das equipes.

11/09 - 1º seminário: Classes e a teoria da exploração em Marx e Lenin.

18/09 - 2º seminário: Ação de classes, interesses e consciência em Marx e Lenin.

22/09 - 3º seminário: Classes e grupos de prestígio em Weber.

02/10 - 4º seminário: Sociedade capitalista ou sociedade industrial? (a crítica ao marxismo nos anos 50).

- 09/10 - 5º seminário: Poulantzas e a construção de uma teoria regional da política (classes e poder político).
- 16/10 - 6º seminário: A discussão das classes médias no marxismo estruturalista.
- 20/10 - 7º seminário: Um ponto de inflexão: o debate de E.P. Thompson com os estruturalistas.
- 30/10 - 8º seminário: Classes, classificações e identidades (a releitura de Bourdieu).
- 06/11 - 9º seminário: A formação de classes e a ação coletiva no marxismo analítico.
- 13/11 - 10º seminário: 1ª síntese - O estatuto das classes na teoria sociológica.
- 20/11 - 11º seminário: 2ª síntese - Classes e exploração.
- 27/11 - 12º seminário: 3ª síntese - Classes, interesses e consciência.
- 04/12 - 13º seminário: 4ª síntese - Classes e ação coletiva.
- 11/12 - 14º seminário: 5ª síntese - Classes e etnicidade.
- 18/12 - 15º seminário: 5ª síntese - Classes e etnicidade (a questão das nacionalidades e regionalismos)

■ Avaliação

Cada aluno participará como expositor de pelo menos dois seminários e nessas ocasiões resenhará oralmente as principais questões colocadas pela bibliografia indicada. Essas resenhas deverão ser escritas e entregues até uma semana depois do seminário. Ao final do curso, será pedido um ensaio sobre assunto de livre escolha que aborde um dos temas dos seminários-síntese. A avaliação final de desempenho será feita tomando-se uma média ponderada entre os três textos, que terão os seguintes pesos: resenhas, 0,25 cada; ensaio final, 0,5.

Teoria Sociológica Contemporânea

Mestrado em Sociologia

Semestre 01/90

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Nadya Araujo Castro

Parte I - Grandes questões de teoria e método na leitura contemporânea do legado clássico: Anthony Giddens, Talcott Parsons e Pierre Bourdieu (3)¹⁰

10. O algarismo entre parênteses corresponde ao número de sessões semanais dedicadas ao tema.

Parte II - Algumas formulações contemporâneas dos dilemas do pensamento clássico (11)

II.1 - O modelo parsoniano: estrutura e ação - do voluntarismo a uma perspectiva sistêmica (5)

II.1.1 - Em busca de uma teoria geral da ação (1)

II.1.2 - Os sistemas da ação e o sistema social: do indivíduo ao papel numa perspectiva sistêmica e num modelo de controle hierárquico (1)

II.1.3 - A lógica da análise funcional e sua aplicação ao estudo da ação social no funcionalismo (1)

II.1.4 - A teoria parsoniana da ação sob o crivo do pensamento moderno (2)

II.2. - Construindo uma teoria da prática: os conceitos centrais

II.2.1. - As pesquisas empíricas de Bourdieu e o uso de categorias teóricas (classe, status, ethos e capital simbólico).(1)

II.3. - Recuperando os Micro-fundamentos da Explicação Sociológica: o Marxismo Analítico.(2)

II.3.1. - A reconstrução contemporânea do materialismo histórico.(1)

II.3.2. - Elementos para uma teoria da formação das classes e da ação coletiva.(1)

■ Sistemática de Funcionamento

O curso se desenvolverá em 16 sessões semanais que ocorrerão às segundas-feiras, das 8 às 12, no Mestrado em Sociologia. A distribuição das sessões pelos temas encontra-se indicada na parte relativa a “Programa e Bibliografia”.

Cada sessão constará de duas partes. Nas duas primeiras horas (8 às 10) terá lugar uma exposição de um dos professores sobre o tema em foco, enquanto que nas duas horas restantes (10 às 12) será aberto o debate sistemático.

A dinâmica do curso tem como requisito imprescindível que todos os alunos leiam a quota de leitura obrigatória prevista para a sessão. A leitura prévia e completa da bibliografia indicada é condição para a aprendizagem e, conseqüentemente, para a participação.

De modo a dinamizar os debates, em cada sessão haverá um grupo de alunos encarregados de preparar resenhas das leituras sobre o tema; no dia assignado para o tema escolhido, o aluno deverá apresentar e distribuir uma primeira versão escrita do seu texto, que conte-

rá os principais elementos do comentário que exporá oralmente. Sugere-se que, para melhor organizarmos os trabalhos, os temas ou textos a serem resenhados sejam escolhidos no primeiro dia de aula, de modo que se possa ter uma programação geral da divisão de tarefas, evitando problemas de acesso aos textos.

Cada aluno deverá preparar quatro resenhas ao longo do semestre; elas deverão estar incluídas em cada uma das principais unidades temáticas em que se divide o programa (a saber, itens I, II.1, II.2, II.3). Em cada um desses itens o aluno escolherá livremente um texto, ou discussão, em que baseará o desenvolvimento do seu comentário. A versão final de cada uma das resenhas terá como prazo limite para entrega a sessão inicial relativa ao tema imediatamente subsequente.

A avaliação do desempenho dos alunos estará baseada na análise da qualidade das quatro resenhas apresentadas e do seu desempenho numa prova final, a ser realizada no dia 27 de agosto. Esta prova terá a forma de um ensaio, que o aluno desenvolverá em classe e sem consulta, no horário de aula, sobre tema de sua livre escolha, selecionado dentre as questões debatidas ao longo do curso.

A menção final resultará da seguinte ponderação: 50% provenientes da avaliação das resenhas e 50% da prova-ensaio. Na montagem da bibliografia, os professores buscaram, sempre que possível, minimizar as dificuldades de leitura em idioma estrangeiro, procurando versões em português ou espanhol daqueles textos indicados; algumas vezes, entretanto, isto não foi possível e nesses casos os alunos estarão igualmente obrigados à leitura dos textos.

Devido a dificuldades quanto à existência e disponibilidade da bibliografia sugerida no acervo da FFCH, espera-se poder contar com o apoio da Coordenação do Mestrado e da Direção da Faculdade no sentido de que uma versão xerocada esteja disponível para que os alunos possam providenciar suas fotocópias particulares, ou para consultá-la na Biblioteca do Mestrado.

Finalmente, em virtude do interesse em mantermos a forte cooperação interdisciplinar (notadamente entre Sociologia e Antropologia), que está na raiz da concepção do Programa de Mestrado, o curso de “Teoria” prevê a colaboração de outros professores, além dos dois que formalmente se responsabilizam pelo seu desenvolvimento. Sem prejuízo de outros que serão convidados ao longo das atividades semestrais, contar-se-á com a colaboração do Prof. Michel Agier, doutor em Antropologia pela EHESS/Paris e pesquisador visitante do ORSTOM, que se responsabilizará pelo item II.2.

1991**Organização e Gestão do Trabalho Industrial**

Mestrado em Sociologia da UFBA

Professor: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

2º Semestre de 1991

■ Ementa

O curso foi pensado para aprofundar e especificar conhecimentos sobre o processo, a gestão e a organização do trabalho industrial introduzidos na disciplina Sociologia do Trabalho. Será abordado com especial ênfase, nesse semestre, a construção social do sistema de qualificação e classificação das ocupações industriais. Faremos isso através de três enfoques: a conceituação americana clássica sobre **professions** e **professionalization**; os estudos classificatórios recentemente desenvolvidos pela escola francesa do Centre d'Études sur l'Emploi; e, finalmente, estudos de caso sobre a formação da profissão de engenheiro.

■ Programa de Curso

UNIDADE I - A Antropologia da Indústria revisitada

Métodos e teoria que conformam a tradição de uma antropologia industrial nos Estados Unidos e seu nascimento tardio na França. Contrastes com a Sociologia do Trabalho.

UNIDADE II - As profissões, a profissionalização e as carreiras industriais. O debate clássico nos E.U.A. e a discussão atual.

UNIDADE III - Os estudos das classificações industriais. A escola francesa de Boltanski e Thévenot.

UNIDADE IV - Engenheiros e “cadres”: alguns estudos de caso.

Sociologia II - Teoria Sociológica Clássica: Marxismo

Departamento de Sociologia da UFBA

1o. Semestre de 1991

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ I - Programa e Bibliografia

02/04 - Apresentação e discussão do programa

Unidade I - *A teoria do materialismo histórico em Marx (7)*

- 04/04 - 1ª aula: Marxismo e materialismo histórico nos dias atuais.
- 09/04 - 2ª aula: A formulação marxiana de 1859: caráter das relações sociais (multiplicidade, necessidade e independência); precedência analítica das relações de produção; correspondência entre relações de produção e fases de desenvolvimento das forças produtivas; correspondência entre base econômica e superestrutura jurídica, política e ideológica.
- 11/04 - 3ª aula: As tensões ao interior do pensamento e as “correções” no marxismo do final do século (Engels a Bloch, 1890 e a Starkengourg, 1894): a noção de “determinação em última instância” do econômico; o papel do indivíduo na história (liberdade x necessidade); os fenômenos e seus determinantes no longo e no curto prazo.
- 16/04 - 4ª aula: As “leituras” do marxismo contemporâneo. I) a formulação de Louis Althusser: a crítica à “metáfora do edifício”, uma teoria descritiva da totalidade social; a recuperação da noção engelsiana de “determinação em última instância” do econômico; a superestrutura (“autonomia relativa” e “ação de retorno” sobre a base); contradição, determinação e sobredeterminação.
- 18/04 - 1º seminário: O socialismo científico de Marx e o mundo moderno.
- 23/04 - 5ª aula: II) a formulação dos “marxistas analíticos”: as proposições e as críticas à reconstrução de G.A. Cohen; a teoria da história em Marx e seus pressupostos contratualistas; racionalidade e lutas de classe.
- 25/04 - Verificação da Unidade I.

Unidade II - *A teoria da exploração e das classes em Marx (5)*

- 30/04 - 6ª aula: A teoria do valor-trabalho e da exploração no capitalismo: mercadoria, valor de uso, valor de troca e valor; trabalho concreto e trabalho abstrato; produção mercantil simples e produção mercantil capitalista; capital constante e capital variável; a força de trabalho como mercadoria; processo de trabalho e processo de valorização: a transformação do dinheiro em capital; valor e mais-valia.
- 02/05 - 7ª aula: As formas de produção de mais-valia: os conceitos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa; os processos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital; a “lei geral da acumulação capitalista” e o caso particular da chamada “acumulação primitiva”. Acumulação e proletarização.

- 07/05 - 8ª aula: As classes no modo de produção capitalista: a base material de determinação das classes; as relações de antagonismo, a consciência e a luta de classes na perspectiva histórica do longo prazo.
- 09/05 - 9ª aula: Os estudos de conjuntura e a reconstrução da análise de classes no curto prazo. Classes e frações de classe. A pequena burguesia e as frações intermediárias.
- 14/05 - 10ª aula: As classes como sujeitos históricos - o diálogo com o marxismo do século XX: o conceito de hegemonia; consentimento e organização do proletariado em classe; as classes no capitalismo contemporâneo.

Unidade III - *A teoria do processo de trabalho capitalista* (4)

- 16/05 - 11ª aula: O processo de trabalho especificamente capitalista. As tendências à desqualificação do trabalhador e à separação entre concepção e execução.
- 21/05 - 12ª aula: Periodização do capitalismo e formas históricas do processo de trabalho. (Taylorismo, fordismo, neo-fordismo, pós-fordismo).
- 23/05 - 2º seminário: Classes: Ontem e Hoje.
- 28/05 - Verificação das Unidades II e III

Unidade IV - *A teoria do estado em Marx* (6)

- 30/05 - 13ª aula: A centralidade do tema no pensamento marxiano.
- 04/06 - 14ª aula: A crítica marxiana a Hegel e a construção de um pensamento alternativo: estado como super estrutura; historicidade do estado; estado como expressão política da dominação de classe.
- 06/06 - 15ª aula: As múltiplas configurações da noção de estado em Marx: concepção instrumental; concepção do estado bonapartista; estado como aparato repressivo; legitimação e reprodução continuada do domínio de classe.
- 11/06 - 16ª aula: A interlocução com variantes do marxismo contemporâneo: Gramsci, Poulantzas, Offe e Hirsch. Estado socialista e democracia.

13/06 - 3º seminário: Estado capitalista ou estado no capitalismo?

18/06 - Verificação da Unidade IV.

Unidade V - *A teoria da ideologia em Marx* (5)

20/06 - 17ª aula: A noção de ideologia em Marx: a materialidade das ideologias; a ideologia como inversão e abstração do real; ideologia e dominação de classe; conhecimento ideológico e conhecimento teórico.

27/06 - 18ª aula: A exegese do marxismo estruturalista francês e a crítica à concepção althusseriana de aparelhos ideológicos do estado.

04/07 - 19ª aula: Os desafios contemporâneos à formulação marxista clássica: ideologias, mentalidades e produção simbólica.

09/07 - 5º seminário: Ideologias, sujeitos e práticas.

11/07 - Verificação da Unidade V.

■ Sistemática de Funcionamento

O curso se organizará em seis unidades, com 19 aulas expositivas, 5 seminários e 4 avaliações de aprendizagem. Cada unidade se desenvolverá em duas etapas.

A sistemática de avaliação compreenderá: i) Quatro verificações de aprendizagem (provas escritas em sala de aula); ii) apresentação de quatro seminários ao final das Unidades I, III, V e V; cada um deles terá como objeto um texto dentre os sugeridos nos itens denominados “Leitura para seminário”. Os seminários serão preparados em equipe, devendo prevalecer a mesma composição de equipe para todos eles.

Ao longo do semestre cada aluno terá duas menções-síntese: a primeira, será composta pela média aritmética das duas primeiras; a segunda menção será composta pela média aritmética das duas últimas. A prova final será marcada no período compreendido entre 16 e 20 de julho, enquanto a segunda época deverá acontecer entre 24 e 26 do mesmo mês.

1992**Sociologia do Trabalho**

Mestrado em Sociologia da UFBA

2º Semestre de 1992

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Ementa

O curso articula uma revisão aprofundada e extensiva dos estudos contemporâneos sobre o processo de trabalho capitalista e sobre a formação e exercício de profissões. Em ambos os casos, proceder-se-á a um recuo até a fundação contemporânea de tais preocupações disciplinares, seguindo-se a evolução dessas reflexões até os dias atuais. Dois temas ganharão tratamento em relevo: a relação entre tecnologia, organização e o desenvolvimento de qualificações, por um lado, e a tendência contemporânea de expansão de monopólios de exercício profissional, por outro.

■ Requisito

Como a maior parte da bibliografia é de origem americana, francesa e inglesa, não estando disponível em português, a proficiência de leitura em pelo menos um desses idiomas estrangeiros será requerida. Prevê-se uma carga de leitura de aproximadamente 300 páginas semanais.

■ Formato

O curso terá um formato misto, com exposições de cerca de 50 minutos introduzindo ou concluindo problemáticas e o desenvolvimento de um seminário permanente, com duração de três horas, para comentários críticos e debates. Cada aluno deverá apresentar duas resenhas bibliográficas e uma monografia final.

PROGRAMA

Parte I - Processo de trabalho, tecnologia e qualificação operária

1. A teoria do processo de trabalho capitalista, a construção de um campo disciplinar: a herança das ciências sociais.
2. A formação de uma teoria do processo de trabalho capitalista
3. Crítica e reconceituação atuais
4. A natureza da revolução técnico-científica em curso: fordismo, especialização flexível, pós-fordismo e pós-modernidade.
5. Fordismo e taylorismo no Brasil: tendências da reorganização industrial dos anos noventa

Parte II - A formação e o exercício de profissões no mundo moderno

1. As profissões, a profissionalização e as carreiras industriais. O debate clássico nos E.U.A.
2. O debate atual
3. Os estudos das classificações industriais. A escola francesa de Boltanski e Thévenot.

Conclusão - O debate em torno das qualificações e das profissões, sua definição e uso social. (Seminários a partir dos temas e das bibliografias especializadas que serão usadas pelos alunos em suas monografias)

1993**Trabalho e Sociedades Contemporâneas**

Universidade De São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-Graduação em Sociologia
1º Semestre de 1993
Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Ementa

O curso propõe-se a uma revisão aprofundada dos estudos sobre o trabalho e sobre a formação de algumas identidades sociais nas sociedades contemporâneas, com ênfase no Brasil. Proceder-se-á, na primeira parte, a uma revisão da teoria do processo trabalho capitalista e dos atuais paradigmas de produção e, na segunda parte, estudar-se-ão a formação de identidades de classe e a operação de desigualdades raciais e de gênero Brasil. O curso terá um formato misto, com exposições de cerca de 50 minutos introduzindo ou concluindo problemáticas e o desenvolvimento de um seminário permanente, com duração de três horas, para comentários críticos e debates. Cada aluno deverá apresentar duas resenhas bibliográficas e uma monografia final.

■ Cronograma e Bibliografia

16/03/93	Apresentação, discussão do programa e organização dos seminários.
23/03/93	1º seminário: A formação da teoria do processo de trabalho
30/03/93	2º seminário: A reconceitualização crítica de Burawoy
13/04/94	3º seminário: Depois de Burawoy
20/04/93	4º seminário: Fordismo e crise do fordismo
27/04/93	5º seminário: O pós-fordismo e novos paradigmas produtivos.
04/05/93	6º seminário: Uma sociedade pós-industrial? modernidade, pós-modernidade e identidades sociais.
11/05/93	7º seminário: Classes, profissões, qualificações, espaço social
18/05/93	8º seminário: Fordismo e neo-fordismo no Brasil.
25/05/93	9º seminário: Reestruturação recente na indústria brasileira.
01/06/93	10º seminário: Classes trabalhadoras e camadas populares no Brasil
08/06/93	11º seminário: Trabalhadores e mobilidade social
15/06/93	12º seminário: Natureza e cultura: raças e gêneros.
22/06/93	13º seminário: Desigualdades de gênero no mercado e nos locais de trabalho
29/06/93	14º seminário: Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho
	Data a combinar: Discussão das propostas das monografias finais

1994**Racismo e Imaginário Nacional**

Mestrado em Sociologia da UFBA

Professor: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

2º semestre de 1994

■ Ementa

O curso tem o objetivo de familiarizar os alunos com a discussão atual sobre o racismo e o nacionalismo à escala internacional e levá-los a se indagar sobre a natureza do racismo e da formação nacional no Brasil. Será desenvolvido em duas partes: (1) revisão crítica dos conceitos de “raça”, “racismo”, “etnia” e “nação”; (2) a caracterização do racismo e do nacionalismo e de sua transformação no Brasil.

■ Horário

O curso está dividido em 15 sessões que se realizarão semanalmente às segunda-feiras, com duração de 4 horas (14:00 às 18:00), a partir do dia 5 de setembro.

■ Sistemática

Cada sessão será dividida em três partes: (a) uma exposição conceitual pelo professor da disciplina (1 hora); (b) apresentação de comentários e pedidos de esclarecimentos conceituais sobre uma determinada bibliografia, feita por um ou mais alunos (1 hora); (c) discussão coletiva da temática.

■ Avaliação

Cada aluno será avaliado a partir de seu desempenho individual nas seguintes atividades: (a) um texto de revisão crítica conceitual - entre 10 e 15 páginas (30%); (b) uma monografia final que desenvolva ou apresente uma proposta de investigação empírica sobre o racismo, o anti-racismo ou outro aspecto da formação racial e nacional do Brasil (70%).

■ Requisitos

A primeira parte exigirá dos alunos a leitura de textos estrangeiros (inglês e francês), por isso a proficiência em pelo menos uma dessas línguas é imprescindível. Do mesmo modo, o texto de

revisão bibliográfica e a monografia final exigirão a disponibilidade de tempo para pesquisa e análise bibliográfica a ser realizada em períodos relativamente curtos de tempo. Não será concedido INCOMPLETO a não ser em casos especiais (relativos à problemas de saúde e outros incidentes imprevisíveis).

aula	dias	conteúdo programático
1	5/9	Apresentação do curso e divisão de tarefas
2	12/9	O conceito e a noção de raça
3	19/9	O conceito de nação
4	26/9	O conceito de etnia
5	10/10	O racismo científico no Brasil
6	17/10	Nina Rodrigues e os negros no Brasil
7	24/10	Gilberto Freyre e a idéia de uma nação mestiça
8	29/10	Sérgio Buarque de Holanda e a cordialidade
9	7/11	Caio Prado Junior e o sentido da colonização
10	14/11	Os estudos de relações raciais - Pierson
11	21/11	Thales de Azevedo e os grupos de status
12	28/11	O padrão racial brasileiro segundo Harris
13	5/12	Florestan Fernandes e a escola paulista
14	12/12	Os estudos de desigualdades raciais
15	19/12	O racismo brasileiro

1995**Introdução à Sociologia II**

1o. semestre de 1995

Departamento de Sociologia da UFBA

Profs. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Nadya Araújo Castro

■ Ementa

O curso visa introduzir o aluno de Ciências Sociais ao estudo sistemático dos conceitos e métodos da Sociologia moderna e, em particular, às análises sociológicas sobre o Brasil contemporâneo. Na primeira parte, enfoca-se o surgimento da Sociologia, a constituição do seu método e corpo conceitual, e sua institucionalização na Europa e nos Estados Unidos do século passado e das primeiras décadas desse. Na segunda parte, examina-se as origens de uma análise propriamente sociológica sobre o Brasil e seu povo, através dos estudos sobre o caráter de sua estrutura social e política, a identidade nacional e o desenvolvimento econômico como possibilidade de ingresso no mundo moderno.

1. Organização das atividades:

O desenvolvimento da disciplina estará baseado em: (i) exposições a serem proferidas pelo(a) professor(a), sempre seguidas de discussões em classe, e (ii) atividades práticas de fixação de aprendizagem, como: leitura orientada com roteiro, trabalhos (individuais e em grupo) e seminários.

2. Avaliação do desempenho:

Cada aluno terá seu desempenho avaliado através das seguintes atividades:

- (i) uma prova escrita relativa à 1a. parte da Unidade I;
- (ii) um trabalho individual escrito relativo à 2a. parte da Unidade I;
- (iii) uma prova escrita relativa à Unidade II.

Os alunos que obtiverem média mínima 7,0 estarão dispensados da prova final; esta, a ser realizada com consulta, incluirá toda a matéria da disciplina.

3. A bibliografia básica está indicada abaixo, distribuída por sessões. Ela estará disponível na FFCH para duplicação pelo aluno. A sua leitura é requisito imprescindível.

4. Programa:

Unidade I: A sociologia e o mundo moderno:

1a. aula: 12/3

Os desafios da sociologia: seu objeto e método

2a. e 3a. aulas: 19/3 e 21/3

As raízes do pensamento social europeu: iluminismo, positivismo, evolucionismo e individualismo

4a. e 5a. aulas: 26/3 e 28/3

O materialismo histórico e a sociologia de Karl Marx

6a. e 7a. aulas: 2/4 e 9/4

Sujeito e sociedade em Durkheim: as representações coletivas.

8a. 9a. aulas: 11/4 e 16/4

A sociologia compreensiva de Max Weber.

10a. aula: 18/4 Prova escrita da 1a. parte da I Unidade

11a. aula: 23/4

A primeira síntese sociológica I: (ação, interação, papel, status)

12a. 13a aulas: 25/4 e 30/4

A primeira síntese sociológica II: (cultura, valores, contatos, atitudes, socialização)

14a. 15a. aulas: 2/5 e 7/5

A primeira síntese sociológica III: (estrutura, função, instituição, controle, integração, mudança social)

16a. aula: 9/5

A primeira síntese sociológica IV: (grupos sociais, classes, castas, mobilidade).

17a. aula: 14/5 Prova escrita

Unidade II: A sociologia no Brasil

18a. aula: 16/5

O pensamento social brasileiro do começo do século: a influência do positivismo, do racismo científico, as primeiras interpretações do Brasil (Silvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, etc.)

19a. aula: 21/5

Gilberto Freyre e o Brasil mulato.

20a. aula: 23/5

O brasileiro cordial de Sérgio Buarque de Holanda.

21a. aula: 28/5

A crítica marxista à “sociologia” do Brasil através de Caio Prado Jr.

22a. aula: 30/5

Donald Pierson e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo: os estudos de integração social e comunidades.

23a. aula: 4/6

A crítica à permanência do mundo senhorial: Florestan Fernandes.

24a. aula: 6/6

Coronelismo, familismo e poder local.

25a. aula: 11/6

O Brasil moderno e o Brasil arcaico: a crítica ao dualismo e a teoria da modernização.

26a. aula: 13/6

Industrialização, desenvolvimento e atores sociais (elites políticas, empresariado e operariado).

27a. aula: 18/6

Desenvolvimento, dependência e transformação social na América Latina.

28a. aula: 20/6

Avaliação da 2a. unidade

Sociologia V: Formação e desenvolvimento da Sociologia no Brasil

Departamento de Sociologia da UFBA

2o. semestre de 1995

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Ementa

O curso acompanha a formação do pensamento social brasileiro a partir do final do século XIX e a constituição e desenvolvimento da sociologia no Brasil. Analisar-se-ão os principais autores que, dos anos 1930 até o presente, contribuíram para a reflexão sobre o caráter e a natureza da sociedade brasileira e constituíram uma problemática para a sociologia no Brasil. Esses autores serão analisados através de suas obras principais e da análise dos paradigmas sociológicos internacionais que os influenciaram direta ou indiretamente.

■ Programa

1. Sociologia e identidade nacional

- 1.1. Os precursores: Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna.
- 1.2. A geração de 30: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior

2. A sociologia das relações raciais

- 2.1. Pierson e a influência da Escola de Chicago
- 2.2. Azevedo e os estudos de situação racial na Bahia
- 2.3. Fernandes e os estudos de relações raciais em São Paulo
- 2.4. Guerreiro Ramos: tentativa de uma teorização alternativa
- 2.4. Os estudos de desigualdades raciais no Brasil

3. A sociologia do desenvolvimento e da modernização no Brasil

- 3.1. A tese dualista de Lambert
- 3.2. A teoria da modernização: industrialização, urbanização e a transformação da sociedade tradicional em sociedade moderna
- 3.3. A teoria do populismo no Brasil
- 3.4. A teoria da dependência
- 3.5. A exegese marxista dos anos 70

4. A sociologia atual do Brasil

■ Cronograma

aula	dia	atividade
1	8.8	Apresentação do programa, divisão de tarefas
2	10.8	O pensamento social brasileiro no final do sec. XIX
3	15.8	Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna
4	17.8	Matrizes da moderna Sociologia brasileira: Gilberto Freyre
5	22.8	Sérgio Buarque de Hollanda
6	30.8	Caio Prado Junior

(continua)

aula	dia	atividade
7	5.9	Primeira avaliação
8	12.9	Donald Pierson e os estudos de relações raciais no Brasil
9	14.9	Os estudos de relações raciais na Bahia : Azevedo e Harris
10	16.9	Florestan Fernandes e o negro no sul do Brasil
11	21.9	A polêmica entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos
12	23.9	Trabalho orientado, temas:
13	28.9	1. Sociologia brasileira ou Sociologia no Brasil?
14	30.9	2. Os fundamentos teóricos dos estudos de relações raciais
15	3.10	3. Identidade nacional e racismo no Brasil
16	5.10	4. As desigualdades raciais e as desigualdades de classe
17	17.10	Discussão dos trabalhos
18	19.10	A sociologia do desenvolvimento e da modernização no Brasil
19	24.10	Industrialização, urbanização e mudança social
20	26.10	A teoria do populismo no Brasil
21	2.11	A teoria da dependência
22	7.11	A exegese marxista dos anos 70
23	9.11	A identidade nacional revisitada: Roberto da Matta
24	14.11	Cultura brasileira e sociedade de massa
25	16.11	Brasil: democracia, cidadania e desigualdades sociais
26	21.11	Pequena história das ciências sociais no Brasil
27	23.11	Prova final

Formação e desenvolvimento da Sociologia no Brasil

Mestrado em Sociologia da UFBA

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

2o. semestre de 1995

■ Ementa

O curso acompanha a formação do pensamento social brasileiro a partir do final do século XIX e a constituição e desenvolvimento da sociologia no Brasil. Analisar-se-ão os principais autores que, dos anos 1930 até o presente, contribuíram para a reflexão sobre o caráter e a natureza da sociedade brasileira e constituíram uma problemática para a sociologia no Brasil. Esses autores serão analisados através de suas obras principais e da análise dos paradigmas sociológicos internacionais que os influenciaram direta ou indiretamente.

■ Sistemática

O curso está dividido em 14 aulas expositivas, de 50 minutos de duração e 14 seminários temáticos, de 2 horas e meia de duração. Cada seminário constará da exposição dos pontos fundamentais de um tema por aluno (30 min.), seguido pelos comentários críticos de um outro aluno (30 min.) e, de uma discussão livre do tema pela classe (1h30m).

■ Avaliação

A avaliação de desempenho de cada aluno será feita a partir de notas atribuídas às atividades seguintes:

(1) o texto de apresentação de um seminário; (2) a resenha de um livro ou de um conjunto de artigos que fundamentaram os comentários do aluno em outro seminário; (3) uma monografia final.

Os dois primeiros textos deverão ser entregues até 7 dias após a realização dos respectivos seminários, enquanto a monografia final terá o prazo de um mês após o encerramento das aulas.

■ Programa

1. Sociologia e identidade nacional

1.1. Os precursores: Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna.

1.2. A geração de 30: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior

2. A sociologia das relações raciais

- 2.1. Pierson e a influência da Escola de Chicago
- 2.2. Azevedo e os estudos de situação racial na Bahia
- 2.3. Fernandes e os estudos de relações raciais em São Paulo
- 2.4. Guerreiro Ramos: tentativa de uma teorização alternativa
- 2.4. Os estudos de desigualdades raciais no Brasil

3. A sociologia do desenvolvimento e da modernização no Brasil

- 3.1. A tese dualista de Lambert
- 3.2. A teoria da modernização: industrialização, urbanização e a transformação da sociedade tradicional em sociedade moderna
- 3.3. A teoria do populismo no Brasil
- 3.4. A teoria da dependência
- 3.5. A exegese marxista dos anos 70

4. A sociologia atual do Brasil

■ Cronograma

aula	dia	atividade
1	11.8	Apresentação do programa, divisão de tarefas
2	18.8	O pensamento social brasileiro no final do sec. XIX
3	25.8	Matrizes da moderna Sociologia brasileira: Gilberto Freyre
4	1.9	Sérgio Buarque de Hollanda
5	11.9	Caio Prado Junior
6	15.9	Os estudos de relações raciais na Bahia : Pierson, Azevedo e Harris
7	22.9	Florestan Fernandes e o negro no sul do Brasil
8	9.10	A sociologia brasileira de Guerreiro Ramos
9	13.10	Os estudos de desigualdades raciais e de racismo
10	20.10	Industrialização, urbanização e mudança social
11	27.10	A teoria do populismo no Brasil
12	3.11	A teoria da dependência
13	10.11	A exegese marxista dos anos 70
14	17.11	A identidade nacional revisitada: Roberto da Matta
15	24.11	Cultura brasileira e sociedade de massa

Teoria Sociológica e Interpretações do Brasil: fundamentos teórico-metodológicos

Mestrado em Sociologia da UFBA

1º semestre de 1995

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

■ Ementa

O curso examina os fundamentos teórico-metodológicos de algumas interpretações contemporâneas do ethos e da identidade nacional brasileira. Autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Raimundo Faoro, Roberto Da Matta, Renato Ortiz e Sérgio Micelli serão relidos à luz da análise da literatura internacional que os orientou, como a sociologia política de Max Weber, a teoria das classes em Max Weber e Karl Marx, a teoria da cultura da escola de Chicago, a teoria do individualismo de Louis Dumont e a sociologia de Pierre Bourdieu.

■ Sistemática

O curso está dividido em 14 aulas expositivas, de 50 minutos de duração e 14 seminários temáticos, de 2 horas e meia de duração. Cada seminário constará da exposição dos pontos fundamentais de um tema por aluno (30 min.), seguido pelos comentários críticos de um outro aluno (30 min.) e, de uma discussão livre do tema pela classe (1h30m).

■ Avaliação

A avaliação de desempenho de cada aluno será feita a partir de notas atribuídas às atividades seguintes: (1) o texto de apresentação de um seminário; (2) a resenha de um livro ou de um conjunto de artigos que fundamentaram os comentários do aluno em outro seminário; (3) uma monografia final. Os dois primeiros textos deverão ser entregues até 7 dias após a realização dos respectivos seminários, enquanto a monografia final terá o prazo de um mês após o encerramento das aulas.

■ Programa e bibliografia

Parte 1. Patriarcalismo e patrimonialismo no Brasil

1.1. A sociologia de Max Weber

1.2. As noções básicas da teoria de dominação de Weber

1.3. Gilberto Freyre e a ordem senhorial brasileira

1.4. A ordem patriarcal em *Raízes do Brasil*

Parte 2. Brasil: a democracia racial

2.1. Classes, castas, grupos de prestígio e os conceitos sociológicos fundamentais em Max Weber.

2.2. A primeira síntese sociológica: Chicago.

2.3. Brasil como democracia racial: os sociólogos discutem Pierson.

3. Escravidão, Arcaísmo e Capitalismo no Brasil

3.1. Classes, modos de produção, e formações sociais em Karl Marx e no marxismo clássico.

3.2. O materialismo histórico em *A Formação do Brasil Contemporâneo*

3.3. A ordem senhorial e a permanência de relações arcáicas no Brasil.

3.4. Capitalismo, industrialização e teoria da modernização.

4. Brasil, sociedade hierárquica.

4.1. O individualismo, segundo Louis Dumont.

4.2. Brasil, sociedade hierárquica: Roberto Da Matta.

5. A cultura de massas e as ciências sociais no Brasil

5.1. A nova síntese sociológica de Pierre Bourdieu.

5.2. A cultura brasileira e a mídia no Brasil, segundo Renato Ortiz

5.3. Brasil, sociedade de massas, segundo Sérgio Micelli.

■ Cronograma

10/3	Apresentação do curso, divisão de tarefas 1ª aula: a sociologia de Max Weber
17/3	1º seminário: Teoria e método em Max Weber 2ª aula: a teoria de dominação em Weber
24/3	2º seminário: patrimonialismo em Max Weber 3ª aula: Brasil, sociedade senhorial
31/3	3º seminário: A ordem senhorial em Casa Grande & Senzala
7/4	4º seminário: A ordem senhorial em Raízes do Brasil 4ª aula: Os conceitos sociológicos fundamentais em Weber.

- *10/4 5º seminário: A democracia racial segundo Donald Pierson
5ª aula: Classes, castas e grupos raciais: a sociologia de Robert Park.
- *17/4 6º seminário: A democracia racial em Thales de Azevedo
6ª aula: Brasil, de paraíso à inferno racial.
- 28/4 7º seminário: A democracia racial, segundo Marvin Harris e Carl Degler.
7ª aula: O materialismo histórico e a teoria das classes em Marx
- 5/5 8º seminário: A formação econômico-social do Brasil, segundo Caio Prado Junior
8ª aula: O arcaísmo brasileiro, segundo a escola paulista
- 12/5 9º seminário: Preconceito racial e desenvolvimento econômico em Florestan
Fernandes
9ª aula: Modernização e desenvolvimento econômico: a sociologia dos anos 60
- 19/5 10º seminário: O Brasil moderno e o Brasil arcáico
10ª aula: O individualismo segundo Louis Dumond
- 26/5 11º seminário: O Brasil de Roberto da Matta
11ª aula: A sociologia de Pierre Bourdieu
- 2/6 12º seminário: Cultura brasileira & identidade nacional, segundo Renato Ortiz
12ª aula: Classes e classificações em Bourdieu
- 9/6 13º seminário: Brasil, sociedade de massas segundo Sérgio Micelli
13ª aula: Racismos e imaginários nacionais
- 12/6 14º seminário: Brasil, sociedade desigual.
14ª aula: Conclusão e avaliação do curso

Invenção e re-invenções do Brasil moderno.

Mestrado em Sociologia/Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

1o. semestre de 1996

■ Ementa

O curso tem dois objetos de estudo: (a) a formação do imaginário nacional brasileiro a partir dos anos 30 e a idéia específica de modernidade construída pelo pensamento social brasileiro a partir do final do século XIX; e (b) as reatualizações dessa idéia de modernidade a partir da formação de uma sociedade de consumo de massas, nos anos 70, e da idéia de globalização, a partir dos anos 90. Será dada ênfase especial a discussão da busca de uma identidade nacional e de construção de um país moderno, concomitante ao surgimento e recrudescimento de regionalismos e de novas identidades étnico-raciais.

■ Sistemática

O curso está dividido em 14 aulas expositivas, de 50 minutos de duração e 14 seminários temáticos, de 2 horas e meia de duração. Cada seminário constará da exposição dos pontos fundamentais de um tema por um aluno (30 min.), seguido pelos comentários críticos de, pelo menos, um outro aluno (30 min.) e, de uma discussão livre do tema pela classe (1h30m).

■ Avaliação

A avaliação de desempenho de cada aluno será feita a partir de notas atribuídas às atividades seguintes:

(1) o texto de apresentação de um seminário; (2) a resenha de um livro ou de um conjunto de artigos que fundamentaram os comentários do aluno em outro seminário; (3) uma monografia final. Os dois primeiros textos deverão ser entregues até 7 dias após a realização dos respectivos seminários, enquanto a monografia final terá o prazo de um mês após o encerramento das aulas.

■ Cronograma

aula	dia	atividade
1	14.3	Apresentação do programa, divisão de tarefas
2	28.3	A República
3		O racialismo
4	2.4	O racismo científico brasileiro
5	11.4	O Brasil moreno de Gilberto Freyre
6	18.4	O Brasil cordial e o Brasil colonial
7	25.4	A morenidade científica I
8	30.4	A morenidade científica II
9	9.5	O Brasil oligárquico de Florestan Fernandes
10	16.5	O Brasil brasileiro de Guerreiro Ramos
11	23.5	O Brasil hierárquico de Roberto daMatta
12	30.5	O racismo à brasileira
13	6.6	Brasil, modernidade e globalização
14	13.6	O Brasil, o samba e a mídia
15	27.6	Avaliação do curso e discussão das propostas de monografia

Raça e etnia: invenção e re-invenções do Brasil moderno.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Sociologia

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
2o. semestre de 1997
Horário: Quartas-feiras de 19:30 às 22:45

■ Ementa

O curso tem dois objetos de estudo: (a) a formação do imaginário nacional brasileiro a partir dos anos 30 e a idéia específica de modernidade construída pelo pensamento social brasileiro a partir do final do século XIX; e (b) as reatualizações dessa idéia de modernidade a partir da formação de uma sociedade de consumo de massas, nos anos 70, e da idéia de globalização, a partir dos anos 90. Será dada ênfase especial a discussão da busca de uma identidade nacional e de construção de um país moderno, concomitante ao surgimento e recrudescimento de regionalismos e de novas identidades étnico-raciais.

■ Sistemática

O curso está dividido em 12 aulas expositivas, de 50 minutos de duração e 12 seminários temáticos, de 2 horas e meia de duração. Cada seminário constará da exposição dos pontos fundamentais de um tema por um aluno (30 min.), seguido pelos comentários críticos de, pelo menos, um outro aluno (30 min.) e, de uma discussão livre do tema pela classe (1h30m).

■ Avaliação

A avaliação de desempenho de cada aluno será feita a partir de notas atribuídas às atividades seguintes:

(1) os textos de apresentação dos seminários; (2) a resenha de um livro ou de um conjunto de artigos que fundamentaram os comentários do aluno em outro seminário; (3) uma monografia final. Os dois primeiros textos deverão ser entregues até 7 dias após a realização dos respectivos seminários, enquanto a monografia final terá o prazo de um mês após o encerramento das aulas.

■ Programa e Bibliografia

1a. aula: Raça e racialismo

Appiah, Kwame Antony. **Na Casa de meu Pai**, 2o. capítulo, Rio, ed. Contraponto, 1997.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, número 27, pp. 45-63, 1995.

2a. aula: O racismo científico brasileiro

Skidmore, T. E. “Política, literatura e o sentimento brasileiro de nacionalidade antes de 1910” in **Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Ortiz, Renato. “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do sec. XIX”, “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional” **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**, Ed. Brasiliense, 1985.

Schwartz, Roberto. “As idéias fora do lugar”, **Ao Vencedor as Batatas**, Livraria Duas Cidades, 1992.

Schwartz, Lilia. “Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil”, in Gláucia Villas Boas e Marco Antonio Gonçalves (orgs) **O Brasil na Virada do Século**, Rio, Relume/Dumará, 1995.

Ramos, Jair de S. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejáveis nas concepções sobre imigração da década de 20” in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Rodrigues, Nina. **Os Africanos no Brasil**, (Introdução, capítulos VIII e IX).

Vianna, Oliveira José de. **Raça e Assimilação**, capítulo III: “Os tipos antropológicos e os problemas da bio-sociologia.”, José Olympio Ed., 1959.

Cunha, Euclides da. “O Homem”, **Os Sertões**, ed. Cultrix, 1973.

3a. aula: O Brasil moreno de Gilberto Freyre e outras interpretações de Brasil

Freyre, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, Rio de Janeiro, Schimidt, 1933.

Cardoso, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”, in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

Santos, Luiz A. de Castro, 1985. “A casa-grande e o sobrado na obra de Gilberto Freyre”, *Anuário Antropológico* 83, Tempo Brasileiro/Edições UFC, pp. 73-102.

Medeiros, Maria Alice de A. 1984. **O elogio da dominação**, Rio de Janeiro, Ed. Achiamé.

Santos, Luiz A. de Castro. 1990. “O espírito da aldeia”, **Novos Estudos Cebrap**, nº 27, São Paulo, pp. 45-66.

Santos, Luiz A. de Castro, 1987. “E Pernambuco falou para o mundo”, **Novos Estudos Cebrap**, nº 27, São Paulo, pp. 22-32.

Araújo, Ricardo Benzaquen. 1995. **Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**, Rio, Ed. 34, 1995.

Hollanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

Avelino Filho, G. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 12, vol. 5, fev 1990.

Prado Junior, Caio. “Sentido da colonização” e “Vida social” in **A Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia**, Ed. Brasiliense, 1965.

Melo, Jayro G. “O economicismo em Caio Prado Júnior”, **Novos Estudos Cebrap**, n. 18, set. 1987.

Bomfim, Manoel. **O Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira**, Topbooks, 1997.

4a aula: A “morenidade científica”

Pierson, Donald. Parte I “O cenário” e cap VIII “Composição racial das classes na sociedade baiana” in **Branços e Pretos na Bahia (estudo de contacto racial)**, São Paulo, Editora Nacional, 1971.

Pierson, Donald. “Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais”, **Sociologia**, vol. III, março 1941, n. 1, pp. 1-17.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960”, Comunicação ao seminário “Raça, ciência e sociedade no Brasil”, Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 1995.

Azevedo, Thales de. "Classes Sociais e Grupos de Prestígio", **Cultura e Situação Racial no Brasil**. Rio: Civilização Brasileira, 1956.

Harris, Marvin. "O padrão brasileiro", **Padrões Raciais nas Américas**, Rio de Janeiro, Civilização, 1967.

Degler, Carl N. **Neither Black nor White**, Univ. of Wisconsin Press, 1991.

Nogueira, O. "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem - Sugestão de um Quadro de Referência para a Interpretação do Material sobre Relações Raciais no Brasil" **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo em agosto de 1954**, vol. I.

Correa, Mariza. "Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60", **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6, vol. 3, out 1988.

5a. aula: O Brasil oligárquico de Florestan Fernandes

Fernandes, Florestan. "A persistência do passado" in **O negro no mundo dos brancos**, Difel, 1972.

Ianni, Otávio. 1962. "O negro e o mulato", **As Metamorfoses do Escravo**, São Paulo, Difel, pp. 236-268.

Fernandes, Florestan, **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1965, 1o. volume.

6a. aula: O Brasil de Guerreiro Ramos

Maio, Marcos Chor. "A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos", in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Ramos, Guerreiro. **Introdução Crítica à de Sociologia Brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Andes Ltda., 1957 (3a. parte).

Oliveira, Lúcia Lippi de. **A Sociologia do Guerreiro**, Rio: Ed. UFRJ, 1995.

Rufino, Joel. "O negro como lugar", in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

7a. aula: O Brasil hierárquico de Roberto daMatta

DaMatta, Roberto da. **A Casa e a Rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985. principalmente pp. 71-102.

DaMatta, Roberto da. **Carnavais, Malandros e Heróis**, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1990, principalmente “Você sabe com quem está falando?”, pp. 146-204.

Louis Dumont. “Vers une théorie de la hiérarchie”, **Homo Hierarchicus**, Gallimard, 1966.

Louis Dumont. “Caste, racisme et ‘stratification’”, **Homo Hierarchicus**, Gallimard, 1966.

8a. aula: Os estudos de desigualdades raciais

Na distribuição de renda:

Silva, Nelson do Valle. 1980. “O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil”, **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 10, n. 1, p.21-44.

Nos locais de trabalho:

Castro, Nadya e Guimarães, Antonio S.A. 1993. “Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho”, **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 24, pp. 23-60.

Nos locais de moradia:

Telles, Edward, “Cor de pele e segregação residencial no Brasil”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, 1993.

Nos casamentos:

Silva, Nelson do Valle. “Distância social e casamento inter-racial no Brasil”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 14, 1987.

No mercado de trabalho:

Silva, Nelson do Valle. “Cor e o processo de realização sócio-econômica” in Carlos Hasenbalg e Nelson do V. Silva, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

Na educação:

Hasenbalg, C. e Silva, N. V. “Raça e oportunidades educacionais no Brasil” in Carlos Hasenbalg e Nelson do V. Silva, **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

9a. aula: Racismo à brasileira

A ideologia racial:

DaMatta, Roberto. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, **Relativizando, uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro, Rocco, 1990, pp. 58-87.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “Racismo e anti-racismo no Brasil”, **Novos Estudos Cebrap**, n.43, novembro de 1995.

Hasenbalg, Carlos. “Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil, in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Maggie, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira” in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Racismo e gênero:

Gonzalez, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, **Ciências Sociais Hoje**, no. 2, ANPOCS, 1983.

Discriminação racial:

Rosemberg, F.M. de B. M. “Segregação espacial na escola paulista”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 19, 1990.

Guimarães, A.S.A. “Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial publicizada”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 31, 1997.

A Folha de São Paulo, **Racismo Cordial**, São Paulo, ed. Folha de SÃO Paulo, 1995.

Adorno, Sérgio. “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo” **Novos Estudos Cebrap**, n.43, novembro de 1995.

10a. A democracia racial brasileira

Azevedo, Célia Maria Marinho de. “O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”, **Estudos Afro-Asiáticos**, 30, dezembro de 1996.

Guimarães, Antonio S.A. “Brasil-USA: um diálogo que forja nossa identidade racial”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, número 26, 1994. pp. 141-147.

Costa, Emilia Vioti da. “O mito da democracia racial brasileira” in **Da Monarquia à República, momentos decisivos**, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

DaMatta, Roberto. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, **Relativizando, uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro, Rocco, 1990, pp. 58-87.

11a. aula: Modernidade e globalização

Ortiz, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**, 2a. parte, Ed. Brasiliense, 1994.

Ortiz, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**, Ed. Brasiliense, 1985.

Margolis, Maxine L. **Little Brazil**, Princeton, 1993.

12a. aula: Os movimentos negro e feminista: novas invenções do Brasil

Vianna, Hermano. **O mistério do samba**, Rio, Zahar ed./UFRJ, 1995

Simpson, Amelia. **Xuxa**, Philadelphia, Temple University Press, 1993.

Alvarez, Sonia. **Engendering Democracy in Brazil: Women’s Movements in Politics**. Princeton, Princeton University Press, 1990.

Hanchard, Michael. **Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and Sao Paulo, Brazil, 1945-1988**, Princeton, Princeton University Press, 1994.

Barcelos, Luiz. “Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica”, **Afro-Asia**, no. 17, 1996.

Bairros, Luiza. “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, **Afro-Asia**, no. 17, 1996.

Hanchard, Michael. “Cinderela negra?: raça e esfera pública no Brasil”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, 1996.

Telles, Edward. “Identidade racial, contexto urbano e mobilização política”, **Afro-Ásia**, n. 17, 1996.

Fry, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil”, **Revista da USP**, n. 28.

Marx, Anthony. “A construção da raça e o estado-nação”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 29, 1996.

Sociologia da Relações Raciais no Brasil Contemporâneo

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
2. semestre de 1997

■ Objetivos

A disciplina visa introduzir o aluno de graduação em Ciências Sociais no estudo da literatura brasileira e internacional sobre as relações raciais e étnicas no Brasil. Procederá, para tanto, de modo diacrônico, começando pelo pensamento social brasileiro do sec. XIX até as pesquisas mais recentes sobre desigualdades e discriminação raciais. Durante o curso, proceder-se-á a uma atualização dos principais conceitos – nação, raça, cor, etnia, relações raciais, etc. – que têm sido utilizados, assim como dos principais tópicos substantivos que têm sido objeto de pesquisa e estudos: identidade nacional, pensamento racialista brasileiro, relações raciais, identidades étnicas, política racial, desigualdades raciais e racismo.

■ Conteúdo:**Unidade I - Identidade nacional e racialismo**

1. O pensamento social brasileiro na virada do século passado
2. O racialismo brasileiro
3. A construção da raça no Brasil: a importância da cor
4. A política de embranquecimento

Unidade II - Da raça à cultura - A Sociologia e a moderna identidade nacional

1. A obra de Gilberto Freyre
2. Os arquitetos do Brasil moderno

Unidade III - Os estudos de relações raciais

1. Brasil, sociedade multi-racial de classes
2. mestiçagem, embranquecimento e ascensão social

3. A persistência do passado: raça como status atribuído
4. Diferentes sistemas de classificações raciais

Unidade IV - Os estudos de desigualdades raciais

1. Na distribuição da renda
2. No mercado de trabalho
3. Nos locais de trabalho
4. Nos locais de residência
5. Na educação

Unidade V - Racismo à brasileira

1. Ideologia racial
2. Discriminação racial
3. Atitudes raciais

Unidade VI - Política racial no Brasil

1. Mobilização política e identidade étnica
2. Políticas públicas e política cultural
3. Política eleitoral

■ Bibliografia

1a. aula.

*Appiah, Kwame Antony. **Na Casa de meu Pai**, 2o. capítulo, Rio, ed. Contraponto, 1997.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, número 27, pp. 45-63, 1995.

2a. aula.

*Schwartz, Lilia. “Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil”, in Gláucia Villas Boas e Marco Antonio Gonçalves (orgs) **O Brasil na Virada do Século**, Rio, Relume/Dumará, 1995.

Skidmore, T. E. “Política, literatura e o sentimento brasileiro de nacionalidade antes de 1910” in **Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Ortiz, Renato. “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do sec. XIX”, **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**, Ed. Brasiliense, 1985.

3a. aula.

Monteiro, John M. “As ‘raças’ indígenas no pensamento social brasileiro” in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Ramos, Jair de S. “Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejáveis nas concepções sobre imigração da década de 20” in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

*Rodrigues, Nina. **Os Africanos no Brasil**, (Introdução e capítulo VIII).

Vianna, Oliveira José de. **Raça e Assimilação**, capítulo III: “Os tipos antropológicos e os problemas da bio-sociologia.”, José Olympio Ed., 1959.

Cunha, Euclides da. **Os Sertões**, ed. Cultrix/MEC, 1973.[1902], pp. 69-102

4a. aula.

Freyre, Gilberto. “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, Rio de Janeiro, Schimidt, 1933.

* Santos, Luiz A. de Castro, 1985. “A casa-grande e o sobrado na obra de Gilberto Freyre”, **Anuário Antropológico 83**, Tempo Brasileiro/Edições UFC, pp. 73-102.

5a. aula.

*Hollanda, Sérgio Buarque de. “O homem cordial”, **Raízes do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

Avelino Filho, G. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 12, vol. 5, fev 1990.

*Prado Junior, Caio. “Sentido da colonização”, **A Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia**, Ed. Brasiliense, 1965.

Cardoso, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”, in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

Avelino Filho, G. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 12, vol. 5, fev 1990.

6a. aula.

*Pierson, Donald. “Introdução à 2a. edição” in **Branços e Pretos na Bahia (estudo de contacto racial)**, São Paulo, Editora Nacional, 1971.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960” in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

7a. aula.

*Azevedo, Thales de. “Classes Sociais e Grupos de Prestígio”, **Cultura e Situação Racial no Brasil**. Rio: Civilização Brasileira, 1956.

Harris, Marvin. “O padrão brasileiro”, **Padrões Raciais nas Américas**, Rio de Janeiro, Civilização, 1967.

8a. aula.

Ianni, Otávio. 1962. “O negro e o mulato”, **As Metamorfoses do Escravo**, São Paulo, Difel, pp. 236-268.

* Fernandes, Florestan, “Cor e estrutura social em mudança” in Roger Bastide e Florestan Fernandes, **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**, São Paulo, Anhembi, 1955

Fernandes, Florestan. “A persistência do passado” in **O negro no mundo dos brancos**, Difel, 1972.

9a. aula.

Degler, Carl. **Nem Preto, Nem Branco**, Rio de Janeiro, Ed. Labor, 1976. caps V e VI.

*Nogueira, Oracy. “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem - Sugestão de um Quadro de Referência para a Interpretação do Material sobre Relações Raciais no Brasil” **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo em agosto de 1954**, vol. I.

Guimarães, Antonio S. A. “Brasil-USA: um diálogo que forja nossa identidade racial”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, número 26, 1994. pp. 141-147.

11a. aula.

Silva, Nelson do Valle. 1980. “O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil”, **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 10, n. 1, p.21-44.

Castro, Nadya e Guimarães, Antonio S.A. 1993. “Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho”, **Estudos Afro-Asiáticos**, nº 24, pp. 23-60.

Telles, Edward, “Cor de pele e segregação residencial no Brasil”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, 1993.

Silva, Nelson do Valle. “Distância social e casamento inter-racial no Brasil”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 14, 1987.

*Silva, Nelson do Valle. “Cor e o processo de realização sócio-econômica” in Carlos Hasenbalg e Nelson do V. Silva, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

Hasenbalg, C. e Silva, N. V. “Raça e oportunidades educacionais no Brasil” in Carlos Hasenbalg e Nelson do V. Silva, **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

12a. aula.

Rosemberg, F.M. de B. M. “Segregação espacial na escola paulista”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 19, 1990.

*Guimarães, A.S.A. “Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial publicizada”, Rio de Janeiro, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, 1997.

A Folha de São Paulo, **Racismo Cordial**, São Paulo, ed. Folha de São Paulo, 1995.

Adorno, Sérgio. “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo” **Novos Estudos Cebrap**, n.43, novembro de 1995.

13a. aula.

*DaMatta, Roberto. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, **Relativizando, uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro, Rocco, 1990, pp. 58-87.

Guimarães, Antonio Sérgio A. “Racismo e anti-racismo no Brasil”, **Novos Estudos Cebrap**, n.43, novembro de 1995.

Maggie, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira” in Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Gonzalez, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, **Ciências Sociais Hoje**, no. 2, ANPOCS, 1983.

14a. aula.

Hanchard, Michael. “Cinderela negra?: raça e esfera pública no Brasil”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, 1996.

Bairros, Luiza. “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, **Afro-Ásia**, n. 17, 1996.

Telles, Edward. “Identidade racial, contexto urbano e mobilização política”, **Afro-Ásia**, n. 17, 1996.

Fry, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil”, **Revista da USP**, n. 28.

15a. aula.

*Prandi, Reginaldo. “Raça e voto na eleição presidencial de 1994”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, 1996.

Souza, Amaury de. “Raça e política no Brasil urbano”, **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, n. 11, 1971.

Valente, Ana Lúcia. **Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982**, Coleção Antropologia, 10, São Paulo, FFLCH/USP.

*Guimarães, A. S. A. “Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa”, Salvador, **Afro-Ásia**, n. 18, 1997.

■ Cronograma de aulas

Ordem	Assunto
1	Apresentação e discussão do programa - Raça, etnia, nação e racismo
2	O pensamento social brasileiro na virada do século
3	O racismo científico - Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna
4	O pensamento de Gilberto Freyre
5	As Raízes do Brasil e O Sentido da Colonização
6	Brasil: sociedade multiracial de classes
7	Os estudos da UNESCO na Bahia, em Recife e no Rio
8	Os estudos da UNESCO em São Paulo
9	Relações raciais comparadas: Brasil e Estados Unidos
10	prova - 1a. Avaliação
11	Desigualdades raciais na Brasil
12	Racismo à brasileira: a discriminação racial
13	A ideologia racial brasileira
14	Movimentos negros e política racial
15	Voto negro e ações afirmativas
16	Prova final

Métodos e Técnicas de Pesquisa I

1º semestre 2003

Disciplina: Obrigatória

Destinada: Ciências Sociais

Código: **FSL0203**

Pré-requisitos: FSL102, FLA101, FLP101

Carga Horária: 4 horas semanais

Créditos: 4

Prof. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Profa. Nadya Araújo Guimarães

I. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA

Parte I - Os Desenhos de Pesquisa

1. Os desenhos de pesquisa: quantitativos e qualitativos; transversais e longitudinais; exploratórios e explicativos

* Boudon, R. *Métodos Quantitativos em Sociologia*. Rio, Vozes, 1971, caps. II (“Os métodos das enquetes quantitativas”) e IV (“Os métodos qualitativos”), pp. 31-68 e 82-115.

* Selltiz, C. et al. “Planejamento de pesquisa”, in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, caps. 3 e 4, pp. 57-160.

Padua, J. “Distintos tipos de investigación” in *Técnicas de Investigación Aplicadas a las Ciencias Sociales*. México, Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México, 1985, pp. 30-33.

Babbie, E. “Tipos de desenhos de pesquisa”, in *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 4, pp. 95-111.

Berthier, N. “Planifier l’enquête” in *Les Techniques d’Enquête*. Paris, Armand Colin, 1998, cap. 2, pp. 21-33

Lazarsfeld, P. e Rosemberg, M. (eds.) *The Language of Social Research*. N.Y., The Free Press, 1966, pp. 111-114 (“Introduction”, Section II), 203-205 (“Introduction”, Section III)

Mitchell, C. “A questão da quantificação na Antropologia Social” in B. Feldman-Bianco (org.) *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, S.Paulo, Global, 1987, pp. 77-126.

2. As fontes de dados e os instrumentos de coleta

* Galtung, J. “La recolección”, in *Teoría y Métodos de la Investigación Social*, Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, vol. I, cap. V, pp. 124-167.

* Selltiz, C. et al. in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, caps. 6 e 7, pp. 223-312.

* Babbie, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 9 (“Questionários auto-administrados”), pp.247-259 e cap. 10 (“Surveys por entrevistas”), pp. 259-278.

Nogueira, O. *Pesquisa Social*. S.Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968, caps. 11 a 14, pp. 111-149.

Combessie, J.C. *La Méthode en Sociologie*. Paris, La Découverte, 1996, caps. II (“L’entretien semi-directif”) e III (“Le questionnaire”), pp. 25-44.

Quivi, R. e Campenhoudt, L. “Panorama des principales méthodes de recueil de informations” in *Manuel de Recherche e Sciences Sociales*, Paris, Dunot, 1995, pp.188-212.

3. O uso de dados secundários

* Selltiz, C. et al. “O uso de dados disponíveis como fonte de informação” in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, cap. 9, pp. 355—386.

4. A matriz de dados

* Galtung, J. “La matriz de datos” in *Teoría y Métodos de la Investigación Social*, Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, vol. I, cap. 1, pp. 1-34.

5. Os tipos de desenho amostral: uma introdução

* Almeida, C.A. “A amostra”, in *Como são Feitas as Pesquisas Eleitorais e de Opinião*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002, cap. 2, pp. 45-75.

* Selltiz, C. et al. “Uma Introdução à Amostragem” in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, Anexo B, pp. 571-612.

* Babbie, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 5 (“ALógica da Amostragem do Survey”), pp.113-158 e cap. 6 (“Exemplos de Desenhos de Amostragem”), pp. 159-178.

* Padua, J. “Muestreo” in *Técnicas de Investigación Aplicadas a las Ciencias Sociales*. México, Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México, 1985, cap. III, pp. 63-85.

Kish, L. “Introducción” in *Muestreo de Encuestas*. México, Trillas, 1975, cap. 1, pp. 23-57.

Moser, C. e Kalton, G. “Types of sample design” in *Survey Methods in Social Investigation*. N.Y, Basic Books, 1972, cap. 5, pp. 79-118.

Souza, A. “Método e improvisação, ou como conseguir uma entrevista naquele setor que vai dos fundos da Igreja Matriz até o córrego e dali às margens da Rio-Bahia” in E. Nunes (org.) *A Aventura Sociológica*, Rio, Zahar, 1978, pp. 87-121.

PARTE II – DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA À CONSTRUÇÃO OPERACIONAL DO OBJETO DE PESQUISA: OS DESAFIOS DA COLETA DE DADOS

6. A construção teórica do objeto de pesquisa: problemas da formulação de hipóteses

* Bourdieu, P., Passeron, J.-C. e Chamboredon, J.-C. *El Oficio de Sociólogo*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1994, cap. I (I.1 a I.5) e cap. II (II.1 a II.3). Há tradução para o português.

Combessie, J.C. “Introduction” in *La Méthode en Sociologie*. Paris, La Découverte, 1996, pp.3-12.

Güell, Antoni M. “Hipótesis y variables” in R. Boudon e P. Lazarsfeld (eds.) *Metodología de las Ciencias Sociales – I. Conceptos e índices*. Barcelona, Ed. Laia, 1985, pp. 47-62.

7. A operacionalização dos conceitos: problemas de validade e confiabilidade das medidas operacionais

* Lazarsfeld, P. “De los conceptos a los índices empíricos” in R. Boudon e P. Lazarsfeld (eds.) *Metodología de las Ciencias Sociales – I. Conceptos e índices*. Barcelona, Ed. Laia, 1985, pp. 35-46.

* Selltitz, C.; Jahoda, M.; Deutsch, M.; Cook, S. “Alguns problemas gerais de mensuração” in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, pp.163-222.

* Blalock Jr., H.M. “Mensuração” in *Introdução à Pesquisa Social*. Rio, Zahar 1973, cap. 5, pp. 101-128. Blalock Jr., H. “The measurement problem” in H. Blalock Jr. e A. Blalock. *Methodology in Social Research*, N.Y., McGraw-Hill Book Co., 1968, cap. 1, pp.5-27.

Torgerson, W. “La naturaleza de la medición” in Manuel Mora y Araujo et al. *Medición y construcción de índices*. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1971, pp. 83-124.

8. Índices e escalas

* Babbie, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 8 (“Construção de Índices e Escalas”), pp.213-244.

* Selltitz, C. “A colocação dos indivíduos em escalas” in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, cap. 10, pp. 387-432.

* Padua, J. “Escalas para la medición de actitudes” in *Técnicas de Investigación Aplicadas a las Ciencias Sociales*. México, Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México, 1985, cap. VI, pp. 154-230.

Nogueira, O. “As escalas em ciências sociais” in *Pesquisa Social*. S.Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968, cap. 15, pp. 149-159.

Combessie, J.C. “Échelles et scores” in *La Méthode en Sociologie*. Paris, La Découverte, 1996, pp. 95-97.

Upshall, H. “Attitude Measurement” in H. Blalock Jr. e A. Blalock. *Methodology in Social Research*, N.Y., McGraw-Hill Book Co., 1968, cap. 3, pp. 60-111.

Moser, C. e Kalton, G. “Scaling Methods” in *Survey Methods in Social Investigation*. N.Y, Basic Books, 1972, cap. 14, pp.350-377.

9. A construção do questionário

* Almeida, C.A. “O Questionário”, in *Como são Feitas as Pesquisas Eleitorais e de Opinião*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002, cap. 3, pp. 77-100.

* Babbie, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 7 (“Conceituação e Desenho de Instrumentos”), pp. 179-212.

* Padua, J. “El cuestionario” in *Técnicas de Investigación Aplicadas a las Ciencias Sociales*. México, Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México, 1985, cap. IV, pp. 86-122.

* Selltitz, C. et al. “Construção de questionário e processo de entrevista” in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, Apêndice C, pp. 613-658.

Nogueira, O. *Pesquisa Social*. S.Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968, cap. 12, pp. 120-128.

Singly, F. *L’Enquête et ses Méthodes: le Questionnaire*. Paris, Ed. Nathan, 1992, 124 pp.

Moser, C. e Kalton, G. “Questionnaires” in *Survey Methods in Social Investigation*. N.Y, Basic Books, 1972, cap. 13, pp. 303-349.

PARTE III – DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA À CONSTRUÇÃO OPERACIONAL DO OBJETO DE PESQUISA: OS DESAFIOS DA ANÁLISE DE DADOS

10. *A análise multivariada, inferência causal e verificação de hipóteses*

*Lazarsfeld, P. “La interpretación de las relaciones estadísticas como propiedad de investigación”, in R. Boudon e P. Lazarseld (eds.). *Metodologia de las Ciencias Sociales*, V. II, Ed. Laia, 1985, pp. 23-39.

* Barton, Allen. “El concepto de espacios de propiedades en la investigación social”, in *Conceptos y Variables en la Investigación Social*, ed. Nueva Visión, 1969.

* Babbie, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 15 (“O Modelo de Elaboração”), pp. 363-382.

Padua, J. “El concepto de propiedad-espacio” in *Técnicas de Investigación Aplicadas a las Ciencias Sociales*. México, Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México, 1985, cap. VIII, pp. 238-256.

Combessie, J.C. “L’analyse multivariée” in *La Méthode en Sociologie*. Paris, La Découverte, 1996, pp. 97-100.

Blalock Jr., H. “Theory building and causal inferences” in H. Blalock Jr. e A. Blalock (eds.). *Methodology in Social Research*, N.Y., McGraw-Hill Book Co., 1968, cap. 5, pp. 155-198.

Zetterberg, H. “Sobre las proposiciones en sociología”, in *Teoría y verificación en Sociología*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1971, cap. 4, pp. 59-74.

11. *O controle de variáveis, a espuriedade e o desenho da análise*

* Hyman, H. “A introdução de variáveis adicionais e o problema da espuriedade” in *Planejamento e Análise da Pesquisa*. Rio, Lidaador, 1965, cap. VI, pp. 314-353.

* Selltitz, C. et al “Estudos que verificam hipóteses causais”, in *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. S.Paulo, Ed. Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1967, cap. 4, pp. 91-108.

12. *Construindo e compreendendo tabelas: as análises de tabulação cruzada*

* Babbie, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, cap. 14 (“Construindo e Compreendendo Tabelas”), pp. 337-363.

* Prandi, Reginaldo. *Tabulação Cruzada em Pesquisa Social*, mimeo, USP, 1995.

* : Leituras obrigatórias

II. CRONOGRAMA

Ordem	Quartas	Sextas	Atividades
1	12 março	14 março	Apresentação do programa
2	19 março	21 março	1 - Os desenhos de pesquisa
3	26 março	28 março	2 - As fontes de dados e os instrumentos de coleta
4	2 abril	4 abril	3 - O uso de dados secundários
5	9 abril	11 abril	4 - A matriz de dados
6	23 abril	25 abril	5 - Os tipos de desenho amostral: uma introdução
7			Elaboração do trabalho individual (atividade extra-classe)
8	7 maio	9 maio	6 - A construção teórica do objeto de pesquisa: problemas da formulação de hipóteses
9	14 maio	16 maio	7 - A operacionalização dos conceitos: problemas de validade e confiabilidade das medidas operacionais
10	21 maio	23 maio	8 - Índices e escalas
11	28 maio	30 maio	9 - A construção do questionário
12	4 junho	6 junho	10 - A análise multivariada, inferência causal e verificação de hipóteses
13	11 junho	13 junho	11 - O controle de variáveis, a espuriedade e o desenho da análise
14	18 junho	20 junho	12 - Construindo e compreendendo tabelas
15	25 junho	27 junho	Entrega do trabalho final em grupo

III. SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO

- **Frequência:** A frequência ao curso será controlada anotada através de lista de frequência, sendo computada a partir da sessão 2. **FALTAS NÃO SERÃO ABONADAS.** A assinatura da lista de frequência é **OBRIGATÓRIA.** Lembramos que o(a) aluno(a) estará reprovado(a) com 25% de faltas.
- **Provas e notas:** *Serão atribuídas duas notas. Cada uma delas valerá 50% da nota final. A primeira nota resultará da avaliação do desempenho do aluno em um trabalho individual (vide data no cronograma acima). A segunda nota resultará da avaliação do desempenho do aluno em um trabalho em grupo (vide data no cronograma acima).*